

TEXTO PARA DISCUSSÃO N.º 313

Condicionantes e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira

Relatório Final

Gesner Oliveira, coord.

SETEMBRO DE 1993

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

PRESIDENTE

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR EXECUTIVO

Raul Milliet

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

DIRETOR DE PESQUISA

Ricardo Varsano

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Heitor Cordeiro Chagas de Oliveira

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação através do Instituto, informando profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10.º andar

CEP 70.076-900

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17.º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

SINOPSE

RETROSPECTIVA DA POLÍTICA
DE COMÉRCIO EXTERIOR E
A ABERTURA RECENTE

A PERCEPÇÃO DO SETOR
PRIVADO E OS PRINCIPAIS
CONDICIONANTES DO
PROCESSO DE ABERTURA

IMPLICAÇÕES E DIRETRIZES
PARA A POLÍTICA DE
COMÉRCIO EXTERIOR

BIBLIOGRAFIA

SIGLAS E ABREVIACÕES

QUADROS E GRÁFICOS DA SEÇÃO I

QUADROS E GRÁFICO DA SEÇÃO II

SEÇÃO II — ANEXOS

QUADROS DA SEÇÃO III

**CONDICIONANTES E DIRETRIZES
DE POLÍTICA PARA A ABERTURA
COMERCIAL BRASILEIRA**

Relatório Final

Gesner Oliveira, coord. *

Marcelo Allain
Ana Paula Franklin
Roberto Lui
José Roberto Mendonça de Barros
Sérgio Wexler

* *Unicamp, FGV – SP e Cebrap*

A produção editorial deste volume contou com o apoio financeiro do PNUD (Projetos BRA 92/029 e BRA 93/011) e do Programa de Gerenciamento do Setor Público – GESEP/BIRD

SINOPSE

Este texto resalta aspectos principais da pesquisa sobre os condicionantes e obstáculos ao programa de liberalização comercial ora em curso.

A Seção I contém uma retrospectiva da política de comércio exterior no Brasil e discute as medidas recentes de abertura nesta perspectiva histórica.

A Seção II procura captar a percepção do setor privado em relação à abertura comercial. Nesta parte, a preocupação central consiste em avaliar a credibilidade da reforma junto às empresas; e, conforme sugerido por outras experiências na América Latina, este constitui um dos principais ingredientes para o sucesso do programa. Sugere-se, ademais, uma hierarquização dos principais problemas envolvidos na transição de uma economia fechada como a brasileira para uma situação de maior exposição aos fluxos de comércio.

A Seção III aponta, por fim, possíveis implicações e diretrizes para a política de comércio exterior.

Optou-se por omitir três capítulos do relatório original para evitar um texto excessivamente longo. Detalhes metodológicos, bem como uma breve descrição das experiências argentina, coreana e mexicana e uma análise preliminar do desempenho comercial no período recente podem ser encontrados no estudo original.

Retrospectiva da Política de Comércio Exterior e a Abertura Recente

I. INTRODUÇÃO

Esta seção tem por objetivo descrever os principais traços da política brasileira de comércio exterior no período do pós-guerra e discutir a abertura do regime comercial brasileiro nesta perspectiva histórica.

O item II contém uma retrospectiva da política comercial, sugerindo uma periodização, conforme o grau de estímulo concedido aos fluxos comerciais. O item III descreve as principais tendências recentes.

II. A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA NO PERÍODO 1947/1989

1. Panorama da Política Comercial no Pós-Guerra

A despeito dos vários pontos controversos acerca da política comercial do pós-guerra, é possível traçar algumas linhas divisórias entre os objetivos perseguidos, como sugere o Quadro 1 (ver nos Gráficos 1 e 2 a evolução do grau de abertura no período 1947/91). A divisão deste período em quatro fases foi realizada com base nas diferenças de estímulos dados ao comércio exterior.

A fase que se estende de 1947 a 1964 pode ser caracterizada como "introvertida", posto que os fluxos comerciais foram relativamente inibidos pelos instrumentos de política. Por sua vez, a orientação prevalecente até 1973/74 foi a de incentivar as exportações e liberar, ainda que timidamente, a estrutura tarifária.¹ Após a eclosão da crise do petróleo, contudo, verificou-se novo fechamento da economia, que, salvo por algumas medidas liberalizantes, estendeu-se até março de 1990.

O sistema de incentivo às exportações foi mantido até 1979 sem uma correção cambial mais significativa; o advento da segunda crise do petróleo e a crise da dívida externa, por sua vez, conduziram ao esgotamento da estrutura de incentivos, criada em meados dos anos 60, e a mudanças freqüentes no regime cambial ao longo dos anos 80.

Na ausência de um ajuste macroeconômico profundo, a política de importações serviu continuamente para atenuar as crises cambiais. A utilização dos sistemas tarifários e não-tarifários tem relegado a uma função não prioritária a sinalização de preços relativos para as políticas industrial e agrícola.

Apresenta-se, a seguir, um quadro-resumo das medidas de política comercial e aspectos do desempenho do setor externo no Brasil, entre 1947 e 1989. As fases da política de comércio exterior de introversão (até 1964), extroversão (1964/73), novo fechamento (1974/80) e na década de 80 são discutidas nas subseções seguintes. O programa de abertura adotado após março de 1990 é comentado no item subseqüente (ver Quadro 1).

2. O Período de Introversão Comercial até 1964

No imediato pós-guerra (1945/46), a política liberal em relação às compras externas, num contexto de câmbio valorizado, descompressão de uma demanda pre-

¹ Bergsman (1977), Braga & Tyler (1990), Fasano Filho (1988) e Moreira & Araújo (1984) contém, entre outros, uma avaliação da política comercial no pós-guerra.

viamente reprimida e inadequação da estrutura de saldos conversíveis/inconversíveis, provocou uma rápida deterioração da posição das reservas. Daí a guinada da política comercial na direção oposta a partir de 1947, introduzindo a centralização cambial e um rígido sistema de controle quantitativo sobre as compras externas.

Argumenta-se que este último teve um duplo impacto positivo sobre a substituição de importações; de um lado, foi possível manter uma taxa cambial sobrevalorizada e, de outro, privilegiaram-se as compras de insumos e equipamentos necessários à continuidade da industrialização. A sobrevalorização cambial, na segunda metade dos anos 40, representou um imposto sobre os exportadores, em favor da substituição de importações.

Em janeiro de 1953 empreendeu-se uma reforma cambial através da Instrução 70 da Sumoc, dando lugar ao sistema de taxas múltiplas de câmbio e de leilão de divisas. Estas taxas foram, contudo, eliminadas com a reforma de outubro de 1953.

A Lei de Tarifas de agosto de 1957 marcou uma modernização do sistema: i) modificou-se o leilão de divisas; ii) substituiu-se as tarifas específicas por tarifas *ad valorem* (relativamente protecionistas); e iii) adotou-se regulamentos restritivos específicos. A administração desta estrutura tarifária ficaria a cargo do recém-criado Conselho de Política Aduaneira (CPA), ativando-se, além disso, a Lei do Similar Nacional. A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) ficaria incumbida dos controles sobre os fluxos de comércio. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) seria responsável pela aplicação do sistema de incentivos fiscais (principalmente isenções e reduções tarifárias) para projetos aprovados de substituição de importações.

Cumprir notar que esta estrutura institucional de comércio exterior, pelo menos em seus principais contornos, perdurou até o final da década de 80.

Em 1961 a Instrução 204, da Sumoc, pôs fim à experiência de taxas múltiplas e leilão de divisas, sendo instituído em compensação um depósito compulsório sobre compras externas. As taxas cambiais de produtos estratégicos, como máquinas e equipamentos, passaram a ser determinadas pelo mercado livre.

A política de comércio exterior, nas décadas de 40 e 50, caracterizava-se por um elevado grau de proteção, estava intrinsecamente articulada ao processo de industrialização do país em pelo menos quatro aspectos:

- i) A elevada proteção viabilizou o desenvolvimento de atividades manufatureiras no país, num grau muito maior que o proporcionado pelos diferenciais de produtividade com os produtores estrangeiros.
- ii) A proteção tarifária, os subsídios estatais e um promissor mercado interno, como o brasileiro, estimularam a entrada de capital estrangeiro na atividade industrial, especialmente nos anos 50.
- iii) Na ausência de uma estrutura tributária desenvolvida, a tributação da atividade agroexportadora era importante fonte de recursos ao Estado, permitindo a transferência de recursos de setores tradicionais para a montagem da indústria.
- iv) As reduzidas oportunidades oferecidas pelo mercado mundial aos países menos desenvolvidos, pelo menos até o início dos anos 60, não favoreciam economias mais abertas aos fluxos comerciais.

Após um período de rápido crescimento e montagem de segmentos importantes da indústria durante o governo Juscelino Kubitschek, calcado internamente no financiamento inflacionário e confisco cambial sobre as exportações, deparou-se no início

daqueles anos com pontos de resistência. A continuidade da industrialização passou a exigir a superação dos problemas relacionados ao estancamento do investimento direto estrangeiro, à inflação crescente e à incapacidade de as exportações gerarem divisas nos montantes requeridos.²

3. A Relativa Liberalização da Política Comercial em 1964/1973

Importantes inovações foram empreendidas no período que segue à mudança do regime político em 1964. Além da reforma tributária, criação da correção monetária e reforma financeira, destacam-se as alterações na política cambial, introdução de diversos incentivos exportadores, e liberalização do regime de importações.³

Importa observar que, apesar da utilização de um discurso liberal, a reforma não objetava o aprofundamento da industrialização por substituição de importações, mas visava apenas torná-la mais eficiente. De outro lado, não se cogitava implementar algum tipo de "modelo exportador"; tratava-se apenas de incentivar as exportações para elevar a capacidade de importação do país.

Esta liberalização ocorria, por sua vez, num contexto externo favorável, marcado por elevadas taxas de expansão do comércio e reestruturação do sistema financeiro internacional, o que favorecia a penetração de economias recentemente industrializadas como a brasileira.

No que tange às importações, as primeiras medidas foram bastante liberalizantes, prevalecendo inicialmente a orientação de não imposição de restrições não-tarifárias. Em 1965, extinguiu-se o sistema de depósito prévio e eliminaram-se as sobretaxas incidentes sobre os produtos estrangeiros. Em janeiro de 1966, reformulou-se o sistema de tarifas *ad valorem* (implantado em 1957) com a regulamentação do imposto de importação (Decreto-Lei nº 37).

Em 1967 promoveu-se uma profunda transformação da estrutura tarifária (Decreto-Lei nº 63):

- i) os níveis das tarifas foram sensivelmente reduzidos (ver Quadros 2 e 3 para evolução das tarifas médias nominal e efetiva);
- ii) eliminou-se qualquer tipo de taxa múltipla e de prêmios cambiais (depósitos prévios e sobretaxas de importação);
- iii) criaram-se isenções, favorecendo linhas específicas de produtos;
- iv) foram eliminadas as "categorias especiais",⁴ que incluíam bens com similares nacionais sobre os quais recaía um ônus adicional *vis-à-vis* os produtos domésticos.

A reforma de 1967 trouxe consigo uma substancial redução tarifária, conforme ressaltado por Fishlow (1975). No entanto, parcela não negligenciável desta redução correspondia à redundância tarifária. Entretanto, a diminuição da taxa de câmbio para as importações a partir de 1964, foi um fator de importância para o barateamento das importações no período.⁵

² O fraco desempenho da balança comercial brasileira nos primeiros anos da década de 60 — o déficit comercial médio em 1961/63 foi de US\$ 133 milhões — constitui uma indicação neste sentido.

³ Análises exaustivas acerca deste período podem ser encontradas em Fishlow (1975), Doellinger (1972) e Simonsen (1979).

⁴ Os prêmios cambiais sobre importações das categorias especiais haviam sido reduzidos de 260% em 1964 para 96% em 1966.

⁵ A valorização cambial real resultou de uma desvalorização da taxa cambial básica em 15% a 20% menos que a elevação dos preços domésticos desde 1964 (ver Fishlow (1975, p. 43-a, Tabela X)).

Este impulso liberalizante foi refreado já em 1968:

- i) Os níveis das alíquotas foram elevados, ainda que a patamares inferiores àqueles prevalecentes antes da reforma de 1967.
- ii) Foram criados em 1969 três regimes especiais de importação, prevendo medidas anti-*dumping* e de proteção a certos setores nacionais e de regulação da oferta interna.⁶
- iii) Em 1969 elevou-se em cem pontos percentuais as tarifas dos bens que antes de 1967 pertenciam à categoria especial (Decreto-Lei nº 398).

É verdade que, paralelamente a esta relativa reversão da reforma de 1967, criaram-se várias isenções para o imposto de importação, bem como mecanismos de *draw-back*.

Com referência às exportações, logo foram tomadas medidas para desobstruir os canais para o mercado externo:⁷

- i) promoveu-se certa desburocratização nos procedimentos para a exportação;
- ii) unificou-se o comando da política de comércio exterior no Conselho de Comércio Exterior (Concex);
- iii) isentou-se o exportador do IPI (Lei nº 4.502, de 30/11/64), do IOF, do IUCL e do IRPJ na parcela da produção exportada;
- iv) implementou-se efetivamente o regime de *draw-back*; e
- v) criaram-se mecanismos de financiamento, como Finex, Fungiro, linha junto ao Banco do Brasil e capital de giro (Resolução 71).

Uma modificação reconhecidamente importante para o segmento exportador foi o sistema de minidesvalorizações cambiais, criado em agosto de 1968. As minidesvalorizações reduziram a magnitude das oscilações do câmbio, coibindo as ações especulativas e diminuindo o grau de risco do setor. Até então, a política cambial nos anos 60 havia se caracterizado pela valorização e instabilidade da taxa real de câmbio.

No período 1969 a 1971 tomaram-se novas medidas favorecendo ainda mais a rentabilidade do setor exportador:

- i) Instituiu-se o "crédito-prêmio" IPI (Decreto-Lei nº 491) em 1969, e o "crédito-prêmio" ICM em 1970, o que na prática constituiu uma duplicação daquele, uma vez que as alíquotas de referência eram as do último tributo.
- ii) Ampliaram-se os recursos fornecidos através da Resolução 71, como também o estabelecimento, em 1971, de novas formas de aplicação do *draw-back* (Decreto-Lei nº 68.904).

Em 1972 foram instituídos três novos incentivos à exportação: o projeto de transplante de indústrias, a Befiex e as *trading companies*.

⁶ O primeiro foi o de contingenciamento, que subordinou a isenção de tarifa à aquisição de similar nacional numa certa proporção; o segundo, o da pauta de valores mínimos, fazendo incidir a tarifa sobre um valor mínimo e não o de um preço excessivamente baixo, eventualmente provocado por práticas de *dumping*; por fim, o preço de referência que constitui um aperfeiçoamento daquele regime. Ver Brage & Tyler (1990) e Bergsman (1977).

⁷ Para uma discussão das alterações da política de exportações no período, ver Brage, Santiago & Ferro (1987); Pinto (1982); Musalem (1981) e Neves (1982).

A Befiex, o mais importante destes programas, foi concebida como um programa de compras externas vinculadas às exportações, de forma que os próprios setores demandantes de bens estrangeiros pudessem gerar as divisas necessárias para sua aquisição. As firmas obteriam as importações desejadas a custos menores e, em troca, assumiriam compromissos de exportação.⁸

Como resultado desta fase de incentivo industrial-exportador os produtos industrializados assumem, ao longo dos anos 70, o predomínio na pauta de exportações do país (ver Quadro 4).

Em resumo, no período que se estende de 1964 a 1973 operou-se uma reorientação da política de comércio exterior, favorecendo os fluxos de importações e exportações. Esta fase foi marcada efetivamente por uma maior abertura comercial, verificada nos coeficientes de exportação e importação em relação ao PIB (ver Quadros 5 e 10 e Gráficos 1 e 2).

4. O Relativo Fechamento Comercial no Período 1974/1980

A quadruplicação dos preços do petróleo, ocorrida em fins de 1973, ocasionou uma retração no comércio mundial em 74. Embora o Brasil tenha prosseguido em sua política fiscal expansionista, pelo menos até 1979, as pressões da conta corrente para uma desvalorização cambial foram contornadas através de incremento do endividamento externo, elevação das tarifas e de maiores restrições quantitativas às importações.⁹

Práticas não-tarifárias adotadas no período, e eficazes para conter importações, foram:¹⁰

- i) O estabelecimento de um mecanismo de depósitos prévios para importações (1975).
- ii) As restrições da Cacex no fornecimento de guias de importação e do CDI na concessão de exceções tarifárias para programas de incentivo industrial.
- iii) Controles diretos sobre aquisição de bens importados pelas empresas públicas.
- iv) Maior rigor na interpretação de "similaridade nacional" para efeito de veto nos pedidos de benefícios de importação.
- v) Os Acordos de Participação Nacional, que determinavam, para cada produto, a razão percentual entre bens importados e os adquiridos domesticamente.

Estas restrições às importações resultaram numa contenção do *quantum* importado (excluindo-se petróleo). Relativamente ao PIB as importações declinaram, em dólares constantes de 1970, de aproximadamente 10,5% em 1974 para cerca de 7% em 1980 (ver Quadro 5).

A política cambial notabilizou-se durante a década de 70 pelo sistema de minidesvalorizações, observando, de certa maneira, o critério da Paridade do Poder de Compra (PPC) relativa, desvalorizando a moeda doméstica pelo diferencial entre a inflação brasileira e a externa. Observou-se uma relativa estabilidade da taxa de câmbio real até 1979 (ver Quadro 7). A perda de competitividade¹¹ dos produtos

⁸ Ver Neves (1982) e Oliveira (1984), acerca da Befiex.

⁹ Com efeito, a tarifa nominal média dos manufaturados subiu de 57% (1973) para 99% (1980), conforme indicado no Quadro 2.

¹⁰ Enfoques detalhados das medidas adotadas no período, para restringir as importações, podem ser encontrados em Guimarães, Carvalho & D'Althouguia (1987), Dib (1985) Moreira & Araújo (1984) e Rosa (1979).

¹¹ Ver Zini (1988 a,b) para uma discussão das condições de competitividade da economia brasileira vis-à-vis a evolução cambial.

domésticos ao longo dos anos 70, no entanto, contribuiu para a piora do saldo comercial.

O governo brasileiro adotou subsídios e incentivos às exportações e restrições às importações, visando recuperar o desempenho comercial. Surgiram em resposta, na segunda metade dos anos 70, pressões e retaliações de parceiros comerciais, como a imposição de sobretaxas e a fixação de quotas para nossos produtos de exportação, adotadas pelos EUA e Mercado Comum Europeu.

Em fins de 1979 o quadro de crise do setor externo e a aceleração inflacionária obrigaram as autoridades a adotar uma série de medidas relativas ao comércio exterior.¹² Destacam-se, dentre as medidas do pacote de 10/12/79:

- i) maxidesvalorização cambial de 30%;
- ii) eliminação dos subsídios de crédito fiscal na exportação de manufaturados e do depósito prévio para importações;
- iii) congelamento dos fundos depositados no Banco Central, na forma da Resolução 432 (referem-se a empréstimos externos contratados sob a Lei nº 4.131); e
- iv) redução das importações do setor público (teto de 80% sobre o valor de 1979).

Em suma, esta fase posterior ao choque externo de 1974 mostra uma reversão dos estímulos liberais às importações, iniciados em 1964/67, motivada pelo primeiro choque externo.

5. A Crise Econômica e Maior Fechamento nos Anos 80

Em face da crise do setor externo e a impossibilidade de maior endividamento em moedas fortes no início dos anos 80, as alternativas de política para o governo brasileiro resumiram-se a um ajuste interno parcial — via políticas fiscal e monetária — e maior fechamento comercial para os produtos estrangeiros. Tomou-se imperativo obter superávits comerciais, dado o crescente serviço da dívida e a exaustão de fontes para novos financiamentos.

No início da década de 80 implementaram-se quatro importantes inovações visando à contenção das importações:¹³ (a) o estabelecimento das “suspensões temporárias” das guias de importação emitidas pela Cacex, que englobam as importações proibidas do “Anexo C” e de produtos individuais (como eletrônicos e de informática); (b) necessidade de financiamento externo das importações, segundo o tipo de produto e o volume da transação; (c) controles sobre o comércio exterior, exercidos pelo Banco Central; e (d) os *Programas de Importação*, através dos quais as firmas deveriam, a cada ano, negociar individualmente com a Cacex seus níveis de importações anuais.

O sistema prévio de incentivos à exportação mostrou-se crescentemente inadequado no início dessa década devido a:

- i) elevado volume de incentivos para neutralizar o viés antiexportador;
- ii) forte restrição fiscal do Estado, em virtude dos encargos das dívidas interna e externa;
- iii) limites à concessão de crédito subsidiado, dada a desorganização do sistema de preços e o elevado custo do financiamento doméstico; e

¹² As motivações e o conteúdo da reforma de 1979 encontram-se em Rosa (1979 e 1980).

¹³ Segundo Moreira & Araújo (1984) e Braga & Tyler (1990).

- iv) resistências dos parceiros comerciais, num mundo mais protecionista e contexto de freqüente tutela do país por organismos multilaterais, em virtude da crise da dívida.

Note-se que em outubro de 1980 foram aprovadas medidas visando incentivar exportações de produtos manufaturados através de maiores facilidades de financiamento. Foi aprovado, ainda, o retomo do crédito-prêmio à exportação, com alíquotas de 15% em 1981, 9% em 1982 e 3% até 30/06/1983.¹⁴

Os elevados saldos comerciais obtidos após 1984 (com breve interrupção em 1986) decorreram de políticas de administração restritiva da demanda e acentuados controles e restrições às importações (restrições quantitativas mais intensas, redução do fornecimento de guias de importação e da cobertura das isenções e reduções tarifárias) a partir de 1983.

Com relação à administração do câmbio, a política de minidesvalorizações, iniciada em 1968, sofreu várias descontinuidades na década de 80:¹⁵ maxidesvalorização (dezembro de 1979); prefixação da correção cambial em 40% e da correção monetária em 45% para 1980; minidesvalorizações em 1981/82 (acima da variação do IPA); maxidesvalorização de 30% (fevereiro de 1983); novamente minidesvalorizações, congelamento cambial (março a dezembro de 1986); uma mididesvalorização no Plano Bresser (1987), novo congelamento (janeiro a abril de 1989); e outra mididesvalorização, em julho de 1989.

O resultado observado no câmbio real no período recente é uma maior dispersão, sendo o Quadro 7 ilustrativo a este respeito. É evidente que esta instabilidade cambial constituiu constrangimento importante para uma expansão sustentada dos fluxos comerciais, especialmente devido à incipiência do mecanismo de *hedge* cambial no país.

6. As Reformas Tarifárias de 1988 e 1989

A reforma tarifária de 1988 implicou uma redução das tarifas nominais — sem, contudo, eliminar a redundância tarifária (ver Quadro 9) — e propiciou uma simplificação e consolidação dos regimes de tarifação de bens importados.¹⁶ Eliminaram-se as sobretaxas de Imposto de Operações de Câmbio e Valores (IOF) e Taxa de Melhoria de Portos (TMP) e uma parcela (correspondente a 16% das importações) dos regimes especiais. Outros regimes deste tipo permaneceram com 80% de isenção (navegação aérea, energia elétrica, Petrobrás e cinema/rádio/TV), sendo os demais plenamente mantidos (incentivos à exportação, Befiex, *draw-back*, acordos internacionais, Zona Franca de Manaus, etc.).

O ponto fundamental das restrições não-tarifárias, no entanto, ficou intocado. Ademais, como avaliam Braga & Tyler (1990), mesmo com a redução da tarifa máxima para 85%, a tarifa média para manufaturados (incluindo sobretaxas) foi estimada em 51% em agosto de 1989 (ver Quadro 2), o que ainda é extremamente elevado para os padrões internacionais. Isto mostra que a reforma de 1988 sinalizou para uma racionalização tarifária, mas sem caracterizar uma liberalização comercial.

Em agosto daquele ano deu-se seqüência a esta reforma comercial com o estabelecimento de novas alíquotas do imposto de importação dos 11,5 mil produtos da Tarifa Aduaneira Brasileira (TAB). No seu conjunto, no entanto, não se implementou nenhuma medida liberalizante de impacto.

¹⁴ Em 1982 o crédito-prêmio de IPI foi prorrogado até 1985, com uma alíquota de 11%.

¹⁵ A discussão das mudanças cambiais e da eficácia do instrumento cambial como promotor do saldo comercial, no período recente, é feita por Zini (1988a,b).

¹⁶ Um sumário das medidas implementadas pela reforma de 1988 e uma avaliação da proteção efetiva dela decorrente podem ser encontrados em Kume & Patrício (1988) e Kume (1989).

Na realidade, a minirreforma tarifária de 1988/89 foi importante como forma de sinalizar e "preparar o terreno" para o programa de abertura comercial de 1990. Um projeto mais ambicioso de reformulação da política comercial viria a ser anunciado somente após a posse da administração Collor. Seus traços principais serão analisados nos itens seguintes.

III. AS MEDIDAS RECENTES DE ABERTURA E SUA IMPORTÂNCIA NO ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO

A administração, que tomou posse em março de 1990, tem sinalizado uma disposição de liberalizar o comércio e abrir a economia num grau significativo relativo aos padrões do pós-guerra.

Esta reorientação da política de comércio exterior reflete mudanças nos âmbitos externo e interno. Destacam-se no plano internacional:

- a) O aumento do grau de abertura da economia mundial (ver no Quadro 10 a sua evolução para países selecionados), a despeito da persistência do protecionismo e das indefinições da Rodada Uruguay.
- b) Acentuaram-se os fenômenos da integração e globalização produtivas.
- c) Parcela significativa do investimento direto estrangeiro tomou-se menos atraída por economias, cujos mercados são altamente protegidos neste contexto de globalização da produção. Seu ingresso está bastante associado às vantagens específicas que economias possam oferecer para uma estratégia de produção mundial.
- d) Ampliaram-se os requisitos de integração tecnológica e preparo da mão-de-obra, para que o país alcance uma integração vantajosa na divisão internacional do trabalho.

Após a constituição de um parque industrial diversificado, toma-se necessário privilegiar a eficiência produtiva. Requer-se uma mudança de ênfase da política comercial pelas seguintes razões de ordem interna:

- a) Durante a constituição do parque industrial doméstico a taxa de investimento manteve-se alta, tendo sido estimulada pela possibilidade de compra subsidiada de insumos e bens de equipamento importado. Contudo, na medida em que a industrialização do país permitiu um elevado grau de verticalização da produção, com a maior parcela dos bens de capital e insumos sendo produzida internamente e sem competição externa, verificou-se um encarecimento dos bens de produção. Isto tende a inibir o investimento e a modernização, repercutindo negativamente sobre a produtividade do conjunto da indústria.
- b) Um maior grau de abertura da economia poderia, no médio e longo prazos, aumentar a disciplina dos preços domésticos obrigando uma maior proximidade com os preços internacionais. Tal efeito seria particularmente relevante às indústrias caracterizadas por forte concentração, nas quais os produtores monopolistas ou oligopolistas detêm poder de determinação dos preços.
- c) Em um contexto de maior exposição aos mercados mundiais os aumentos salariais teriam de estar baseados no incremento de produtividade — o que exige melhor qualificação e treinamento da mão-de-obra.
- d) A pressão distributiva vê-se potencialmente agravada depois de uma década de estagnação da renda *per capita* e de piora ainda maior na concentração da renda.¹⁷

¹⁷ A taxa média anual de expansão da renda per capita foi de 0,7% nos anos 80; estimativas do coeficiente de Gini sugerem um aumento deste indicador de concentração de 0,59 em 1980 para 0,602 em 1987.

Medidas Recentes de Abertura

A compreensão da necessidade de uma reorientação na política de comércio exterior brasileira antecedeu a administração Collor. Apesar da prevalência de mecanismos restritivos ao comércio, ao longo dos anos 80, já se verificava uma preocupação com um aumento do grau de abertura e uma readequação dos instrumentos de política, presentes nas reformas de 1988 e 1989.

Concomitantemente à divulgação do programa de estabilização econômica, o governo anunciou, entre outras medidas:¹⁸ (a) o fim dos controles administrativos representados pelos programas de importação das empresas; (b) a eliminação de vários regimes especiais de tributação para importação; (c) redução em 50% dos percentuais relativos ao Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); (d) redução em 80% do imposto sobre importação e sobre produtos industrializados para equipamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica, metrô; produção e prospecção de petróleo, e equipamentos para transmissão de rádio e televisão; e (e) suspensão de projetos ligados às novas Zonas de Processamento de Exportações.

No tocante à política cambial, instituiu-se um regime de câmbio flutuante, tendo a cotação da moeda estrangeira passado a flutuar sob controle do Banco Central, determinada pelas operações efetuadas entre agentes usualmente autorizados a participar do mercado de divisas.

Novas medidas de abertura e modernização da economia foram divulgadas no dia 26/06/90. Destacam-se dentre elas:¹⁹

- a) aceleração do cronograma de redução de alíquotas para o setor têxtil;
- b) redução do escopo de aplicabilidade da lei do similar;
- c) eliminação dos programas de importação por empresa a partir de 01/07/90;
- d) redução da alíquota do IPI de 40% para 20% para veículos com menos de 1000cc;
- e) criação dos grupos executivos de políticas setoriais;
- f) redução do índice mínimo de nacionalização para obtenção de crédito Finance; e
- g) redução dos controles administrativos sobre as importações.

Além da redução das alíquotas de importação de alguns setores (têxtil e químico, por exemplo), divulgaram-se as metas de continuidade desta política, prevendo-se, inicialmente, uma queda da tarifa média dos atuais 32,2% para uma tarifa média (e modal) de 20% em 1994.

No início de 1991, e desta vez acompanhando o Plano Collor 2, o governo explicitou um cronograma ligeiramente mais acelerado de redução tarifária, conforme expresso no Quadro 11. Passou-se, de fato, a propor um declínio maior da tarifa média (para 14,2%), além da significativa redução na dispersão tarifária (ver Quadro 11). O objetivo liberalizante seria reafirmado, em seguida, no *Projeto de Reconstrução Nacional*.²⁰

¹⁸ As medidas constavam inicialmente da Medida Provisória 158, de 15/03/90, tendo sido modificadas e transformadas sob a forma de Lei nº 8.032/90.

¹⁹ Ver documento oficial divulgado nesta data sob o nome *Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior*.

²⁰ Ver *Projeto de Reconstrução Nacional* (1991, pp. 12 e 14).

Em 1994 as tarifas devem situar-se entre 0 e 40%, com alíquotas média e modal de 20%, nas seguintes categorias:

Tarifa	Tipo de Bem
0%	• sem produção nacional
	• nítida vantagem comparativa
	• <i>commodities</i> com pequeno valor
5%	• produtos que já estavam em 5%
10-15%	• com insumos com tarifas de 0%
20%	• manufaturados em geral
30%	• química fina, trigo descascado, biscoitos, bolachas, massas alimentícias, toca-discos, videocassetes, aparelhos de som
35%	• automóveis, caminhões, motos
40%	• produtos de informática

Os dados disponíveis de proteção efetiva atestam uma razoável queda da proteção média (de 32,05% em 1991 para 16,6% em 1994), bem como uma queda ponderável na dispersão (de 26,81 em 1991 para 10,65 em 1994).

O programa de abertura não sofreu modificações sensíveis com a mudança da equipe econômica em maio de 1991. Suas metas foram reafirmadas e seu ritmo ligeiramente acelerado. Nota-se, contudo, uma tendência de reconstituir, ainda que parcialmente, o sistema de incentivos às exportações, inicialmente eliminado em março de 1990.

Ressaltam-se, dentre as medidas tomadas em fevereiro de 1992:

- a) restabelecimento parcial dos incentivos à exportação com a isenção do IPI para matérias-primas nacionais utilizadas em exportáveis;
- b) ampliação e maiores atrativos para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex); a taxa de financiamento passou a ser a Libor e a diferença em relação aos juros internos deve ser financiada com títulos públicos federais com cláusula cambial; e
- c) tentativa de diminuição da burocracia para operações de exportação e importação.

Além disso, antecipou-se o cronograma de redução tarifária de 01/01/93 para 01/10/92 e de 01/01/94 para 01/07/93 (ver Quadro 11), fato que chegou a gerar resistências de alguns setores.²¹

O caráter liberalizante das medidas recentes contrasta naturalmente com a tradição protecionista antes descrita. Longe, no entanto, de representar uma total reversão da estratégia anterior, essas modificações marcam um desdobramento natural do processo de substituição de importações, uma vez atingido um nível razoável de maturidade da indústria doméstica. Com efeito, foi a consolidação da industrialização prévia que pôde, em princípio, viabilizar uma maior abertura da economia brasileira neste final de século.

²¹ Discutem-se na seção final as questões associadas ao timing adequado do programa.

A Percepção do Setor Privado e os Principais Condicionantes do Processo de Abertura

I. INTRODUÇÃO

A transição da economia brasileira, de um relativo fechamento ao mercado externo para uma maior exposição aos fluxos de comércio, envolve transformações significativas na estrutura produtiva. Ao contrário daquilo que ocorreu com as economias do leste asiático, no Brasil tal processo ocorre em meio a uma grave crise de estabilização, tomando ainda maiores os desafios a serem enfrentados. Esta Seção objetiva apontar os principais problemas envolvidos, tomando por base a literatura recente e uma sondagem junto a uma amostra de empresas.

Além disto, discute condicionantes e recomendações de política comuns a processos de liberalização comercial e aduz evidências de uma sondagem junto a uma amostra de 113 empresas, extraídas do anuário *Quem é Quem na Economia Brasileira* da revista *Visão*. Finalizando, destaca as principais implicações de política econômica.

II. CONDICIONANTES E OBSTÁCULOS PARA O PROCESSO DE ABERTURA

O Quadro 1 destaca os principais obstáculos ao programa de abertura comercial, segundo a natureza dos problemas e o horizonte de tempo necessário para enfrentá-los. O agrupamento dos problemas em questões de i) competitividade sistêmica; ii) crise de estabilização; iii) desenhos da política; e iv) resistência constitui obviamente uma simplificação para fins expositivos. Esta agregação ajuda, no entanto, a compreender a natureza distinta dos desafios colocados para os formuladores de política.

1. Competitividade Sistêmica

Mesmo os segmentos competitivos internacionalmente (do ponto de vista microeconômico) ressentem-se de um ambiente favorável à concorrência em nível mundial. No curto prazo, o Estado precisa aparelhar-se para prover serviços de apoio de maneira rápida e envolvendo o mínimo de burocracia, o que requer uma reforma desregulamentadora. No médio prazo, é preciso superar as deficiências da infra-estrutura de transportes e energia. Dado o constrangimento fiscal, a maior parte das tarefas envolvidas depende do sucesso do processo de privatização. No longo prazo, seria preciso diminuir os atrasos tecnológico e educacional.

2. Problemas Derivados da Crise de Estabilização

Diferentemente dos países do leste asiático, que lograram abrir suas economias em ambientes já previamente estabilizados, a abertura comercial brasileira está sendo proposta no contexto de uma crise de estabilização e de renegociação do débito externo.

- **Vicissitudes da Estagflação**

A desorganização do sistema de preços impõe dificuldades óbvias ao esforço competitivo da indústria. Note-se, ademais, que a inflação tende a acentuar as desvantagens comparativas em setores como os de bens de capital — em virtude das dificuldades adicionais que impõe aos contratos de longo prazo, do efeito acelerador de contração de demanda e elevado custo da política de juros reais positivos — num ramo onde o ciclo produtivo é tipicamente mais prolongado.

- O Problema da Dívida

O sucesso da abertura comercial requer uma regularização das relações do país com a comunidade financeira internacional. Tal constatação deriva de novas circunstâncias nas quais a estratégia de confronto com os credores passou a ser menos atraente: i) reabertura seletiva de linhas de crédito internacional a segmentos do setor privado; ii) constatação de forte efeito de contaminação do investimento privado em decorrência do impasse na negociação da dívida; e iii) possibilidade de ganhos indiretos com um acordo como a redução dos juros internos.

Como esta normalização demanda tempo, as projeções de disponibilidades de divisas estarão sujeitas a diferentes cenários de renegociação da dívida externa. A escassez de linhas de crédito comercial e, sobretudo, de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos constitui um exemplo típico de dificuldades nesta área. Note-se que este representa mais um problema particularmente importante para o setor de bens de capital.

A escassez de divisas é agravada, ademais, pela pressão de demanda reprimida por produtos importados, que tende a caracterizar os períodos de abertura da economia. A maior confiança derivada de um acordo externo ajudaria a conter expectativas pessimistas em relação a eventuais estrangimentos cambiais.

- Investimento

A redução na taxa de investimento representa um dos aspectos mais preocupantes para a economia brasileira nos últimos anos. A crônica instabilidade macroeconômica e a semi-estagnação da economia brasileira nos anos 80 repercutiram de forma particularmente nociva sobre o investimento. A taxa de formação de capital, na última década, caiu cerca de 20% em comparação aos anos 70, e se encontra aquém do nível compatível com um crescimento anual médio no intervalo de 6% - 7%.²²

Prevalecem fatores inibidores para os possíveis agentes de uma retomada do investimento. A perda de capacidade de poupança por parte do setor público impede que uma eventual recuperação seja liderada pelo Estado. Agrava, ademais, a queda de inversões em setores de infra-estrutura (por exemplo, transportes e telecomunicações), o que tende a repercutir negativamente sobre a competitividade do conjunto da indústria, conforme anteriormente destacado.

O setor privado, por sua vez, tende a diminuir o investimento em função da instabilidade e menor previsibilidade inerentes a períodos de crise de estabilização. Esta inibição é tipicamente superior no caso do capital estrangeiro, principalmente quando se considera o "efeito de contaminação", fruto do impasse da dívida externa.²³ Acrescente-se que, mesmo nas experiências até aqui relativamente bem-sucedidas de estabilização (Chile e México, por exemplo), a retomada das inversões é um processo moroso, constituindo uma das principais dificuldades à conclusão do processo de ajuste estrutural.

Os fatores mencionados anteriormente sugerem o risco de uma abertura da economia, nas circunstâncias atuais, ocorrer com uma taxa de investimento excessivamente baixa e, por conseguinte, incompatível com a manutenção de patamares mínimos de competitividade por parte dos produtores nacionais.

Note-se, contudo, que a evidência empírica demonstra não existir uma relação simples entre reformas estruturais e investimento. Conforme destacado por Serven

²² A taxa de investimento se encontra atualmente em torno de 17%. Na hipótese (otimista) de manutenção da relação incremental capital/produto em 3,5, correspondente ao comportamento desta variável nos anos oitenta, seria preciso elevar a taxa de inversão a 21% para assegurar um crescimento de 6% do PIB.

²³ Verificou-se um declínio de uma média anual de US\$ 1,2 bilhão em 1980/84 para um fluxo negativo de US\$ 200 milhões em 1985/89.

e Solimano, o clima de confiança gerado pelas reformas privatizantes e sobretudo uma eventual concomitância entre liberalização e estabilidade macro podem incentivar a inversão privada.

Além disso, o barateamento dos bens de produção, em virtude da redução tarifária, e a maior concorrência externa podem estimular o investimento.²⁴ Este fator parece particularmente relevante tendo em vista o elevado custo relativo dos bens de capital na última década.²⁵ Um esperado barateamento de partes e componentes importados, relacionados ao setor de informática, ilustra os benefícios potenciais.

III. DESENHO DA POLÍTICA DE ABERTURA COMERCIAL

Um problema imediatamente colocado para as autoridades executoras de um programa de abertura é o de como conduzir a política cambial. O Plano Collor inaugurou uma experiência peculiar de taxas flutuantes de câmbio, o que justifica a atenção, ainda que de forma sumária, aos possíveis problemas neste terreno. As dificuldades referem-se tanto ao *nível* da taxa de câmbio quanto à sua *volatilidade*.

No tocante ao nível do câmbio, um dos maiores problemas da política macroeconômica atual reside na combinação inadequada das políticas fiscal e monetária. A incapacidade de promover, de fato, um ajuste fiscal faz recair toda a responsabilidade de contenção da demanda agregada sobre as autoridades monetárias. Isto implica juros altos, e, conseqüentemente, apreciação do câmbio.

Ora, num momento em que se pretende abrir a economia, elevando a participação dos fluxos comerciais como percentual do PIB, uma apreciação cambial excessiva é, em geral, indesejável. Acrescente-se que a capacidade do Estado de compensá-la através de políticas de subsídios fiscais, como ocorreu de certa forma no passado, é limitada devido ao constrangimento fiscal.

No que tange à volatilidade, é razoável supor que o fenômeno seja particularmente relevante numa economia como a brasileira em função:

- i) do elevado grau de rigidez dos preços;
- ii) do menor controle sobre os instrumentos tradicionais de política monetária.

Esta volatilidade agrava a instabilidade estrutural, decorrente do risco de restrição cambial — que é factível, uma vez que o problema da dívida externa ainda está pendente. Considere-se, ademais, que a variabilidade da taxa de câmbio não pode ser devidamente neutralizada pelos agentes, em virtude do desenvolvimento ainda incipiente dos mecanismos de *hedge* cambial (pequeno desenvolvimento do mercado futuro de câmbio, como exemplo). Conclui-se, assim, que os choques monetários não apenas são mais freqüentes, mas seus impactos sobre o câmbio mais perniciosos.

1. Credibilidade

Um dos pressupostos essenciais para o sucesso de um processo de liberalização das importações é a credibilidade: a consolidação da crença de que uma mudança definitiva de regime está de fato sendo promovida.

Calvo (1987) contém um modelo simples de equilíbrio intertemporal, do qual resultam dois resultados de particular interesse. A desconfiança dos agentes (no caso, unidades maximizadoras de utilidade com horizonte temporal infinito) de que a suspensão dos meca-

²⁴ Fritsch e Franco (1991, p.5) são céticos quanto ao barateamento dos bens de produção, com base no argumento de que o sistema de isenções tarifárias prévio à reforma não implicava desembolsos por parte dos importadores, e, portanto, não deveria repercutir sobre os preços; se este raciocínio fosse verdadeiro, o equivalente tarifário resultaria em preços mais elevados. O argumento desconsidera, no entanto: i) absorção do prêmio pela burocracia; ii) grau de concentração dos mercados relevantes; iii) incerteza do fornecimento gerado pelo sistema ad hoc de isenções; e iv) que a tarifa legal pós-reforma tende a ser relativamente menor para os ramos de bens de produção.

²⁵ Ver Pinheiro e Matesco (1989).

nismos de proteção seja temporária conduz a: i) perturbação na trajetória ótima de consumo, com sua elevação durante o período de liberalização; ii) déficits em conta corrente durante o período de liberalização.

Este resultado é intuitivo. A inibição dos investimentos complementares, a frequência de importações especulativas e a intensificação da resistência a medidas liberalizantes são alguns dos resultados nocivos observáveis em situações de erosão da credibilidade do programa.²⁶

Rodrik (1989) aponta três possíveis fontes de falta de credibilidade: (a) reconhecimento pelos agentes da inconsistência do programa; (b) inconsistência intertemporal; e (c) informação incompleta ou assimétrica.

Uma fonte importante de falta de credibilidade do programa no Brasil, que já foi comentada antes, deriva da incerteza que se tem em relação à negociação do débito externo. Enfatiza-se que os problemas não advêm do programa em si, mas das circunstâncias econômicas. É razoável supor que a crença na continuidade da abertura dependa da hipótese de que é possível, de alguma forma, normalizar as relações de crédito entre o país e a comunidade financeira internacional.

Note-se que as circunstâncias da renegociação da dívida dão margem a problemas de assimetria de informação do tipo apontado em Rodrik (1989). Diante da falta de alternativas e escassez de divisas, vários governos se vêem instados a recorrer a organismos internacionais, que tipicamente condicionam o crédito, entre outras coisas, para uma liberalização comercial. Os agentes não podem saber *a priori* o grau de seriedade do governo e em que medida a reforma liberalizante deve perdurar, independentemente do critério de condicionalidades.

2. Seqüenciamento

As experiências históricas de liberalização sugerem que a particular ordem em que as reformas se processam é de especial importância para o resultado final.²⁷ Edwards (1985) preconiza, em particular, a precedência da abertura das contas comerciais às contas de capital.

Além desta preocupação, no caso brasileiro atual, há que investigar as interconexões entre a abertura comercial e as outras reformas estruturais em curso, como a privatização, a desregulamentação e o reaparelhamento do Estado. Conforme ressaltou-se antes, a consecução destas últimas é crucial para a elevação da competitividade do sistema.

3. Timing

O programa não pode ser excessivamente rápido, pois comprometeria o parque industrial doméstico. De outra parte, tem de ser suficientemente veloz para que a promessa de abertura se torne crível, ou pelo menos marque uma mudança de regime. Segundo Rodrik (1989), a aceleração da abertura poderia constituir um instrumento de sinalização da intenção liberalizante do governo. Este ponto é retomado na Seção III.

IV. ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA INDUSTRIAL

As experiências bem-sucedidas dos países do leste asiático são normalmente associadas à utilização de políticas industriais ativas, que elevem a capacidade de competição da indústria nacional nos âmbitos interno e externo.²⁸

²⁶ Além do modelo de Calvo (1987), ver também Edwards (1984 e 1985) e Bruno (1987).

²⁷ Ver Edwards (1984 e 1985), e Bruno (1987).

²⁸ Dentre as inúmeras referências que discutem a experiência do leste asiático, destacam-se Sachs (1985), Fishlow (1975) e Fajnzylber (1987). Krugman (1988) oferece uma racionalização para a adoção de políticas comerciais estratégicas por países menos avançados. Rodrik (1990) apresenta algumas diretrizes para a política industrial e de comércio exterior.

A forma adequada de intervenção difere, contudo, do elevado grau de proteção e controles burocráticos tradicionais. Exige-se apoio à pesquisa e tecnologia, linhas de subsídio altamente seletivas e temporárias, bem como agilidade e agressividade nas negociações com os parceiros comerciais do país. Novamente é a fragilidade fiscal do Estado um dos principais obstáculos na montagem de uma nova estrutura de incentivos baseada nestes princípios.

Para além do constrangimento fiscal do setor público, no entanto, a definição de uma política industrial está longe de ser uma questão trivial. É muito difícil, em particular, que as autoridades disponham de condições para selecionar adequadamente quais segmentos deveriam ser beneficiados e por quanto tempo.²⁹ É importante observar, a este respeito, que tanto nos casos mexicano quanto chileno o Estado não tende a ser o *finder* das novas oportunidades colocadas pela abertura.

V. PROBLEMAS DE RESISTÊNCIA

A teoria tradicional do comércio prevê ponderáveis efeitos distributivos decorrentes de um programa de abertura comercial. Isto advém de seu impacto sobre os preços relativos e da rigidez quanto à mobilidade e substituição de fatores. Ocorrem, em geral, perdas de renda no curto prazo e, possivelmente, desemprego nos setores anteriormente mais protegidos. A longo prazo, no entanto, surgem perspectivas de aumento da produção e do emprego nos setores em que o país apresenta competitividade internacional.

A resistência à liberalização comercial e a formação de *lobbies* à implementação do programa são temas normalmente abordados na literatura da economia política da proteção.³⁰

A manutenção de barreiras ao comércio pode ser interpretada como um problema típico de *free rider*. Isto é, os setores interessados têm benefícios individualmente pequenos e de difícil exclusão (com características de bem público) e custos de mobilização elevados. No caso das industrializações latino-americanas é comum se observar uma perpetuação da proteção, a qual, num momento inicial, seria justificável com argumentos do tipo de indústria nascente ou da ocorrência de alguma forma de economia de aprendizado.

Em se tratando de modificações substanciais na estrutura produtiva, como foram alguns casos de reformas no Chile e no México, assumem importância explicações baseadas na incerteza dos agentes em relação a ganhos futuros. Fernandez e Rodrik (1990) mostram como a incapacidade de diferentes setores de antever oportunidades futuras torna-os avessos a mudanças, inclusive àquelas que poderiam se mostrar vantajosas *ex post*.

O sucesso da reforma depende, portanto, da capacidade das autoridades em formular políticas compensatórias para eventuais setores afetados, bem como em emitir sinais positivos para a participação no processo de liberalização.

VI. A PERCEPÇÃO DO SETOR PRIVADO: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE UMA AMOSTRA DE EMPRESAS

As considerações mencionadas sugerem a importância das expectativas do setor privado para o sucesso do programa de abertura comercial. Os questionários respondidos por 113 empresas contêm vários pontos de interesse, destacados em seguida. Um detalhamento da metodologia utilizada encontra-se no Anexo 2.D.

1. As Empresas Respondentes

O Quadro 2 contém a composição da amostra de empresas que responderam ao questionário, segundo a origem do capital, categoria de uso e setor da indústria. O Quadro 3 fornece as informações relevantes acerca da amostra do *Quem é Quem* (doravante QQ). Destacam-se os seguintes pontos:

²⁹ Para uma discussão dos principais problemas envolvidos, ver Rodrik (1990).

³⁰ Ver a respeito em Baldwin (1988).

- a participação majoritária de firmas nacionais, a exemplo do observado na população do QQ; a pequena frequência absoluta de firmas estrangeiras (17) desautoriza generalizações acerca do padrão de opinião deste tipo de empresa; a mesma observação vale para o grupo de estatais (6);
- a maior participação de produtores e bens de consumo (53%) do que de bens intermediários (23%) e bens de capital (18%);
- os quatro gêneros de indústria mais representados (segundo a classificação do QQ) foram química e farmacêutica (22%), metalúrgica (13%), material de transporte (12%) e material eletroeletrônico (12%); alguns ramos importantes para a discussão da abertura estiveram praticamente fora desta amostra — é o caso da informática com apenas duas empresas.

Destacam-se, além disso, os seguintes aspectos do preenchimento dos questionários:

- o período de resposta do questionário foi de junho a setembro de 1991. Note-se que se tratou de uma fase de retorno da inflação, após um breve período de controle artificial em maio/abril, de relativa recuperação da produção e do emprego, até meados de agosto, e de defasagem cambial (pelo menos até a mididepreciação de 30/09/91);
- a maioria dos questionários foi respondida por um diretor da empresa (46), uma parcela quase igual por um executivo (41), em geral da área de comércio exterior, sendo que o restante não declarou a função na empresa;
- a comparação entre os graus de abertura, calculados independentemente das informações das empresas, e as faixas declaradas por estas últimas sugerem um grau aceitável de acuidade das respostas em relação a este item.³¹ De fato, em 55 casos o grau declarado de abertura externa das empresas em 1989 revelou-se consistente com aquele calculado a partir dos dados do Decex/Quem é Quem, contra 28 casos de inconsistências e um restante de firmas para as quais não foi possível realizar esta conferência. Note-se, ademais, que, dentre aqueles casos, 15 envolveram respostas em faixas de abertura contíguas à verdadeira.

2. Análise das Respostas aos Questionários

As respostas fornecidas pelas empresas consultadas permitem uma avaliação, pelo menos do ângulo do setor privado, da importância relativa dos obstáculos à abertura listados antes. Os comentários a seguir estão ordenados de acordo com os quesitos do questionário enviado às empresas, e que se encontra em anexo.

1. (b) A amostra contém empresas de todas as categorias de uso, com maior peso dos bens de consumo (53%) relativamente aos bens de produção.

(c) A exemplo da pauta de importações, há uma predominância da aquisição de bens de produção.
2. Conforme indica o Quadro 4, durante o período do programa há uma nítida expectativa de incremento da importância dos mercados externos; salvo por algumas gradações, este padrão de resposta foi relativamente geral, independentemente da categoria de uso, origem do capital e grau de abertura.

Trata-se, em princípio, de algo atribuível não apenas ao programa de abertura, mas às expectativas pessimistas em relação ao mercado interno. As próximas respostas

³¹ Os dados de exportações são provenientes do Decex e os de faturamento da publicação Quem é Quem. O quadro contendo as informações por empresa não se encontra em anexo, respeitando a confidencialidade das respostas individuais de cada firma.

corroboram, contudo, a hipótese de uma crença relativamente sólida num processo gradual de abertura.

Ressalte-se, ademais, que o aumento esperado no grau de abertura é moderado; a partir de 1992 a faixa modal é de 6% a 15%.

3. O fato de o Quadro 5 sugerir que as empresas prevêem um aumento do coeficiente importado no total de insumos indica de maneira mais clara que as firmas parecem trabalhar com um cenário de abertura externa. Note-se que, novamente, não se prevê uma abertura radical, mas uma elevação moderada: a faixa de 6%-15% representava 9% do total de respostas em 1989 e passou a 13% em 1994.

Os Quadros 6, 7 e 8 consolidam as informações das últimas duas perguntas. Em 1989 a maioria das empresas (52) eram fechadas por ambos os critérios (exportações/vendas e importações/custos), e apenas 8 eram abertas por ambos os critérios (ver Quadro 6); a julgar pelas expectativas das empresas, em 1994 mais do que dobraria o número de unidades abertas pelos dois critérios (17) e o conjunto de unidades fechadas por ambos os critérios ficaria reduzido para 32.

4. O Quadro 9 indica uma expectativa de ligeiro aumento na concorrência externa, consistente com as respostas anteriores. Uma parcela crescente de firmas espera que uma maior fatia do mercado seja ocupada pelo concorrente externo.

Esta expectativa é visivelmente maior entre as empresas produtoras de bens de capital, de acordo com o Quadro 10.

5. A maioria das empresas se beneficiava de programas especiais. Isto significa que a tarifa efetivamente paga pela empresa pode ser muito diferente da nominal. Com a reforma teve-se uma diminuição dos programas especiais — e conseqüentemente das isenções — e uma queda do nível das tarifas. Isto pode acarretar, para certos segmentos, uma rebaixa da tarifa do produto final e uma elevação na prática daquilo que se paga de imposto sobre os insumos, o que representaria uma queda relativamente mais acentuada da tarifa efetiva.

6. Conforme mostra o Quadro 11, a nítida maioria prevê um impacto positivo sobre investimento. Uma menor proporção de empresas de bens de capital tem esta avaliação (55%) do que em bens de consumo (74%) e bens intermediários (79%).

Causa surpresa o fato de que uma maior proporção das empresas fechadas (80%) acredite que a abertura incentiva os investimentos em relação às empresas abertas (63%). Uma possível hipótese seria a de que as fechadas esperassem uma maior abertura em função do programa, porém não há evidência nessa direção. Dado o pequeno tamanho da amostra de empresas abertas, a evidência existente não é conclusiva.

Além do barateamento dos bens de produção, pode-se cogitar um efeito "estratégia de sobrevivência"; de fato, frente à maior concorrência externa, não restaria outra alternativa ao setor privado.

Chama a atenção a discrepância com relação à pesquisa da CNI (1991), que não constatou maior impacto sobre o investimento. Além de importantes diferenças metodológicas, tal resultado pode ser atribuído, em parte, aos momentos distintos do tempo em que as sondagens foram realizadas. Os questionários da pesquisa da CNI foram respondidos entre 14/02/91 e 15/03/91, quando o cronograma de redução tarifária ainda não era conhecido. Ademais, o nível de atividade também deve ter contribuído, pois estava em baixa durante a sondagem da CNI e acusou recuperação durante o período da pesquisa do CEBRAP.

7. O Quadro 12 ilustra como uma nítida maioria espera que a economia esteja de fato mais aberta em 1992 e de forma crescente até 1994. O percentual de respostas ne-

gativas para 94 é muito pequeno, e persiste apenas uma margem relativamente reduzida de dúvida. Note-se que tal resposta é consistente com as respostas às questões 2, 3 e 4.

Esta crença na abertura foi maior em bens intermediários do que em bens de consumo e de capital. Não há uma diferença significativa por grau de abertura.

8. A preocupação com a concorrência externa existe, mas, de acordo com o Quadro 13, não é predominante. A maioria dos setores parece acreditar que o efeito sobre o setor não será muito grande: para 39% das firmas o programa compromete pouco a sobrevivência do setor ou não a altera; 36% das empresas esperam, inclusive, uma melhora.

Não surpreendentemente, as empresas de bens de capital são as que demonstram maior preocupação com a liberalização: 36% delas acreditam que a abertura compromete seriamente o setor, *vis-à-vis* 24% e 21% de bens intermediários e de consumo, respectivamente.

9. O prazo de adaptação pode ser considerado relativamente curto. Note-se que o previsto (três anos a partir de 1991) parece ser suficiente para incluir a maioria das firmas; 69% julgam que já estará adaptada neste período.

Novamente as respostas do setor de bens de capital destoam das demais; apenas metade das firmas considera que estará adaptada no prazo do programa, contra 72% e 80% de bens de consumo e bens intermediários, respectivamente.

10. A predominância de recursos próprios para financiamento (39%) não surpreende, diante de forte contração do financiamento externo. O problema deste tipo de financiamento, inclusive, tende a ser maior para produtores de bens de capital.

11. Sessenta e dois por cento das firmas aprovam o atual regime de câmbio. Apenas dez empresas (9%) mostraram preferência pela taxa fixa.

12. A maioria considera o câmbio apreciado, o que não surpreende em face da apreciação da taxa de câmbio efetiva real durante o período de coleta das respostas. Note-se que questionários foram respondidos antes da mididepreciação de 30/09/91.

Tampouco causa surpresa que as firmas de bens de produção tenham demonstrado maior preocupação com o câmbio, vez que são tipicamente menos protegidas, via tarifas, do que os produtores de bens de consumo.

13. Há a noção de que houve alguma mudança, ainda que pequena, nos requisitos burocráticos para operações de comércio exterior. Sessenta e cinco por cento acham que entraves burocráticos diminuíram um pouco.

14. O Quadro 14 indica uma clara concordância com a meta geral da abertura; prevalece, contudo, uma atitude crítica em relação à implementação da política comercial. É digno de nota que as observações de que há diversas inconsistências não resultam numa falta de credibilidade em relação ao rumo geral da abertura.

Maioria significativa parece concordar com a abertura (80%), mas 52% entendem que o programa apresenta falhas de implementação. O índice de aprovação não difere muito entre as três categorias de uso, embora um pouco menor entre as firmas de bens de capital.

15. As respostas aos questionários sugerem que as principais dificuldades do programa brasileiro residem em problemas relacionados às condições mais gerais de competitividade da economia, conforme apresentado no Quadro 15.

Em segundo lugar (em termos de citação), encontram-se os obstáculos associados à contração do nível de atividade e estrangimento cambial. O desenho específico do programa não parece causar maior preocupação, embora a tendência à apreciação do câmbio possa constituir um foco de problema. E, obviamente, mudanças nas circunstâncias, que influenciam a competitividade sistêmica e a estabilização, exigiriam uma readequação da política de comércio exterior.

Por fim, entraves políticos, supostamente associáveis à ação de grupos contrários ao processo de abertura, parecem ter alguma importância. Chama a atenção o fato de haver apenas duas menções a "outros problemas", sugerindo que o elenco de problemas alinhavados no questionário seria exaustivo.

A exemplo das demais respostas, as principais diferenças são encontradas entre as categorias de uso. Os principais problemas apontados por ordem decrescente de frequência absoluta foram:

<i>bens de consumo:</i>	infra-estrutura, financiamento para as exportações e recessão;
<i>bens de capital:</i>	infra-estrutura, financiamento para exportações e política industrial;
<i>bens intermediários:</i>	infra-estrutura, câmbio apreciado e entraves políticos.

3. Possíveis Explicações para os Resultados

É digno de nota que, apesar da tradição protecionista e a despeito de óbices importantes expressos na baixa taxa de investimento, na situação recessiva e na desorganização do sistema de preços, os questionários tenham revelado que:

- 1) Prevalece uma crença aparentemente sólida de que a economia estará de fato mais aberta. Conforme destacado antes, tal resultado não parece derivar exclusivamente do período da sondagem, da origem do capital, do grau de abertura ou do setor em que a empresa se encontra.
- 2) A abertura não é apenas vista como algo provável, mas como uma meta igualmente desejável. Novamente os resultados são relativamente generalizados, embora persistam bolsões de resistência, conforme revelado pelo quadro de obstáculos (ver Quadro 15).

Seria possível objetar tais conclusões de duas formas:

- i) Divórcio entre o discurso empresarial e a prática

Poder-se-ia pensar em três variantes deste argumento: (a) as respostas são imprecisas e não-generalizáveis a todos os setores; (b) as empresas dizem que querem a liberalização, mas na prática lutam para preservar as barreiras alfandegárias em seus mercados; e (c) o apoio à abertura pertence a um discurso preponderantemente liberalizante, através do qual segmentos crescentes do empresariado intervêm na arena político-ideológica, mas não necessariamente corresponde às condições e práticas do capitalismo brasileiro.

Em relação a (a), note-se que o grau de acuidade das respostas sugerido antes parece aceitável. Além disso, a consistência dos resultados em diferentes níveis de agregação reforça a noção de um apoio mais amplo ao projeto de abertura.

O comportamento típico da hipótese (b) é o da firma que faz *lobby* para garantir um mercado protegido, mas não se opõe naturalmente à liberalização de seus insumos. Isto, no entanto, parece um comportamento absolutamente esperável e racional que corresponde à maximização da proteção efetiva individual por parte da empresa ou grupo. A questão relevante reside em saber se uma liberalização global traria ganhos mais significativos, ou se, pelo menos, animaria politicamente coalizões majoritárias, para se constituir numa solução possível. Os resultados dos questionários sugerem uma resposta afirmativa a esta questão.

Não há, é verdade, uma correspondência necessária entre o discurso liberalizante e a vontade política para a abertura. Porém, o primeiro pode constituir um insumo importante para a execução do programa se, de fato, os ganhos potenciais mencionados no parágrafo anterior forem significativos, conforme se argumenta adiante.

ii) Subestimativa, por parte das empresas, dos riscos envolvidos no processo de abertura

Parece razoável supor que as firmas encontram menos problemas de escassez de informação, acerca de riscos setoriais, do que o Estado. Note-se, ademais, que os resultados obtidos são consistentes com aquilo que se observou nos quase dois primeiros anos de administração Collor. Malgrado todas as dificuldades e críticas às medidas de ajuste, não resta dúvida de que a liberação comercial constitui a reforma que mais avançou e, não casualmente, a que até agora sofreu menor resistência.³² O objetivo desta subseção é sugerir seis conjuntos de fatores que explicam este fenômeno:

- Caráter Moderado do Programa

Diferentemente dos programas de abertura do Chile e da Argentina nos anos 70, o cronograma de redução tarifária no Brasil é mais lento. Tarifas de importação da ordem de 20% para a maioria dos setores, no prazo de três anos, não representam uma redução excessiva. Conforme mostra o Gráfico 1, a reforma proposta para o Brasil envolve reduções menos drásticas da tarifa média, a exemplo daquilo que ocorreu no Chile, assemelhando-se mais à experiência mexicana até 1988.

- Avanço Ideológico do Projeto de Abertura

Parece consolidar-se a noção de que o processo de maior integração da economia mundial é inevitável. Externamente, concorrem para este fato os acontecimentos do leste europeu, o fracasso das experiências mais autárquicas de desenvolvimento e, na América Latina, o relativo êxito dos casos mexicano e chileno.³³

Internamente, a prevalência de um projeto mais liberal para a indústria de informática e, em certa medida, a perspectiva de adaptação em alguns segmentos de bens de capital não só refletem o avanço do projeto de abertura, como provocam um efeito-demonstração nos demais setores.

Mesmo entre o meio sindical, que historicamente foi mais avesso a uma estratégia de abertura, nota-se hoje um menor grau de resistência. Evidências preliminares, oriundas de entrevistas com lideranças sindicais, e resumidas no Quadro 16, sugerem este fato.³⁴

³² Ver na Seção I as principais medidas relacionadas ao programa de abertura.

³³ Note-se que o relativo êxito das experiências chilena e mexicana serve como "efeito demonstração", atenuando as incertezas inerentes a um programa de abertura.

³⁴ É importante, contudo, notar o caráter meramente exploratório e preliminar dessas evidências, sobretudo se se considerarem os problemas de representação e interpretação do discurso no meio sindical.

O próprio desempenho da economia brasileira ao longo dos anos 80 pode ter reforçado esta mudança político-ideológica. A forte expansão das exportações em 1983/84 e seu impacto positivo sobre o emprego podem ter gerado uma associação entre crescimento e abertura, até certo ponto inédita no debate político-econômico do país.³⁵

É razoável supor, por sua vez, que os impactos distributivos não sejam desfavoráveis ao salário. Espera-se, de um lado, um barateamento dos bens de consumo durável e não-durável, cujos pesos na cesta de bens dos assalariados têm sido crescente. De outro lado, um eventual encarecimento relativo dos alimentos não ocorre na mesma intensidade, uma vez que a formação de preços dos principais produtos agrícolas já é realizada no mercado internacional.

- Razoável Grau de Competitividade de Parcela do Setor Industrial

A despeito das enormes dificuldades de ajustamento dos anos 80, uma parcela não negligenciável da indústria brasileira manteve sua competitividade, ampliando, inclusive, seu coeficiente de exportação. Conforme indicado pelo Quadro 17, apesar da estagnação da parcela das exportações no total da produção, chama a atenção o crescimento deste percentual em alguns ramos não especialmente beneficiados, como papel/papelão e metalurgia.

Este desempenho esteve, ademais, relativamente dissociado do sistema tradicional de incentivos à exportação de manufaturados, refletindo uma posição de real competitividade. Evidências deste tipo sugerem a existência de segmentos que não apenas não temem a abertura, como podem, inclusive, se beneficiar com ela.

- Razoável Grau de Integração da Indústria

Pode-se argumentar que a resistência a um processo de abertura é menor no caso de uma indústria integrada e diversificada, pois são maiores as possibilidades de readaptação e menores os impactos sobre as tarifas efetivas setoriais. Quanto mais avançado, portanto, o processo de substituição de importações, maior seria, em princípio, a possibilidade de vantagens de um processo de abertura.

Isto explicaria, em parte, a menor apreensão do empresariado brasileiro, relativamente ao passado ou a países onde não se logrou avançar tanto na substituição de importações.

Não surpreende, nesse sentido, a reação diferenciada das firmas conforme as diferentes categorias de uso. Os produtores de bens de consumo estão estabelecidos há mais tempo e poderiam, em princípio, conseguir insumos e equipamentos significativamente mais baratos, compensando a maior concorrência estrangeira.

Os fabricantes de bens de capital tendem a apresentar maior vulnerabilidade à concorrência externa, constituem segmentos instalados há menos tempo e tendem a se ressentir em grau muito maior das políticas antiinflacionárias.

Note-se, contudo, que o impacto inicial mais forte sobre a pauta de importações deverá se dar nos bens de consumo, posto que : a) já há uma rede de distribuição; b) há uma demanda reprimida.

³⁵ Este tipo de associação pode se dar ao nível de empresa, com as firmas mais abertas sendo associadas a empreendimentos mais dinâmicos, onde a remuneração e condições de trabalho tendem a ser melhores. O ramo de papel e celulose é ilustrativo a este respeito.

O aumento das importações de partes e equipamentos tende a demorar em função de uma baixa taxa de investimento, num primeiro momento, e lentidão das empresas em alterar a estrutura de seu fornecimento.

- Capacidade Adaptativa da Indústria

As mudanças exigidas por parte da indústria dividem-se em: (a) alterações de curto prazo que envolvem a racionalização da produção; (b) modificações de longo prazo, como a atualização e adaptação tecnológicas, mudança do grau de diversificação e associação com os concorrentes externos.

Há evidências de que as medidas de simples racionalização da produção têm preponderado, o que é esperável frente às restrições financeiras da maioria das empresas.³⁶

Não se pode subestimar, contudo, a capacidade de adaptação de parcela da indústria, especialmente das empresas líderes. De fato, a indústria nacional tem-se revelado, mesmo nos anos 80, capaz de adaptar novos produtos e processos. Cria-se, com a abertura, um grande número de possibilidades, como as fusões e a redução do grau de diversificação. Note-se, ademais, que esta última pode vir acompanhada de dessubstituição de importações como forma de aprendizado e acúmulo de vantagens comparativas.

³⁶ Ver CNI (1991, pp.20-21).

Implicações e Diretrizes para a Política de Comércio Exterior

I. INTRODUÇÃO

O relativo avanço da abertura comercial contrasta com as enormes dificuldades e menor velocidade das demais reformas estruturais em curso na economia brasileira. Com efeito, e conforme observado na Seção I, há evidências de que o sem-número de controles e entraves burocráticos às importações diminuíram, a tarifa média caiu de 35% em 1989 para 32% em 1990 e 25% em 1991, devendo chegar a 14% em 1994. Mesmo setores até há pouco fortemente protegidos, como a informática, deverão, a partir de agora, sofrer maior exposição à concorrência internacional.

Frente, porém, a uma conjuntura tão frágil quanto a atual é lícito perguntar quais as reais chances de êxito do programa de liberalização comercial, e, em particular, se se trata de uma política que reúne um mínimo indispensável de credibilidade e apoio por parte do setor privado.

Os resultados preliminares da sondagem da Seção II são ilustrativos a este respeito. O Quadro 1 da III resume os principais dados discutidos na Seção anterior. Ao contrário do ceticismo comum de que a abertura é impossível devido à escassez de divisas, 71% das firmas consultadas acreditam que a economia brasileira estará de fato mais aberta em 1992, e uma parcela ainda maior (80%) prevê que isto ocorrerá em 1994 (ver Quadro 1). Mais importante do que esta simples declaração, constatou-se a partir das projeções para o grau de abertura de cada empresa que a maioria delas pretende ampliar, ainda que de forma moderada, suas vendas para o exterior e comprar mais insumos importados. Verificou-se, ademais, razoável consistência destas respostas ao cruzá-las com fontes de informação alternativas às obtidas junto às empresas da sondagem.

Em contraste com as previsões alarmistas de que a abertura deverá provocar inevitavelmente um sucateamento do parque produtivo doméstico, a maioria das empresas amostradas não revelou maior temor em relação ao cumprimento do cronograma de redução de tarifas até 1994. Conforme indica o Quadro 1, 71% delas julgam que é possível se adaptar dentro do prazo do programa oficial (mais três anos até 1994), 72% entendem que a abertura incentiva os investimentos e por volta de 75% não acham que o atual cronograma de redução tarifária comprometa seriamente a sobrevivência do setor.

Seria errôneo supor que estes números reflitam necessariamente a opinião de toda a economia. O setor de bens de capital, por exemplo, enfrenta problemas sérios de retração de demanda, escala e custos financeiros para enfrentar a concorrência internacional e, compreensivelmente, acusa mais apreensão com relação à abertura. Persiste, não obstante, e independentemente do setor ou origem da empresa (nacional ou estrangeira), a crença de que o processo de abertura é para valer. Isto contrasta de forma clara com o processo de liberalização ensaiado na Argentina nos anos 70.

Além da compreensão de que o atual fechamento da economia brasileira deve mudar nos próximos anos, tal fato não se confunde, no entanto, com a aprovação da política oficial: 65% das que concordam em tese com a abertura têm, não obstante, críticas quanto à condução da política comercial (ver Quadro 1).

Independentemente de erros ou acertos de política, há vários obstáculos ao programa de liberalização. Convém, para facilitar o estabelecimento das prioridades de política, agrupá-los nos quatro conjuntos de problemas do Quadro 2. Os números entre parênteses indicam a frequência com que cada dificuldade foi assinalada pela empresa respondente e servem para listar os itens por ordem decrescente de citação.

As respostas aos questionários sugerem que as principais dificuldades para a abertura no Brasil residem na ausência de condições mais gerais de competitividade, especialmente associadas à falta de infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações. A precariedade e custo dos

serviços portuários representam um exemplo claro nessa direção. O excesso de burocracia e o atraso tecnológico também foram mencionados como obstáculos relevantes. Em segundo lugar, figuram as dificuldades associadas à recessão e ao constrangimento cambial, que tomam escasso o financiamento tanto para importações quanto para exportações. Observe-se a importância, também nesse contexto, da normalização das relações com o Fundo Monetário, com o Clube de Paris e sistema bancário internacional.

O desenho específico do programa não parece causar maior preocupação, embora a tendência à apreciação do câmbio possa constituir um foco de problema. É importante não esquecer, em relação a este último ponto, o fato de as respostas terem sido obtidas antes da mididepreciação do câmbio de final de setembro, numa época em que a defasagem cambial era maior do que a atual. Por fim, entraves políticos, associáveis à ação de *lobbies* contrários ao processo de abertura, sugerem a presença de bolsões de resistência ao programa.

Sondagens desse tipo têm limitações, e seus resultados estão obviamente sujeitos a mudanças no tempo. O agravamento da recessão no último trimestre de 1991 e, possivelmente, no início de 1992 poderá aumentar, por exemplo, o receio da concorrência estrangeira e, eventualmente, a resistência ao programa.

Mas o sentido geral das respostas comentadas na Seção II chama a atenção para aspectos que escapam muitas vezes das análises sobre a questão da abertura da economia. Em primeiro lugar, subestima-se, com freqüência, a capacidade de competição e especialmente de adaptação de parcelas ponderáveis do setor privado. Ressalte-se, a esse respeito, o desempenho relativamente dinâmico de alguns ramos exportadores brasileiros ao longo dos anos 80.

Em segundo, é evidente que para cada empresa individual interessa a maior proteção possível para o seu produto e a possibilidade de adquirir insumos importados a um custo mínimo. Porém, o razoável grau de diversificação e maturidade da indústria brasileira permite, em princípio, que uma redução das barreiras ao comércio propicie ganhos gerais de eficiência, beneficiando um conjunto razoavelmente amplo de setores.

Em contraste com a experiência argentina dos anos 70, constatou-se razoáveis graus de credibilidade e apoio ao programa. Não se cristalizou, contudo, um modelo de política industrial como aquele observado na experiência coreana, tampouco se verificou um avanço simultâneo das demais reformas estruturais como no México.

Estas observações remetem, por fim, ao papel que o Estado pode exercer no processo de liberalização do comércio brasileiro. Ao contrário da pregação do liberalismo extremado, a ausência de uma agência coordenadora ativa para a política de comércio exterior geraria fortes pressões para introduzir toda sorte de proteção. Curiosamente, portanto, em certo sentido é preciso intervir para liberalizar.

A política de comércio exterior deve, contudo, afastar-se completamente do intervencionismo das últimas décadas. Não se trata de erigir barreiras indiscriminadas ao comércio ou intervir diretamente na produção de bens e serviços, mas de auxiliar na resolução de problemas preponderantemente de coordenação e de suprimento de condições para uma maior produtividade macroeconômica.

Conforme sugerido pelo Quadro 2, tal ação envolve uma reforma desregulamentadora e um esforço obstinado de estabilização e reformas. A tarefa de prover uma melhor infra-estrutura de bens e serviços, por exemplo, depende em grande medida do processo de privatização. Sujeito a forte constrangimento fiscal, o Estado não dispõe dos recursos necessários para manter a formação de capital em áreas essenciais. Isto equivale a dizer que, para se tornar viável, a abertura não poderá continuar praticamente sozinha na lista de reformas estruturais.

II. DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Os obstáculos ao programa de abertura sugerem um papel central a ser desempenhado pela política econômica, ao contrário daquilo que poderia ser depreendido de uma visão estritamente liberal. De fato, seria preciso:

-
- i) incrementar a competitividade sistêmica da economia;
 - ii) estabilizar os preços e a taxa de câmbio;
 - iii) assegurar um desenho adequado do programa de abertura; e
 - iv) atenuar os problemas de transição e sinalizar os ganhos presentes e futuros do programa, de forma a ampliar as coalizões potencialmente favoráveis à liberalização comercial.

A análise das circunstâncias em que ocorre este programa indica que seus principais problemas residem na falta de competitividade sistêmica e na crise de estabilização enfrentadas pela economia. O desenho específico do programa de liberalização das importações parece adequado. Mas se não for complementado por outros instrumentos de política, para dar conta dos dois problemas anteriores, coligações contrárias à reforma da abertura poderão impor sérias resistências à sua execução no plano político. Os próximos parágrafos destacam os temas mais importantes.

1. Competitividade Sistêmica

No tocante ao incremento da competitividade sistêmica, seria necessário um esforço muito maior de coordenação com as demais reformas que compõem o ajuste estrutural da economia, de forma a:

- A) Coordenar o esforço de reforma tarifária com o de ajuste fiscal, de sorte a criar competitividade tributária. Tal preocupação divide-se, por sua vez, em duas etapas:
 - i) Prosseguir na reconstituição parcial de um sistema de incentivos às exportações, em caráter temporário, enquanto não ocorre uma reforma tributária mais profunda. Além das medidas adotadas em fevereiro deste ano, haveria que considerar a reconstituição de um programa no estilo da antiga BEFIEX, que foi extinta em março e que poderia estimular uma maior abertura no setor automobilístico. Um esquema dessa natureza deveria vir acompanhado de um cronograma gradual de redução dos subsídios, contingente à implementação das demais reformas estruturais.
 - ii) Coordenar esforços dentro da equipe do governo (em particular entre o Decex e a Comissão de Reforma Tributária), de forma a incorporar de maneira orgânica na proposta de reforma tributária preocupações prioritárias para o comércio exterior.
- B) Priorizar os programas de privatização e desregulamentação que afetam mais diretamente o investimento em infra-estrutura e, em particular, os serviços portuários.

Sujeito a forte constrangimento fiscal, o Estado não dispõe dos recursos necessários para manter a formação de capital em áreas essenciais. Deflagradas ao mesmo tempo, as reformas da abertura comercial e da privatização vêm, naturalmente, apresentando ritmos diferentes. Também neste terreno seria importante lograr maior coordenação entre as agências responsáveis por cada um dos programas.

- C) Fortalecer os mecanismos de financiamento para as áreas de educação, treinamento de mão-de-obra, pesquisa, e desenvolvimento tecnológico. Seria preciso que o Estado sinalizasse um sólido compromisso com estas áreas, de forma a eliminar a atual assimetria entre metas bem definidas de liberalização comercial e menor prioridade orçamentária para as áreas mencionadas.

-
- D) Com relação à articulação entre as políticas industrial e de comércio exterior, é preciso evitar dois extremos equivocados. De um lado, a tese de que a abertura pode, por si só, assegurar um ambiente seguro para a modernização e o crescimento não dá conta das enormes deficiências no que diz respeito à competitividade sistêmica.

De outro, a escolha de um número excessivo de setores para serem abrigados por mecanismos protecionistas tem escassa chance de êxito. De fato:

- i) O volume de informações disponível para o administrador é bastante limitado, especialmente quando cotejado às ambiciosas e detalhadas metas de política industrial que caracterizavam vários dos programas governamentais no passado.
- ii) Tais dificuldades são agravadas pela abrangência multissetorial dos efeitos de qualquer programa de incentivo, mesmo quando este último é direcionado para ramos muito específicos.
- iii) Tende-se, ademais, a dar margem a toda sorte de pressões de grupos privados interessados em extrair alguma forma de *rent*.

2. Abertura e Estabilização

A estabilização constitui o bem público mais importante a ser suprido. O esforço estabilizador tem evidenciado tanto áreas de conflito, quanto elementos de reforço mútuo com a política de abertura. Parece errôneo, assim, assumir um seqüenciamento rígido entre abertura e estabilização.

3. Abertura e Inflação

A abertura comercial constitui um componente essencial para o ajustamento da economia e disciplina dos preços no médio e longo prazos. A exemplo daquilo que ocorreu em outros países, espera-se que a liberalização reduza os custos e limite os *mark-ups*, atenuando dessa forma a pressão inflacionária.³⁷

Um maior grau de abertura da economia poderia, em tese, aumentar a disciplina dos preços domésticos, obrigando uma maior solidariedade com os preços internacionais. Embora este efeito demande tempo para se concretizar, pode vir a ser relevante nas indústrias caracterizadas por forte concentração, nas quais os produtores monopolistas ou oligopolistas detêm poder de determinação dos preços.

Num contexto de maior exposição aos mercados mundiais, os aumentos salariais teriam de estar baseados no incremento de produtividade, o que exige melhor qualificação e treinamento da mão-de-obra.

Numa economia excessivamente protegida como a brasileira, as pressões distributivas tendem a reforçar o *círculo vicioso* de espiral de salários e preços, ineficiência e déficit público. Protegidos da concorrência internacional, os setores mais oligopolizados logram proteger suas margens de lucro e repassar para os preços aumentos ou reposições salariais obtidos pelas categorias mais organizadas dos trabalhadores. Dado o elevado patamar de custos internos, a rentabilidade da atividade exportadora passa a depender de incentivos oficiais, freqüentemente incompatíveis com as metas de políticas monetária e fiscal.

Em contrapartida, numa economia mais aberta, as demandas por um melhor perfil distributivo e maior competitividade para enfrentar os concorrentes externos podem

³⁷ O caso mexicano recente é bastante ilustrativo.

aumentar a ênfase sobre a eficiência do sistema industrial e criar um *círculo virtuoso* de crescimento e aumentos da produtividade e do salário real.

Parece contraproducente, contudo, subordinar o cronograma tarifário a metas antiinflacionárias de curto prazo. Tal política tem poucas perspectivas de êxito para a maioria dos ramos, devido, em grande parte, às barreiras ao comércio impostas pela precariedade da infra-estrutura, inércia na estrutura de fornecedores das empresas e pela capacidade de produtores locais lançarem mão de toda sorte de restrições. Mais importante, todavia, é o risco de que a repetição de eventuais modificações nas tarifas retire credibilidade do programa.

4. Abertura e Dívida

Há urgência na negociação do problema da dívida externa em bases relativamente duradouras. Uma diminuição da tensão nesta área facilitaria o acesso ao financiamento comercial, à retomada das inversões externas, ao estabelecimento de relações mais estreitas com parceiros comerciais, e à reversão de expectativas pessimistas quanto à situação de divisas.

Neste sentido, o bom andamento do calendário de negociações com os acordos do FMI e do Clube de Paris e a perspectiva de um acordo, em breve, com os bancos privados reforçam a noção dos agentes de que a abertura pode se tornar um evento provável.

5. Abertura e Câmbio

A valorização cambial real ao longo do processo de liberalização comercial, mesmo após uma desvalorização inicial da moeda doméstica, pode comprometer o sucesso da reforma. A estabilidade da taxa de câmbio real é de decisiva importância numa reforma comercial, de modo que o câmbio não deve ser empregado exclusivamente para conter a inflação doméstica.

A justificativa para o câmbio competitivo é simples. Com a queda de tarifas, a desvalorização deste evita uma redução excessiva da proteção à indústria doméstica, bem como estimula as exportações. O problema é que a desvalorização do câmbio exerce uma pressão inflacionária; os governos cedem com frequência à tentação de utilizar o câmbio como mecanismo antiinflacionário, deixando-o sobrevalorizar. Há um duplo risco nesta estratégia: dificuldades para a indústria doméstica e crise cambial.

Mas não é apenas o nível da taxa cambial que preocupa. Sua volatilidade, também, causa apreensão, num contexto institucional em que os mecanismos de *hedging* não estão plenamente desenvolvidos.

Seria ocioso insistir no caráter central que o saneamento das finanças públicas assume para a superação dos problemas de consecução das tarefas antes mencionadas. De um lado, urge complementar a privatização para que se viabilize a formação de capital social básico.³⁸ De outro, alivia-se a responsabilidade excessiva pela política de contenção, que hoje recai sobre o Banco Central, com a conseqüente apreciação do câmbio. Abre-se, ademais, espaço para políticas seletivas de incentivo fiscal.

6. Timing do Programa de Abertura

Os principais custos envolvidos neste projeto de abertura estão relacionados aos efeitos de distribuição negativos sobre os fatores alocados em setores previamente protegidos, bem como às pressões sobre o saldo de conta corrente. Ambos os pro-

³⁸ A privatização poderá naturalmente contribuir, mas dificilmente substituirá integralmente o investimento público.

blemas podem ser atenuados através de maior gradualismo na liberalização das importações. Note-se, contudo, que uma lentidão excessiva na velocidade da reforma pode afetar negativamente as expectativas quanto ao caráter permanente da mudança.³⁹ Cumpre, portanto, determinar uma velocidade ótima de liberalização.

A relevância da dosagem da liberalização é intuitiva. Aberturas abruptas podem produzir impactos internos nocivos e/ou gerar resistências insuperáveis. Recomendações nesta área estão relacionadas à natureza do problema de credibilidade do programa. Uma hipótese possível é supor que não haja segurança por parte dos agentes da intenção liberalizante do governo. A adoção da reforma poderia ser interpretada como mero fruto da pressão dos organismos internacionais, e, conseqüentemente, reversível numa conjuntura de menor aperto de liquidez internacional.

Nessas circunstâncias, uma aceleração do programa, além daquilo requerido pelas agências internacionais, poderia convencer os agentes acerca da irreversibilidade da reforma, estimulando, dessa forma, ajustes de médio e longo prazos por parte das empresas.⁴⁰

O caso brasileiro sugere, contudo, problemas de natureza diversa. O principal resultado encontrado na sondagem descrita na Seção II é o de que a crença na abertura é relativamente sólida. Esta postura não corresponde, no entanto, a julgamentos em relação ao caráter genuíno da intenção liberalizante do governo. É interessante notar, inclusive, que a crença e aprovação do programa de liberalização ocorrem simultaneamente a uma posição crítica em relação à política econômica (ver Quadro 2). Este resultado leva a crer que prevalece uma avaliação de que uma maior abertura da economia parece inexorável no médio prazo, independentemente da real motivação do programa governamental.

O problema consiste em reforçar esta crença ainda difusa (e obviamente sujeita a oscilações) e apontar uma trajetória estável de transição para uma economia mais aberta. Estabilidade nas regras e moderação no cronograma de redução tarifária parecem instrumentos importantes para alcançar este objetivo.

Uma vez estabelecido o cronograma, torna-se pouco recomendável, por sua vez, retardá-lo em virtude de alterações da conjuntura. Seria mais vantajosa a alternativa de oferecer incentivos temporários para atenuar os custos de transição dos setores eventualmente afetados.

7. Fóruns Internacionais

A reorientação da política de comércio exterior brasileira facilita a estratégia negociadora no Gatt. De fato, o Brasil vem se opondo crescentemente às práticas discriminatórias que os produtos brasileiros enfrentam no mercado internacional, e neste sentido tem atuado em consonância com uma perspectiva multilateral e liberal. No entanto, a estrutura fortemente protecionista, que vigorava até 1990, e o frequente pleito de enquadrar o país no artigo XVIIIb do Gatt, vinham desgastando as posições brasileiras naquele organismo.

Prosseguindo o processo de liberalização, a tendência será introduzir instrumentos de salvaguardas e de ação anti-dumping. Na realidade, o Brasil já dispõe de uma legislação de acordo com o código do Gatt de anti-dumping, subsídios e de medidas compensatórias, aprovado na Rodada de Tóquio em 1979 e posteriormente regulamentado através do antigo Conselho de Política Aduaneira.⁴¹ Persistem, contudo,

³⁹ O anúncio prévio do cronograma de liberação tem precisamente o papel de atenuar este último efeito negativo.

⁴⁰ Rodrik (1989) contém um modelo teórico nesta direção. Trata-se de um problema de informação assimétrica onde os agentes não dispõem de informações a respeito do "tipo" de governo.

⁴¹ Tratam-se dos Decretos nº 93.941, de 16/01/1987, e 93.962, de 22/10/1987. Baseado em Pinheiro (1991).

pontos adicionais a serem regulamentados e uma prática criteriosa e transparente a ser desenvolvida.

8. Problemas de Resistência

A consecução de um programa de abertura requer a constituição de coalizões favoráveis à reforma. Conforme ressaltado na Seção anterior, a incapacidade de antever ganhos futuros inibe a adesão de grupos importantes ao programa. Isto sugere a necessidade de apoiar estratégias de inserção em ramos considerados prioritários e sinalizar ganhos futuros.

Mantido o cronograma de redução tarifária, seria preciso conceber um esquema paralelo de incentivos temporários que induzam os setores recalcitrantes a aderir ao programa. Este tipo de política pode ser feito em âmbito setorial, envolvendo representantes de empresas e sindicatos.

Reitere-se que é importante assegurar o cumprimento do programa e, em particular, do cronograma pré-estabelecido. As dificuldades prováveis de adaptação de alguns segmentos podem ser enfrentadas através de incentivos temporários e contingentes às metas de ajuste setorial, ao mesmo tempo — e aí reside um ponto fundamental — em que se acelerem reformas estruturais complementares, necessárias para atenuar os problemas de competitividade sistêmica e angariar uma adesão mais ampla ao projeto de maior abertura da economia.

BIBLIOGRAFIA

- BALDWIN, R. — *The political economy of US import policy*. Cambridge, M.A., MIT Press, 1988.
- BANCO MUNDIAL — Washington. *World development report*. Washington, 1980.
- ___ Washington, 1987.
- BATISTA JR., P. N. — Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. *Revista de Economia Política*. Rio de Janeiro, 7(1):10-27, jan/mar 1987.
- BERGSMAN, J. — A política comercial no pós-guerra. In: VERSIANI, F. R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. M. (Orgs) . *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- BONELLI, R. *et alii* — *Crescimento industrial: incentivos e desempenho recente*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. (Relatório de Pesquisa, 26)
- BRAGA, H.C.; SANTIAGO, G.M.C.; FERRO, L. C. *Proteção efetiva no Brasil: uma estimativa a partir da comparação de preços*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988. (Série EPICO, 13)
- BRAGA, H.C.; TYLER, W. G. *Trade policies in Brazil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1990. (Texto para Discussão Interna, 185)
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de ação econômica do governo 1964-1966*. Brasília, 1965.
- BRASIL. Presidente, 1990-1992 (F. Collor). *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília, IPEA/CDTI, 1991. 77 p.
- BRUNO, M. Opening up: liberalization with stabilization. In: DORNBUSCH, R.; HELMERS, L. (Eds.). *The open economy*. New York: Oxford University Press, 1987.
- CALVO, G. On the costs of temporary policy. *Journal of Development Economics*, Vol. 27, n. 1/2, p. 245-261, Oct. 1987.
- CNI-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA — *Abertura Comercial e Estratégia Tecnológica: a visão dos líderes empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro, 1991.
- ___ *Questionário*. Rio de Janeiro, 1989. mimeo.
- DIB, M. F. S. P. *Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda*. BNDES, RJ, 1985.
- EDWARDS, S. — *The order of liberalization of the external sector in developing countries*. Princeton, NJ: Princeton Univ., 1984. (Essays in International Finance, 156)
- ___ *Stabilization with liberalization: an evaluation of ten years of Chile's experience with free market, 1973-1983*. *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 33, n. 2, p. 223-254, Jan. 1985.
- FAJNZYLBER, F. Reflexiones sobre las particularidades de América Latina y el Sudeste Asiático y sus referencias en el mundo industrializado. *Investigación Económica*, n. 180, p. 63-100, abr./jun. 1987.
- FASANO FILHO, U. A expansão das exportações e o crescimento econômico: o caso do Brasil, 1969-1984. *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 42, n. 1, p. 73-82, jan. 1988.
-

-
- FERNANDEZ, R.; e RODRIK, D. *Why is trade reform so unpopular? On status quo in policy reforms*. Cambridge, MA: NBER, 1990. (NBER Working Paper, 3269).
- FISHLOW, A. *Foreign trade regimes and economic development: Brazil*. Berkeley: Univ. of California, 1975. *mimeo*.
- FRITSCH, W. e FRANCO, G.H.B. *Industrial and trade reform in Brazil: an interim assessment*. s.l., s.n., 1991. *mimeo*.
- FUNCEX-Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. *Proposta para uma revisão da política de comércio exterior*. Rio de Janeiro, 1990
- GUIMARÃES, E.P.; CARVALHO Jr., M.C. e D'ALTHOUGUIA, A.L.B.D. As barreiras não-tarifárias como instrumento da política de importações. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 10, p. 8-21, mar./abr. 1987.
- HAHN, L.M.D. A reforma tributária de 1990: proteção nominal, proteção efetiva e impactos fiscais. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 30, jan./fev. 1992.
- KRUGMAN, P. La nueva teoría del comercio internacional y los países menos desarrollados. *El Trimestre Económico*, vol. 55, n. 217, ene./mar. 1988.
- KUME, H. *A proteção efetiva proposta na reforma tarifária de 1988*. Rio de Janeiro: FUNCEX, 1989. (Texto para Discussão Interna, 21)
- KUME, H.; PATRÍCIO, J.A. A reforma aduaneira proposta pela CPA: um primeiro passo para formulação de uma política tarifária. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 15, 1988.
- MALAN, Pedro S. et alii *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977. (Relatório de Pesquisa, 36)
- MOREIRA, H.C.; ARAÚJO, A. *A política brasileira de importação: uma descrição*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1984. (Série EPICO, 1).
- MUSALEM, Alberto R. Política de subsídios e exportações de manufaturados no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 35, N. 1, P. 17-42, jan./mar. 1981.
- NEVES, R. B. O GATT e a política comercial brasileira. Brasília: IPEA/IPLAN, 1988. (Texto para Discussão, 1)
- *Industrial exporting and growth in Brazil*. Oxford: Oxford Univ., 1982. *mimeo*. Tese de Doutorado.
- OLIVEIRA, G. *Comissão para a concessão de benefícios fiscais a programas especiais de exportação (BEFIEX)- 1973/81*. Campinas: UNICAMP, 1984. Tese de Mestrado.
- PINHEIRO, S. *Estudo comparativo das legislações sobre anti-dumping e sobre medidas compensatórias nos Estados Unidos e na Comunidade Econômica Européia*. Rio de Janeiro: FUNCEX, 1991. (Texto para Discussão, 55)
- PINHEIRO, Armando Castelar; MATESCO, Virene Roxo. Relação capital produto incremental: estimativa para o período 1948/1987. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro 19(3): pp. 597-612, dez. 1989.
- PINTO, M.B.P. *Exportações brasileiras de manufaturados: crescimento e mudança de estrutura*. São Paulo: IPE/USP, 1982.
- RODRIK, D. *Conceptual issues in the design of trade policy for industrialization*. s.l., s.n., 1990. *mimeo*.
-

-
- Promisses, promisses: credible policy reform via signaling. *The Economic Journal*, sept. 1989.
- ROSA, J.A. As modificações na política tarifária. *Desempenho do Comércio Exterior Brasileiro — 1979*.
- Uma nota sobre as modificações na política tarifária desde o "pacote" de dezembro e as suas vinculações com a política de desenvolvimento industrial*. Rio de Janeiro: FUNCEX, 1980, mimeo.
- SACHS, J.D. External debt and macroeconomic performance in Latin America and east Asia. *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 2, p. 523-573, May/Aug. 1985.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *Revista de Economia Política*, vol. 2, n° 2, 5-45, snt/kim/ 1982.
- SIMONSEN, M.H. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro: APEC, 1979.
- SUZIGAN, W. *A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial*. Campinas: UNICAMP, 1991. mimeo.
- VON DOELLINGER, C. et alii. *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/73*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. (Relatório de Pesquisa, 22)
- ZINI, A.A. Funções de exportação e de importação para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Económico*, Vol. 18, n. 3, p. 615-662, dez. 1988.
- *Política cambial e liberalização do comércio*. São Paulo: IPE-USP, 1988. mimeo. (Texto para Discussão, 27)
-

SIGLAS E ABREVIações

AFRMM	—	Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante
Bacen	—	Banco Central do Brasil
Befiex	—	Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação
BTN	—	Bônus do Tesouro Nacional
Cacex	—	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CDI	—	Conselho de Desenvolvimento Industrial
Concex	—	Conselho de Comércio Exterior
CPA	—	Conselho de Política Aduaneira
Decex	—	Departamento de Comércio Exterior
ECE	—	Empresas Comerciais Exportadoras
FGV	—	Fundação Getúlio Vargas
Finame	—	Financiadora Nacional de Máquinas e Equipamentos
Finex	—	Fundo de Financiamento à Exportação
FMI	—	Fundo Monetário Internacional
Fungiro	—	Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro
IBGE	—	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	—	Imposto de Circulação de Mercadorias
IGP	—	Índice Geral de Preços
IOF	—	Imposto sobre Operações Financeiras
IPA	—	Índice de Preços no Atacado
IPCA	—	Índice de Preços ao Consumidor — Ampliado
IPi	—	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	—	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica
IUCL	—	Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos
Mercosul	—	Mercado Comum do Cone Sul
OCDE	—	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAEG	—	Programa de Ação Econômica do Governo
PIB	—	Produto Interno Bruto
Proex	—	Programa de Financiamento às Exportações
Sumoc	—	Superintendência da Moeda e do Crédito
TAB	—	Tarifa Aduaneira Brasileira
TMP	—	Taxa de Melhoramento dos Portos

Quadros e Gráficos da Seção I

Quadro 1

Quadro Resumo da Política de Comércio Exterior

Variável/Período	Setor Externo	Exportações (X)	Importações (M)	Câmbio
1947-54 (Introversão)	<ul style="list-style-type: none"> - criação de CPA/Cacasa/CDI/ Lei do Similar Nacional - aumento de preços de importáveis/exportáveis (Pm/Px) - restrição de divisas 	<ul style="list-style-type: none"> - bonificações sobre taxa de câmbio oficial - pauta pequena concentrada em produtos primários - setor exportador utilizado como mecanismo financiador interno à industrialização 	<ul style="list-style-type: none"> - introdução de tarifas ad valorem (1957) - rígido sistema de controles administrativos (visando à substituição de M) - depósito compulsório sobre compras externas (1961) 	<ul style="list-style-type: none"> - taxas múltiplas de câmbio em 1953 e leilão de divisas de 1953 a 61 - reforma cambial em 1961 (Instrução 204 da Sumoc) - câmbio valorizado, principalmente para importadores
1964-73 (Relativa Extroversão)	<ul style="list-style-type: none"> - diminuição da tarifa nominal média de 99% (1966) para 57% (1973) - melhoria dos termos de troca - folga de divisas: débito externo e receitas crescentes com X 	<ul style="list-style-type: none"> - introdução de incentivos exportadores: drawback, crédito-prêmio IPI e ICM, Befex, etc - financiamento com juros subsidiados - diversificação da pauta e predomínio de manufaturas 	<ul style="list-style-type: none"> - reforma das tarifas ad valorem e introdução do imposto de M (1967) - liberalização do regime de M (1967) - reversão (parcial) da reforma de 1967: - elevação das alíquotas (1968); regimes especiais de M (1969) 	<ul style="list-style-type: none"> - sistema de minidesvalorizações após 1966 - câmbio valorizado até 1967 - estabilidade na taxa cambial após 1968
1974-80 (Fechamento)	<ul style="list-style-type: none"> - retração do comércio mundial com choque do petróleo - pressão nas contas externas - incremento da dívida externa - piora dos termos de troca 	<ul style="list-style-type: none"> - incremento nos incentivos às X; mas eliminação dos subsídios de crédito fiscal nas X manufaturadas - desaceleração das X 	<ul style="list-style-type: none"> - elevação dos níveis tarifários: tarifa média sobre p/ 99% (1980) - expansão de barreiras não-tarifárias - depósitos prévios para M (eliminados em 1979); restrição de guias de M e de exceções tarifárias 	<ul style="list-style-type: none"> - minidesvalorizações até 1979 - maidesvalorização de 30% (dez/1979) - taxa de câmbio real estável até 1979
1980-89 (Crise do Setor Externo)	<ul style="list-style-type: none"> - incremento substancial do serviço da dívida - refluxo do K estrangeiro - crescimento do comércio mundial após 1983 	<ul style="list-style-type: none"> - retorno do crédito-prêmio IPI em abril/1981 - redução gradual dos incentivos às exportações de manufaturados após 1983 - grande elevação do nível das X após 1984 	<ul style="list-style-type: none"> - restrições não-tarifárias mais intensas, contenção efetiva das M - eliminação das sobretaxas IOF e TMP e de parte dos regimes especiais de M - reforma tarifária de 1988; redução da redundância tarifária (tarifa média cai p/ 51% em 1989) 	<ul style="list-style-type: none"> - prefixação (1980), maidesvalorização (1983), congelamento (1986 e 1989), "minidesval" (1987 e 1988), algumas minidesvalorizações - centraliz. cambial (83,89) - grande dispersão da taxa real de câmbio
1990-92 (Abertura Recente)	<ul style="list-style-type: none"> - criação do Mercosul - recessão nas econ. centrais - influxo K estrangeiro - manutenção de elevados superávits comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> - redução dos requisitos burocráticos para X - drawback de mal primas nacionais e PROEX - maior rentabilidade das X no câmbio comercial - manutenção do volume de X 	<ul style="list-style-type: none"> - redução dos níveis e da dispersão tarifária (cronograma até 1994) - eliminação da maioria das restrições não-tarifárias (inclusive o Anexo C) - aumento de MNY, principalmente em bens de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - adoção do câmbio flutuante - intervenção do Bescan no mercado cambial - redução do ágio do dólar paralelo

OBS: (-) indica medidas de política comercial
(*) indica aspectos do desempenho do comércio exterior

Quadro 2

Tarifas Nominais Médias — Anos Selecionados — 1966/89 (%)

Indústria	1966	1973	1980	1984	1989		1991*	1994*
					tarifas	tarifas c/ sobretaxas		
mineração	27	22	27,0	16,7	19,5	24,8	3,9	1,0
minerais não-metals	79	52	107,5	98,7	37,7	44,8	14,5	7,5
metalurgia	54	40	54,3	72,8	41,4	46,7	18,1	10,6
maquinaria	48	38	56,3	62,1	46,9	51,6	30,4	19,7
mat. elétrico	114	56	99,1	100,4	50,2	54,5	34,3	21,1
mat. transporte	108	43	101,9	115,9	47,3	52,2	42,3	25,7
madeira	45	66	125,3	101,1	28,9	32,9	12,9	10,3
mobiliário	132	76	148,2	189,9	38,9	44,9	32,1	20,0
papel	93	49	120,2	82,2	32,8	37,2	12,9	8,5
borracha	101	65	107,3	101,7	58,6	64,4	36,1	16,2
couro	108	73	156,6	135,2	44,6	51,1	12,4	8,7
química	53	22	50,3	34,2	37,0	42,3	18,2	7,0
prod. farmacêuticos	48	21	27,9	42,2	40,7	43,4	19,6	13,3
perfumaria	192	48	160,5	184,4	73,6	76,5	42,6	19,8
plásticos	122	44	203,8	164,3	56,9	61,7	34,0	18,6
têxtil	181	91	167,3	161,6	77,9	84,0	37,6	16,6
vestuário	226	106	181,2	192,2	78,3	82,1	46,3	20,0
alimentação	82	73	107,8	84,2	38,4	42,9	21,3	13,9
bebidas	205	131	179,0	183,3	70,5	78,4	63,7	19,8
fumo	193	141	184,6	204,7	85,0	88,8	70,0	19,2
gráfico e editorial	122	35	85,5	71,1	27,8	34,1	11,4	8,7
diversos	104	42	87,0	136,5	54,4	60,2	36,4	17,9
Medias 1/	53	34	53,8	57,3	24,0	29,0	9,8	5,7
Agricultura	99	57	99,4	90,0	46,1	51,2		
Manufaturados								

Fonte: Braga & Tyler (1990, p. 5) e CTT (reproduzido de Hahn, 1992).

* Tarifas ponderadas pelo valor de produção previstas no cronograma de C.T.T.

Note: 1/ Ponderadas pelo valor adicionado.

Quadro 3

Proteção Efetiva — Anos Selecionados — (%)

Indústria	1958	1963	1967	1980/81	1985	1991*	1994*
mineração	-5,0	34,0	13,0	-4,2	-10,7	1,4	-0,4
minerais não-metals	73,0	130,0	45,0	-19,6	10,3	17,3	8,8
metalurgia	61,0	124,0	35,0	34,2	53,0	27,4	16,9
maquinaria	22,0	68,0	32,0	93,3	5,6	34,7	23,1
mat elétrico	83,0	169,0	67,0	129,3	54,7	44,8	25,4
mat. transporte	82,0	147,0	84,0	-6,5	-4,4	72,6	39,7
madeira	105,0	169,0	72,0	17,7	39,1	10,8	10,0
mobiliário	221,0	367,0	90,0	52,7	53,1	42,7	26,4
papel	86,0	169,0	43,0	-18,5	44,1	104,6	104,6
borracha	114,0	215,0	119,0	-21,4	43,3	44,6	15,7
couro	248,0	405,0	127,0	13,9	29,0	13,3	8,4
química	56,0	146,0	29,0	86,4	63,2	11,3	8,2
prod. farmacêuticos	17,0	60,0	10,0	116,3	117,8	19,1	13,1
perfumaria	279,0	453,0	121,0	91,6	26,3	64,8	26,1
plásticos	281,0	489,0	133,0	28,3	189,0	46,1	22,4
têxtil	210,0	291,0	154,0	36,7	112,1	47,4	19,2
vestuário	264,0	481,0	107,0	46,7	231,4	55,9	23,8
alimentação	387,0	652,0	218,0	26,1	45,8	27,5	16,4
bebidas	171,0	243,0	104,0	-1,1	-1,7	108,0	24,8
fumo	252,0	464,0	108,0	5,7	-79,6	133,3	54,7
gráfico e editorial	139,0	305,0	4,0	31,9	-5,3	10,8	8,4
diversos	88,0	175,0	47,0	171,7	96,7	43,2	20,4
Médias							
Agricultura	-47,0	-15,0	-14,0	-8,2	-24,6	13,1	9,6
Manufaturados	97,2	181,0	60,7	46,4	42,9		

* Tarifas efetivas ponderadas pelo valor da produção, segundo cronograma de CTT.
Fonte: Fishlow (1975, p. 58 e) Braga & Tyler (1990, p. 22) e CTT (extraído de Hehn, 1992, p. 39)

Quadro 4

Composição das Exportações Brasileiras por seus Principais Produtos (%)

	1970	1974	1979	1984	1988	1989	*1990	*1991
Produtos básicos	74,8	57,6	42,7	32,2	27,8	27,9	28,0	28,1
Produtos industrializados	24,3	40,0	56,3	66,7	71,3	71,0	70,3	70,5
Semimanufaturados	9,1	11,5	12,7	10,6	14,5	16,9	16,2	17,2
Manufaturados	15,2	28,5	43,6	56,0	56,8	54,1	54,1	53,3
Transações especiais	0,9	2,4	1,0	1,1	0,9	1,1	1,7	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cecex, RBCE (Funcex) jan/fev/mar de 1992 e Balança Comercial e outros indicadores Conjunturais — (Funcex) dez (1991, pp. A13 e A14)
Dados de jan/92

Quadro 5

Coefficientes de Comércio Exterior e Relações de Troca — Brasil — 1947/91

	EXPORT. TOTAL US\$ milhões	IMPORT. TOTAL US\$ milhões	Export/PIB (preços constantes de 1970)	Import/PIB	$\frac{(X + M)}{PIB}$	$\frac{(X + M) / 2}{PIB}$	Relações de troca (1960=100)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
1947	1063,0	1726,0	14,8	13,7	1,1	14,3	122,6
1948	1180,0	1121,0	14,4	11,4	3,0	12,9	116,4
1949	1096,0	1098,0	13,0	10,4	2,6	11,7	110,2
1950	1355,0	1088,0	9,9	11,1	-1,2	10,5	193,2
1951	1769,0	1987,0	10,1	16,2	-6,1	13,2	199,4
1952	1418,0	1986,0	7,8	14,3	-6,5	11,1	179,6
1953	1529,0	1319,0	8,4	9,5	-1,1	9,0	188,3
1954	1558,0	1634,0	6,7	10,7	-4,0	8,7	216,7
1955	1419,0	1307,0	7,2	7,5	-0,3	7,4	161,0
1956	1482,0	1234,0	7,5	7,1	0,4	7,3	159,8
1957	1392,0	1489,0	6,4	8,3	-1,9	7,4	174,6
1958	1243,0	1352,0	5,7	7,4	-1,7	6,6	170,9
1959	1282,0	1374,0	6,8	7,6	-0,8	7,2	147,4
1960	1269,0	1462,0	6,1	7,1	-1,0	6,6	143,7
1961	1403,0	1460,0	6,1	6,2	-0,1	6,2	140,0
1962	1214,0	1475,0	7,6	5,8	1,8	6,7	123,9
1963	1406,0	1487,0	6,2	5,7	0,5	6,0	123,9
1964	1430,0	1263,0	5,2	4,6	0,6	4,9	142,4
1965	1595,0	1096,0	6,1	4,0	2,1	5,0	133,8
1966	1741,0	1496,0	6,7	5,1	1,6	5,9	125,1
1967	1654,0	1667,0	6,4	5,4	1,0	5,9	120,1
1968	1881,0	2132,0	6,3	6,2	0,1	6,3	122,6
1969	2311,0	2265,0	6,8	6,2	0,6	6,5	130,0
1970	2738,9	2506,9	6,6	6,9	-0,3	6,8	142,4
1971	2903,9	3247,4	6,4	7,5	-1,1	7,0	132,2
1972	3991,2	4232,3	6,7	8,1	-1,4	7,4	139,9
1973	6199,2	6192,2	6,7	8,6	-1,9	7,7	153,7
1974	7951,0	12641,3	6,6	10,5	-3,9	8,6	125,8
1975	8669,9	12210,3	6,9	9,4	-2,5	8,2	121,8
1976	10128,3	12383,0	6,4	8,6	-2,2	7,5	136,8
1977	12120,2	12023,4	6,1	7,6	-1,5	6,8	160,5

Quadro 5 -- Continuação

	EXPORT. TOTAL US\$ milhões	IMPORT. TOTAL US\$ milhões	Export/PIB (preços constantes de 1970)	Import/PIB	$\frac{(X+M)}{PIB}$	$\frac{(X+M)/2}{PIB}$	Relações de Troca (1980=100)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
1978	12658,9	13683,1	6,5	7,5	-1,0	7,0	138,2
1979	15244,4	18083,9	6,7	7,6	-0,9	7,2	126,7
1980	20132,4	22955,2	7,6	7,0	0,6	7,3	100,0
1981	23293,0	22090,6	9,6	6,3	3,3	8,0	82,2
1982	20175,1	19395,0	8,7	5,5	3,2	7,1	78,1
1983	21899,3	15428,9	10,3	4,7	5,6	7,5	70,6
1984	27005,3	13915,8	12,0	4,3	7,7	8,2	77,8
1985	25639,0	13153,5	11,7	3,9	7,8	7,8	75,0
1986	22348,6	14044,3	10,0	4,5	5,5	7,3	111,0
1987	26225,1	15050,8	10,2	4,5	5,7	7,3	102,6
1988	33789,4	13056,7	12,2	4,2	8,0	8,2	101,6
1989	34391,8	16393,7	12,8	4,0	8,8	8,4	101,1
1990	31371,0	20475,0	12,6	4,2	8,4	8,4	90,1
*1991	31700,0	21215,0	11,8	4,1	7,7	8,0	94,8

Fonte: IBGE, Funes, FGV, SUMOC e Bacen.
Estimativa, dados até outubro.

Quadro 6

Comparação das Políticas Comerciais de 41 Economias em Desenvolvimento

Período	Orientação pró-abertura		Orientação pró-fechamento	
	Forte	Moderada	Moderada	Forte
1963-73	Hong Kong Coreia Cingapura	Brasil Camarões Colômbia Costa Rica Costa do Marfim Guatemala Indonésia Israel Malásia Tailandia	Bolívia El Salvador Honduras Quênia Madagascar México Nicaragua Nigéria Filipinas Senegal Tunísia Iugoslávia	Argentina Bangladesh Burundi Chile Rep. Dominicana Etiópia Gana Índia Paquistão Peru Sri Lanka Sudão Tanzânia Turquia Uruguai Zâmbia
1973-85	Hong Kong Coreia Cingapura	Brasil Chile Israel Malásia Tailandia Turquia Uruguai	Camarões Colômbia Costa Rica Costa do Marfim El Salvador Guatemala Honduras Indonésia Quênia México Nicaragua Paquistão Filipinas Senegal Sri Lanka Iugoslávia	Argentina Bangladesh Bolívia Burundi Rep. Dominicana Etiópia Gana Índia Madagascar Nigéria Peru Sudão Tanzânia Zâmbia

Fonte: World Bank — World Development Report (1987, p. 83).

Quadro 7

Índices de Taxas de Câmbio Real e Efetiva — Brasil (1980 = 100)

Período	Taxa de Câmbio Real Deflacionado por		Período	Taxa de Câmbio Real Efetiva Cesta de Cinco Moedas **
	IPA-DI	IPA-DI e IPA-EUA		
jan 1970	208,1	85,0	1970	77,9
jan 1972	191,8	83,3	1972	79,7
jan 1974	155,7	85,2	1974	84,1
jan 1976	129,5	86,7	1976	81,5
jan 1978	115,6	86,3	1978	86,4
jan 1980	116,5	110,8	1980	100,0
jan 1982	82,3	91,7	1982	88,4
jan 1984	92,9	106,8	1984	102,2
jan 1986	84,4	97,4	1986	102,4
jan 1988	74,1	86,6	1988	91,4
jan 1989	65,4	72,0	1989	
jan 1990	44,1	56,8	1990p	73,0
jan 1991	55,1	67,7	1991p	97,3
jan 1992	54,7	65,7	1992p *	102,0

p = dados preliminares

(*) Este dado se refere a jan/1992

(**) Cesta de moedas: dólar (61,2%), jéne (14,8%), marco (10,9%), libra (6,6%), franco francês (6,5%), e partir de 1980 empregou-se cesta com sete moedas: dólar (34,85%), jéne (14,57%), marco (15,03%), franco francês (9,18%), libra (8,42%), ita (8,53%) e florim (8,41%).

Fonte: Conjuntura Econômica (FGV), Boletim de Informações CEBRAP, mar/1992 e Indicadores IESP, n. 2, mar/1992

Quadro 8

Proteção Nominal Média e Proteção Efetiva — 1980/81 e 1985 — (%)

Indústria	Proteção Nominal Média		Proteção Efetiva	
	1980/81	1985	1980/81	1985
mineração	-3,60	-6,20	-4,20	-10,70
minerais não-metals	-17,70	12,00	-19,60	10,30
metalurgia	10,80	26,60	34,20	53,00
maquinaria	58,70	11,80	93,30	5,60
mat. elétrico	81,70	47,00	129,30	54,70
mat. transporte	-3,70	12,40	-6,50	-4,40
madeira	-4,30	20,90	17,70	39,10
mobilário	26,10	46,00	52,70	53,10
papel	-16,10	18,60	-18,50	44,10
borracha	-15,40	45,60	-21,40	43,30
couro	15,60	33,60	86,40	29,00
química	55,10	22,90	13,90	63,20
prod. farmacêuticos	97,40	99,50	116,30	117,80
perfumaria	35,10	23,40	91,60	26,30
plásticos	28,90	114,80	28,30	189,00
têxtil	25,20	65,10	36,70	112,10
vestuário	30,60	111,70	46,70	231,40
alimentação	-8,20	-5,80	26,10	45,80
bebidas	-5,30	3,00	-1,10	-1,70
fumo	1,30	-70,70	5,70	-79,60
gráfico e editorial	24,10	-0,90	31,90	-5,30
diversos	91,80	75,60	171,70	96,70
Médias				
Agricultura	-7,20	-23,20	-8,20	-24,60
Manufaturados	24,50	18,00	46,40	42,90

Fonte: Braga & Tyler (1990, p. 22)

Quadro 9

Tanfa Implicita e Aprovada pela Reforma de 1988 (em %)

Indústria	Tanfa		Custo de Transporte	AFRMM
	Implicita	Aprovada		
mineração	-10,5	11,5	8,5	4,3
minerais não-metals	24,6	34,4	12,1	6,1
metalurgia	24,7	36,2	8,5	4,3
maquinaria	17,3	46,8	7,3	3,7
mat. elétrico	44,5	47,5	6,6	3,3
mat. transporte	9,2	51,2	7,8	3,9
madeira	22,9	24,3	6,0	3,0
mobiliário	53,7	35,2	9,9	5,0
papel	14,4	27,8	6,7	3,4
borracha	65,5	52,8	9,5	4,8
couro	26,9	39,5	10,9	5,5
química	20,2	18,2	8,6	4,3
prod. farmacêuticos	61,6	50,4	3,3	1,7
perfumaria	46,4	69,6	3,7	1,9
plásticos	68,7	57,1	7,6	3,8
têxtil	60,4	50,0	10,1	5,1
vestuário	92,7	68,5	5,6	2,8
alimentação	-7,9	31,8	7,0	3,5
bebidas	-9,5	74,6	13,2	6,6
fumo	-71,1	84,4	5,6	2,8
gráfico e editorial	3,8	17,8	10,5	5,3
diversos	66,5	63,6	9,5	4,8
Médias	-15,0	14,1	9,4	4,7
Agricultura	16,4	38,1	8,0	4,0
Manufaturados				

Fonte: Kurma (1989, p.9)

Quadro 10

Grau de Abertura — Países Selecionados — 1956/90

PAIS/ ANO	EXPORTAÇÕES / PIB									
	1956	1964	1973	1979	1983	1987	1990*			
Alem.Oc.	15,5	15,4	19,7	22,6	25,8	28,3	30,0			
Argentina	-	6,6	4,7	7,2	12,1	6,7	19,5			
Brasil	10,4	6,6	7,9	6,8	10,7	8,0	8,4			
Chile	9,1	10,9	11,9	18,8	19,4	25,0	37,4			
Coreia	0,8	3,8	23,7	23,3	31,1	39,0	31,0			
EUA	4,5	4,1	5,3	7,4	6,0	5,8	9,4			
Japão	9,6	8,1	8,9	10,1	12,5	10,8	10,8			
México	10,4	5,8	4,1	6,7	15,3	12,8	16,4			

PAIS/ ANO	IMPORTAÇÕES / PIB									
	1956	1964	1973	1979	1983	1987*	1990**			
Alem.Oc.	14,1	14,0	16,0	21,0	23,3	20,4	26,3			
Argentina	-	5,0	3,2	6,2	6,9	6,0	10,4			
Brasil	8,7	5,9	8,9	8,8	8,2	5,1	5,4			
Chile	5,9	11,2	10,8	20,3	13,9	17,3	30,1			
Coreia	12,9	12,1	31,2	31,5	33,3	33,8	31,8			
EUA	3,3	3,2	5,5	9,0	8,0	9,5	11,1			
Japão	12,3	9,7	9,3	10,9	10,7	6,5	9,3			
México	13,3	8,4	6,9	9,0	5,6	9,5	15,5			

PAIS/ ANO	(EXPORTAÇÕES + IMPORTAÇÕES) / 2 PIB									
	1956	1964	1973	1979	1983	1987*	1990**			
Alem.Oc.	14,8	14,7	17,9	21,8	24,6	23,4	28,2			
Argentina	-	5,8	4,0	6,7	9,5	7,3	15,0			
Brasil	9,6	6,3	8,4	7,8	9,4	6,5	6,9			
Chile	7,5	11,1	11,3	19,6	16,6	21,2	33,8			
Coreia	6,9	7,6	27,4	27,4	32,2	36,4	31,4			
EUA	3,9	3,6	5,4	8,2	7,0	7,5	10,2			
Japão	11,0	8,9	9,1	10,5	11,6	8,7	10,1			
México	11,9	7,1	5,5	7,9	10,5	11,2	15,9			

* dados para Argentina, Chile, Japão e México de 1986

** dados para Argentina, Brasil, Japão e México de 1989. Chile de 1988

Fonte: IMF — International Financial Statistics (IFS), 1991 e Supplement on Trade Statistics n. 15 (1988, p. 50-7)

Quadro 11
O Cronograma Tarifário Brasileiro

Ano	1987	1988	1989	1990	1991	1992(*)	1993(*)	1994(*)
Moda	30	40	40	40	20	20	20	20
Média	51	41	35	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
Erro Padrão	26	17	20	19,6	17,4	14,2	10,7	7,9

Fonte: Ministério de Economia
(*) Valores previstos pelo Programa de Abertura Comercial, antecipados para 01/10/92 e 01/07/93, respectivamente

Gráfico 1
 Grau de Abertura — Brasil

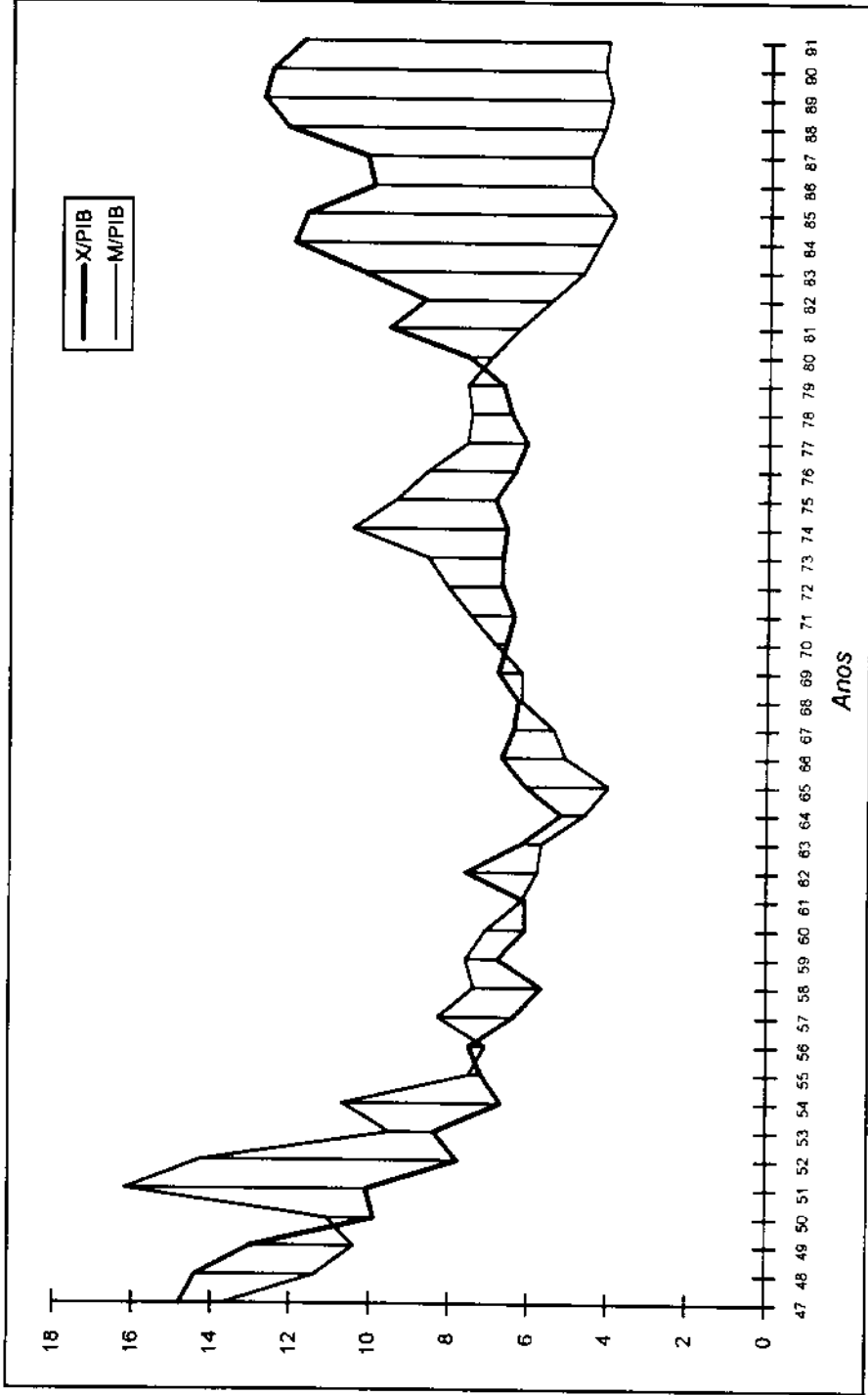
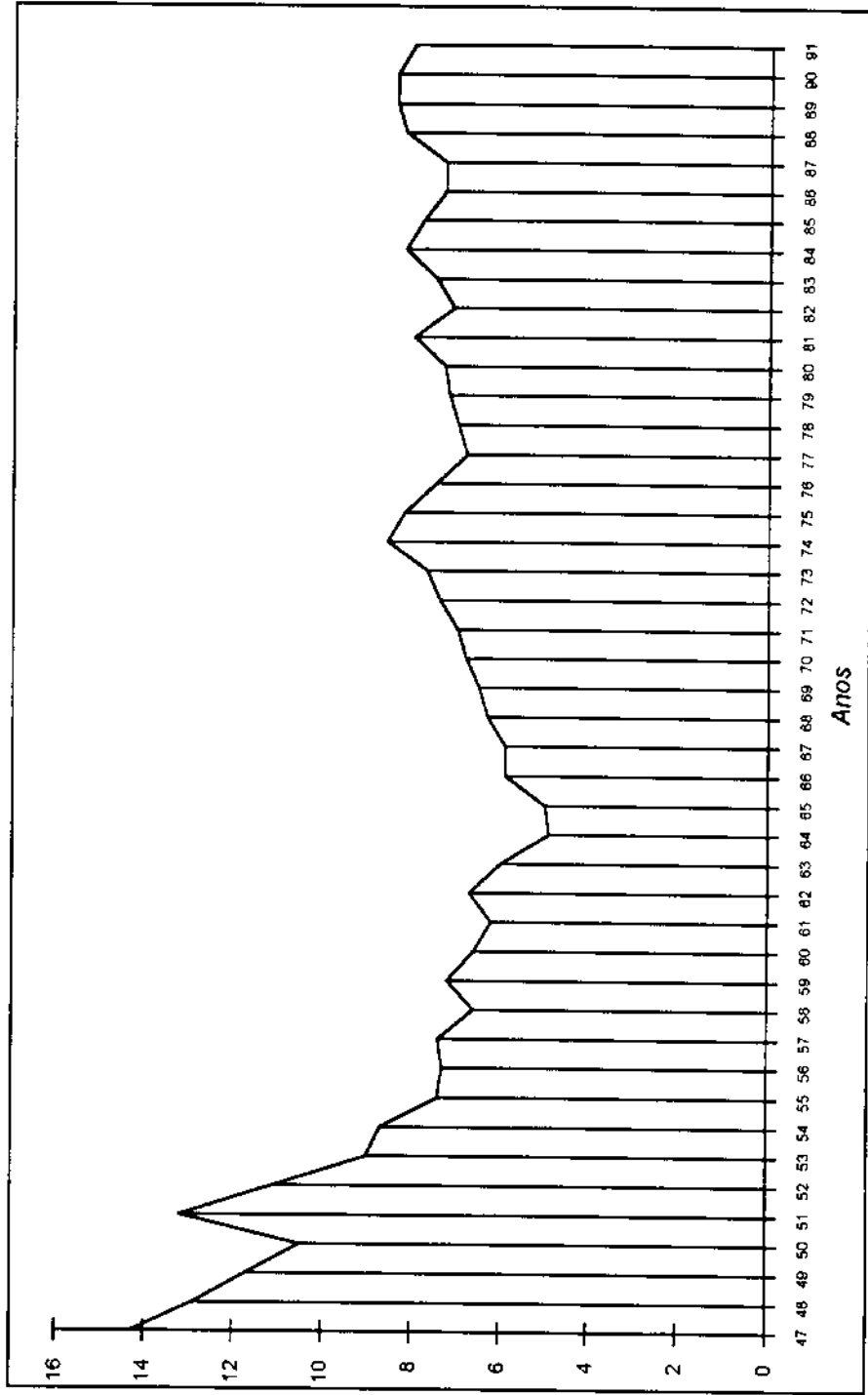


Gráfico 2
 Grau de Abertura — Brasil (1947/91)

$$\frac{(X+M)/2}{PIB}$$



Fonte: Quadro 5 e Quadro 10

Quadros e Gráfico da Seção II

Quadro 1
Principais Obstáculos ao Processo de Abertura Comercial

Natureza do Problema/ Prazo	Curto	Médio	Longo
Competitividade Sistêmica	burocracia excessiva	precariedade da infra-estrutura	atraso tecnológico educacional
Crise de Estabilização	inflação, recessão, juros	financiamento externo	taxa de investimento
Desenho da Política	política cambial	credibilidade, seqüenciamento, timing	articulação com política industrial
Resistência	coalizões contrárias	incertezas quanto a ganhos futuros	

Fonte: CEBRAP — Área de Economia.

Quadro 2

Composição da Amostra de Empresas Respondentes

Setor	Origem de Capital						Categoria de Uso						Total					
	Estável	(%)	K Externo	(%)	K Nacional	(%)	Número	(%)	B. Capital	(%)	B. Intermed.	(%)	B. Consumo	(%)	Não classif.	(%)	Número	(%)
AGRIC	0	0,00	0	0,00	2	2,22	2	1,77	0	0,00	1	3,85	1	1,67	0	0,00	2	1,77
PRNMIM	1	16,67	1	5,88	1	1,11	3	2,65	0	0,00	1	3,85	2	3,33	0	0,00	3	2,65
METAL	3	50,00	2	11,76	10	11,11	15	13,27	2	10,00	2	7,69	9	15,00	2	28,57	15	13,27
MECAN	0	0,00	1	5,88	8	8,88	9	7,96	8	40,00	0	0,00	0	0,00	1	14,29	9	7,96
QUIFA	1	16,67	4	23,53	20	22,22	25	22,12	0	0,00	10	36,46	14	23,33	1	14,29	25	22,12
MATEL	0	0,00	3	17,65	10	11,11	13	11,50	5	25,00	3	11,54	4	6,87	1	14,29	13	11,50
INFOR	0	0,00	0	0,00	2	2,22	2	1,77	0	0,00	0	0,00	2	3,33	0	0,00	2	1,77
MATRA	1	16,67	4	23,53	9	10,00	14	12,39	5	25,00	3	11,54	5	6,33	1	14,29	14	12,39
MOMAD	0	0,00	0	0,00	6	6,67	6	5,31	0	0,00	3	11,54	2	3,33	1	14,29	8	5,31
CALCB	0	0,00	0	0,00	4	4,44	4	3,54	0	0,00	1	3,85	3	5,00	0	0,00	4	3,54
TXVES	0	0,00	0	0,00	6	6,67	6	5,31	0	0,00	2	7,69	4	6,87	0	0,00	6	5,31
PRALM	0	0,00	0	0,00	11	12,22	11	9,73	0	0,00	0	0,00	11	18,33	0	0,00	11	9,73
BEBFU	0	0,00	2	11,76	1	1,11	3	2,65	0	0,00	0	0,00	3	5,00	0	0,00	3	2,65
TOTAL	6	100	17	100	90	100	113	100	20	100	26	100	60	100	7	100	113	100
(%)	5,31	-	15,04	-	79,65	-	100	-	17,70	-	23,01	-	53,10	-	6,19	-	100	-

Fonte: ver texto.

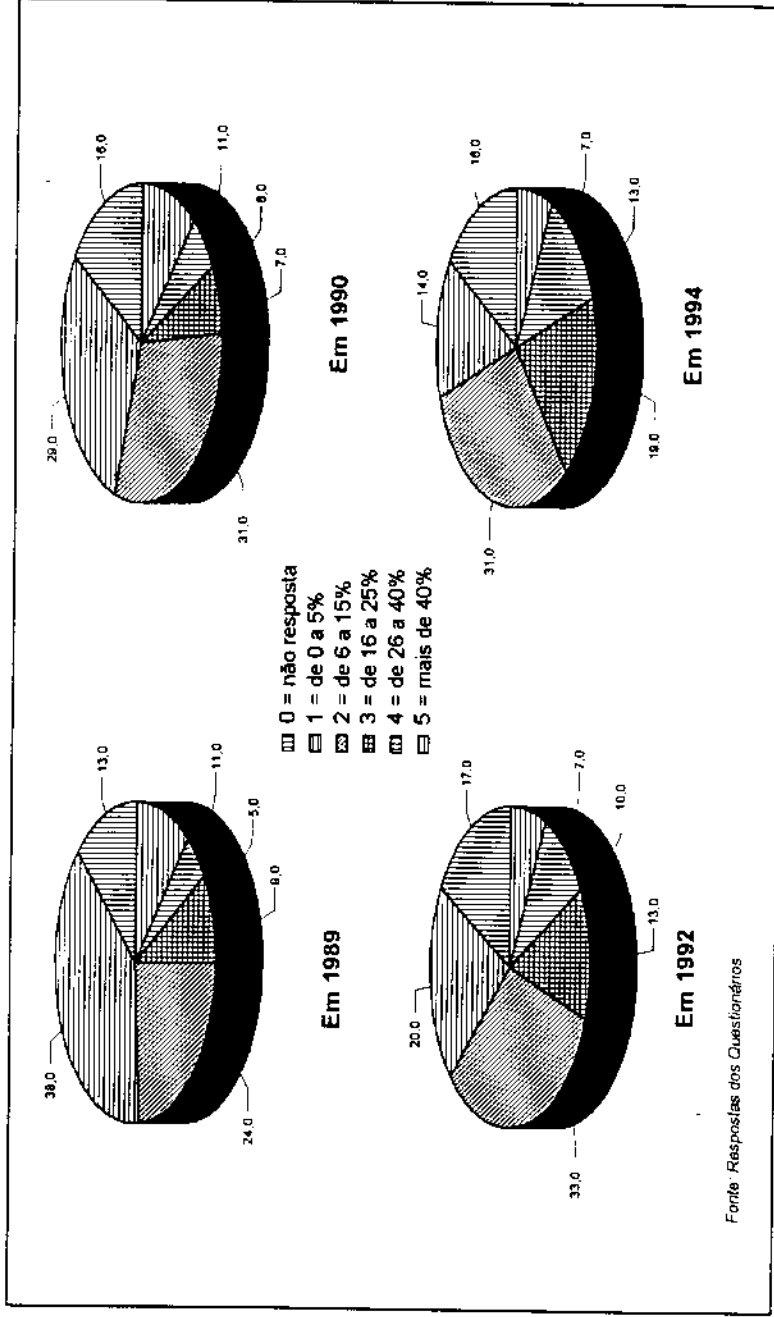
Quadro 3
Composição da Amostra "Quem é Quem"

Setor	Origem do Capital						Total	
	Estatais	(%)	Capital Externo	(%)	Privadas Nacionais	(%)	Número	(%)
AGRIC	3	5,36	5	1,46	181	5,45	189	5,08
PRMINM	0	0,00	19	5,56	165	4,96	184	4,94
METAL	14	25,00	31	9,06	378	11,37	423	11,36
MECAN	2	3,57	57	16,67	232	6,98	291	7,82
QUIFA	16	28,57	95	27,78	411	12,36	522	14,02
MATEL	0	0,00	32	9,36	144	4,33	176	4,73
INFOR	11	19,64	1	0,29	53	1,59	65	1,75
MATRA	3	5,36	28	8,19	156	4,69	187	5,02
MOMAD	2	3,57	10	2,92	288	8,66	300	8,06
CALCB	0	0,00	8	2,34	140	4,21	148	3,98
TXVES	0	0,00	15	4,39	401	12,06	416	11,18
PRALM	5	8,93	25	7,31	671	20,19	701	18,83
BEBFU	0	0,00	16	4,68	104	3,13	120	3,22
Total	56	100	342	100	3324	100	3722	100
(%)	1,50	-	9,19	-	89,31	-	100	-

Fonte: "Quem é Quem", Revista Visão, 1990

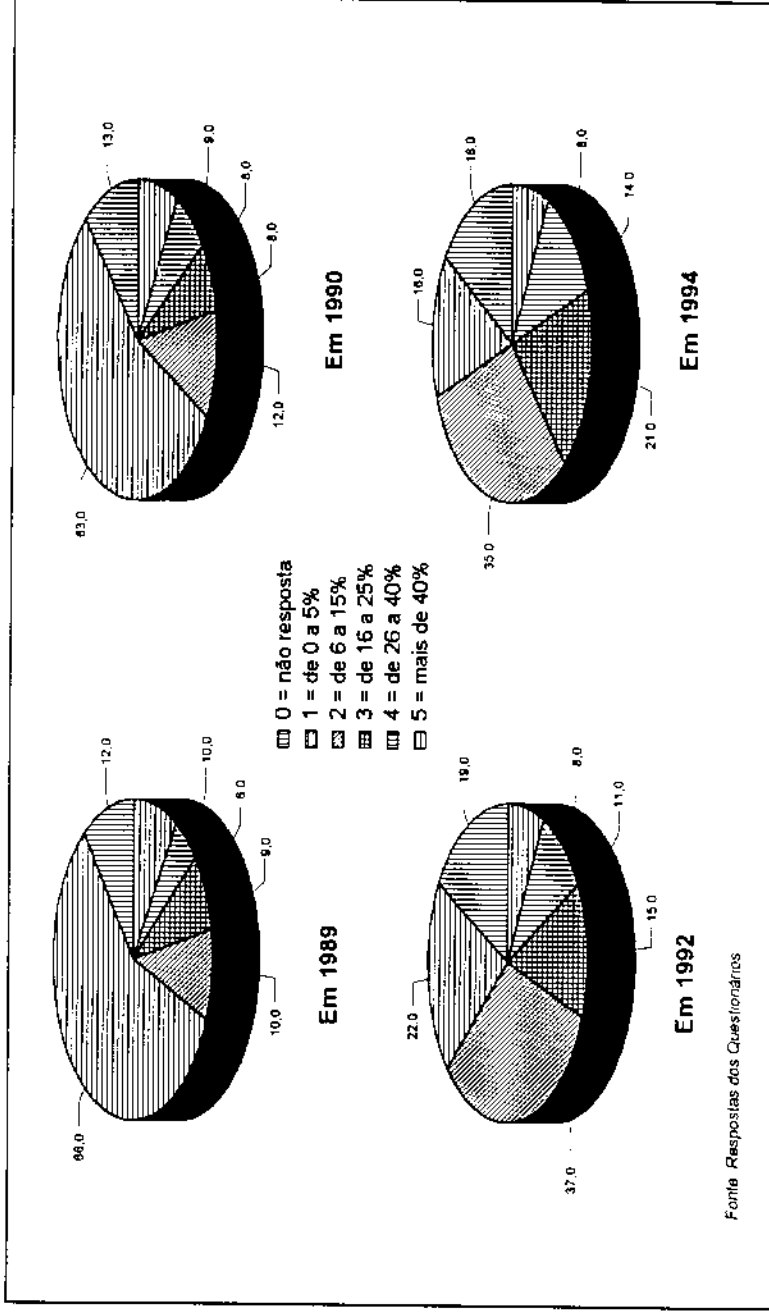
Quadro 4

Composição de Empresas Respondentes por Graus de Abertura
(Relação Exportações / Total de Vendas na Empresa)



Quadro 5

Percentual de Insumos Importados no Custo Total das Empresas
(Relação Importações / Custos de Produção)



Quadro 6

Composição das Empresas Respondentes, conforme o Grau de Abertura em 1989

Grau de Abertura	Exportações						Total	
	Abertas		Fechadas		Não Responderam		Freq. ABS.	%
	Freq. ABS.	%	Freq. ABS.	%	Freq. ABS.	%		
Abertas	8	28,6	15	21,7	2	12,5	25	22,1
Fechadas	19	67,9	52	75,4	5	31,3	76	67,3
Não Responderam	1	3,6	2	2,9	9	56,3	12	10,6
Total - Freq. ABS.	28	100	69	100	16	100	113	100
%	24,8	-	61,1	-	14,2	-	100	-

Fonte: Respostas dos Questionários — Elaboração: CEBRAP — Área de Economia

OBS: Definição dos Graus de Abertura
 exportações: exportações / faturamento
 importações: importações / custo total dos insumos

Quadro 7

Composição das Empresas Respondentes, conforme o Grau de Abertura em 1990

Grau de Abertura	Exportações								Total	
	Abertas		Fechadas		Não Responderam					
	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%
Abertas	9	33,3	13	19,1	3	16,7	25	22,1		
Fechadas	17	63,0	49	72,1	9	50,0	75	66,4		
Não Responderam	1	3,7	6	8,8	6	33,3	13	11,5		
Total - Freq. ABS.	27	100	68	100	18	100	113	100		
%	23,9	-	60,2	-	15,9	-	100	-		

Fonte: Respostas dos Questionários — Elaboração: CEBRAP — Área de Economia

OBS: Definição dos Graus de Abertura

exportações: exportações / faturamento

importações: importações / custo total dos insumos

Quadro 8

Composição das Empresas Respondentes, conforme o Grau de Abertura em 1994

Grau de Abertura	Exportações								Total	
	Abertas		Fechadas		Não Responderam					
	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%	Freq.ABS.	%
Abertas	17	39,5	17	32,7	4	22,2	38	33,6		
Fechadas	24	55,8	32	61,5	8	44,4	64	56,6		
Não Responderam	2	4,7	3	5,8	6	33,3	11	9,7		
Total - Freq. ABS.	43	100	52	100	18	100	113	100		
%	38,1	-	46,0	-	15,9	-	100	-		

Fonte: Respostas dos Questionários — Elaboração CEBRAP — Área de Economia

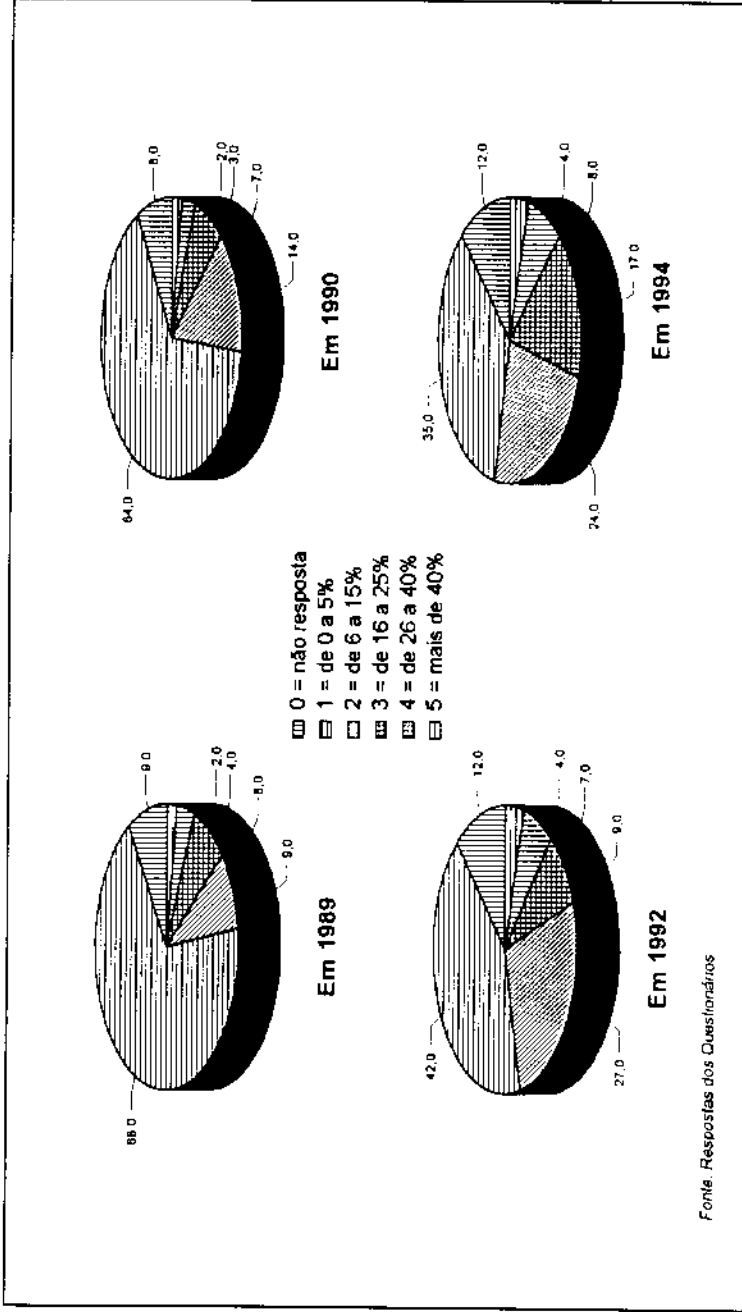
OBS: Definição dos Graus de Abertura

exportações: exportações / faturamento

importações: importações / custo total dos insumos

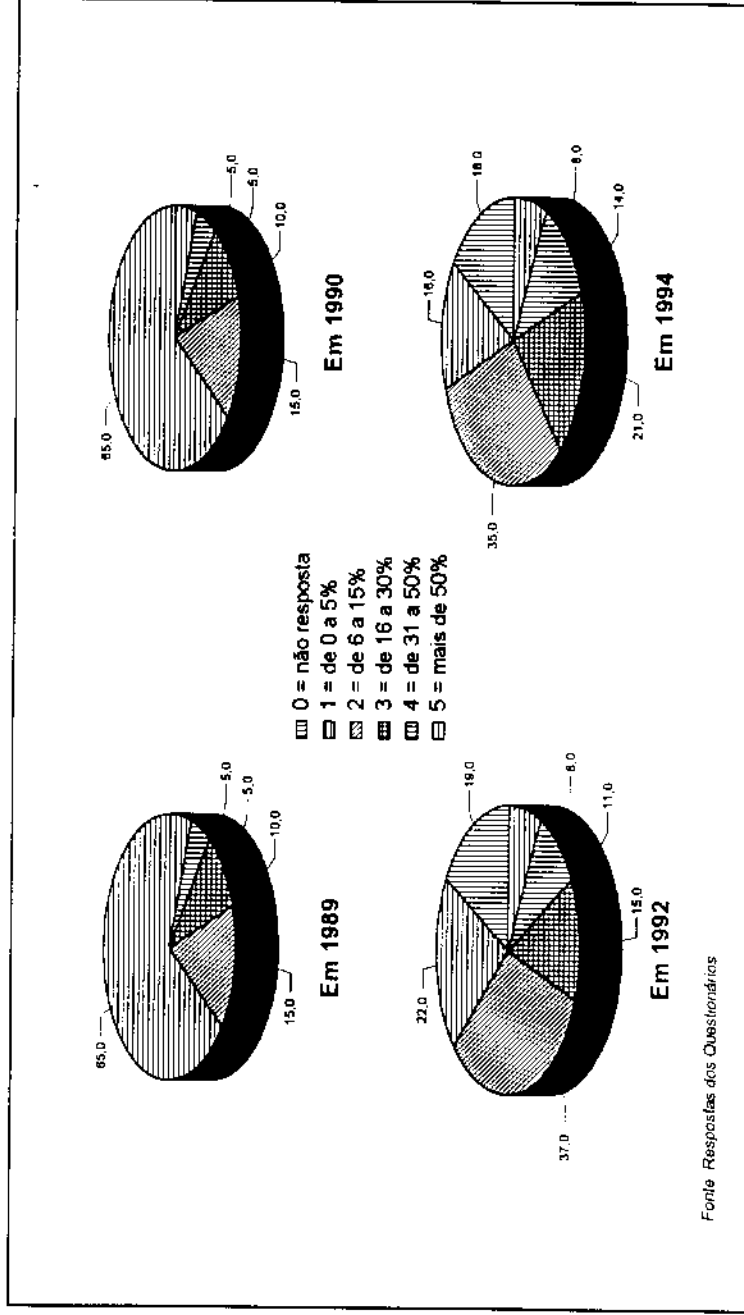
Quadro 9

Expectativa em Relação à Participação da Concorrência Estrangeira (Participação de Produtos Importados no Setor)



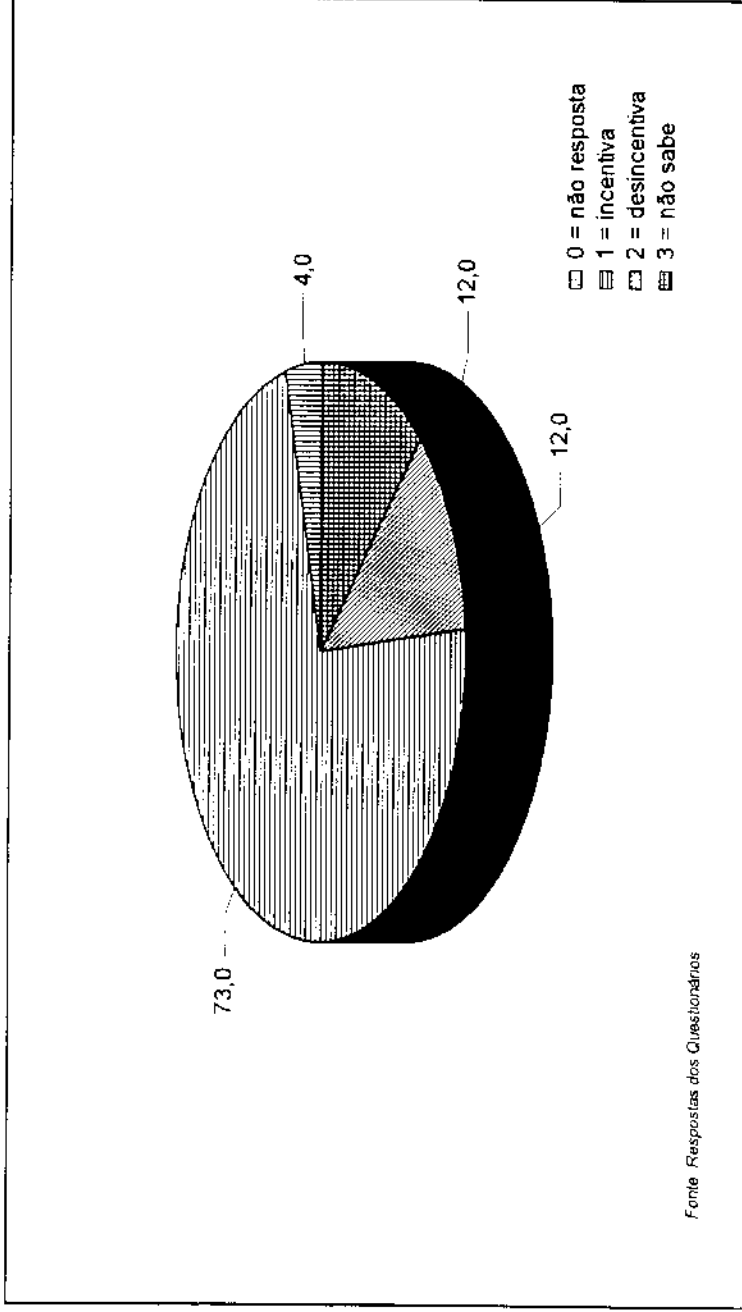
Quadro 10

Expectativa em Relação à Participação da Concorrência Estrangeira / Bens de Capital (Estimativa da Participação de Produtos Importados no Setor de Bens de Capital)

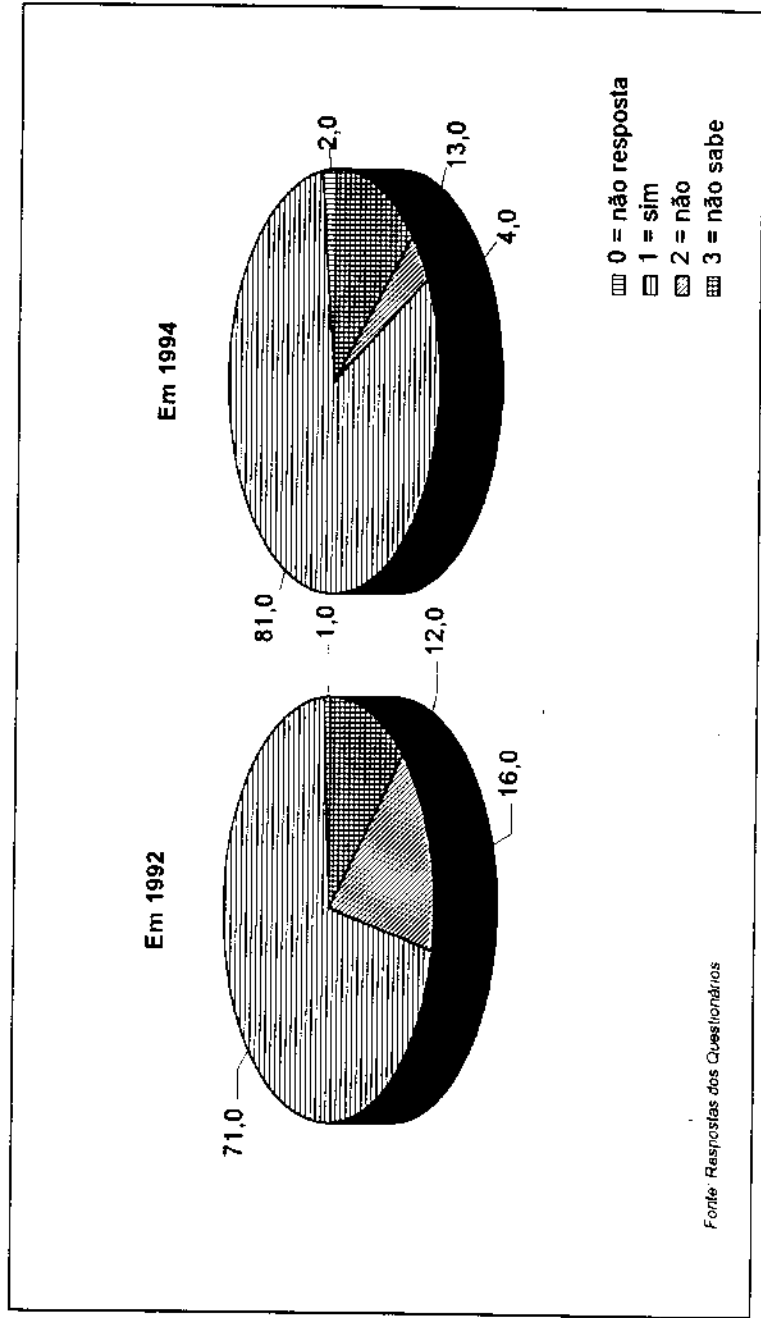


Quadro 11

Expectativa em Relação ao Impacto da Abertura sobre os Investimentos

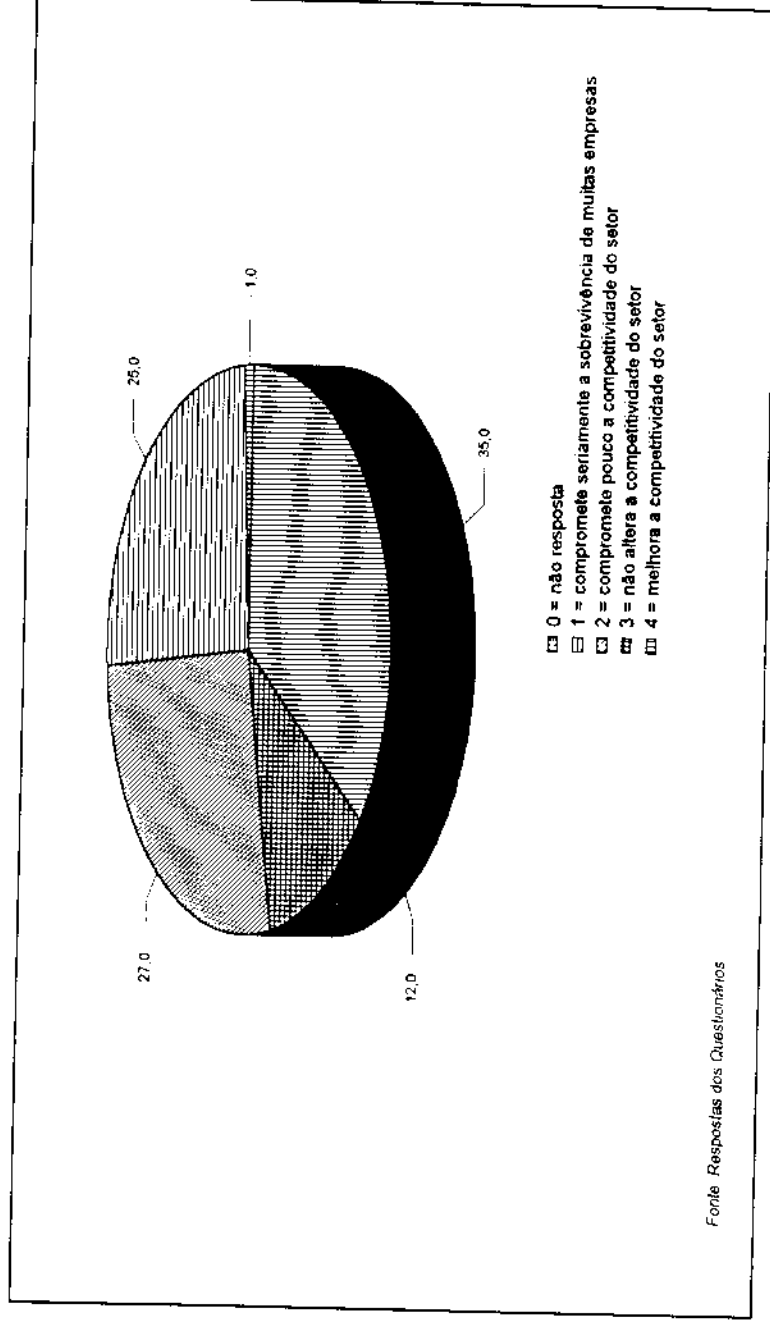


Quadro 12
Expectativa em Relação à Abertura da Economia
Economia Estará Efetivamente mais Aberta



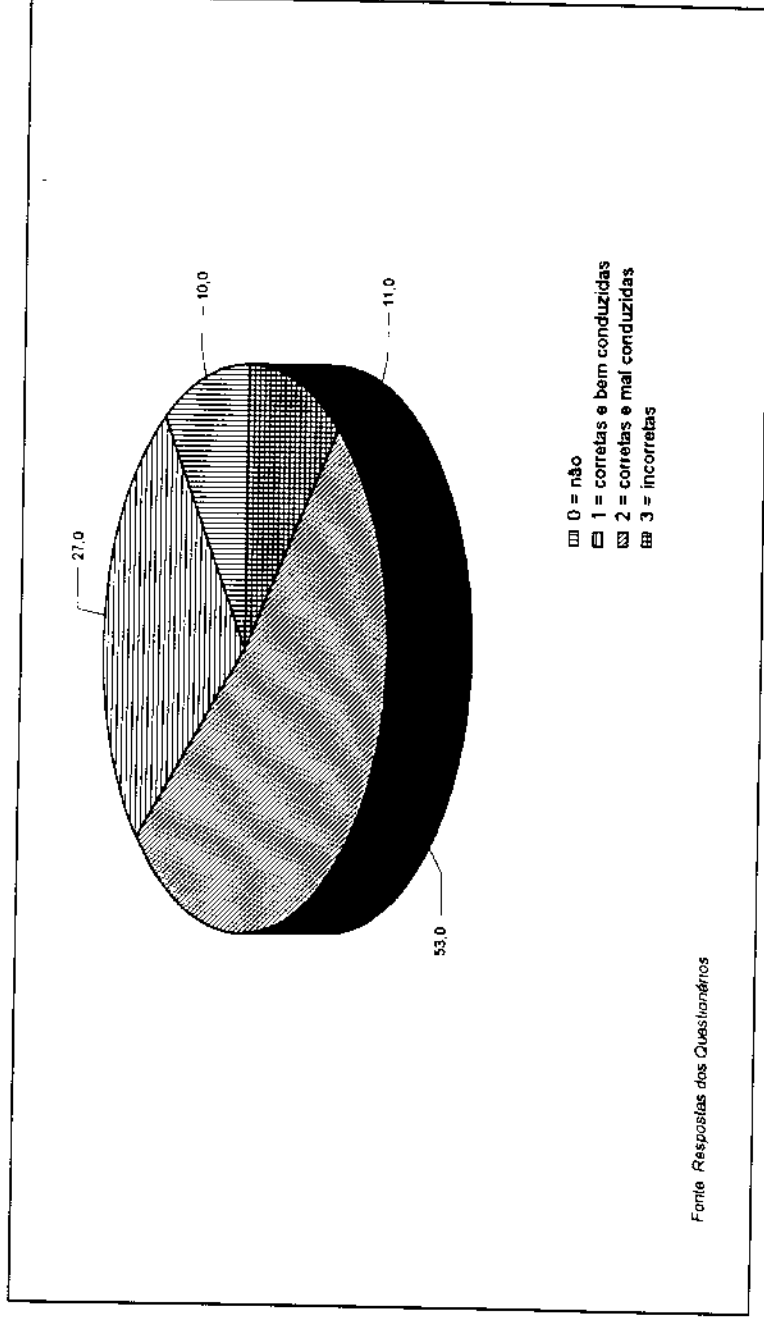
Quadro 13

Expectativa em Relação ao Impacto da Economia sobre o Setor



Quadro 14

Avaliação das Medidas Recentes de Política Comercial



Quadro 15

Principais Obstáculos à Abertura, segundo as Empresas da Amostra

Natureza do Problema / Ordenação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Competitividade Sistêmica	infra-estrutura (67)			burocracia excessiva (42)		atraso tecnológico (36)							
Crise de Estabilização		recessão (48)			escasso financeiro / exportações (40)			escasso financeiro / importações (25)					
Deseñho da Política				câmbio apreciado (46)			ausência política industrial (35)		falta de credibilidade (18)	execução lenta (14)	execução rápida (9)		
Resistência					entraves políticos (40)								
Outros												outros (2)	

Fonte: Respostas dos Questionários — Elaboração CEBRAP — Área de Economia

Quadro 16

Principais Pontos das Entrevistas com as Lideranças Sindicais

Tema sobre Abertura / Entrevistado da Central	CUT	FORÇA SINDICAL	Outros
<ul style="list-style-type: none"> - credibilidade - necessidade - impacto s/ emprego - impacto sobre salário - novas tecnologias - mobilização dos trabalhadores - empresas ineficientes após abertura - tratamento ao capital estrangeiro - benefícios com Mercosul - dificuldades p/ o sucesso do programa 	<p>sim</p> <p>indispensável</p> <p>desfavorável</p> <p>impreciso</p> <p>indispensáveis p/ind.bras. alternativa e estagnação</p> <p>efeito impreciso</p> <p>estimular fusões e dar incentivos regressivos</p> <p>sem discriminação/estímulo c/regras estáveis na econ.</p> <p>pais ganha devido à diversificação ind.</p> <p>reformas fiscal e financ., acordo dívida, ajuste macro-econ., política industrial, reforma educacional</p>	<p>sim</p> <p>indispensável</p> <p>impreciso</p> <p>impreciso</p> <p>indispensáveis, mas requerem também mudanças culturais</p> <p>requer maior mobilização formação profiss de líderes</p> <p>dar proteção à empresa/ re-qualificar a mão-de-obra</p> <p>sem discriminação/estímulo c/subsídios governo</p> <p>pais ganha c/ ampliação do mercado</p> <p>vincular abertura c/PBQP e PCI, reforma educacional</p>	<p>em termos</p> <p>em termos/deve ser acordada c/ sociedade desfavorável</p> <p>impreciso</p> <p>indispensáveis</p> <p>impreciso</p> <p>dar proteção, recuperar econ. via empréstimos seletivos</p> <p>sem discriminação e sem incentivar entrada</p> <p>pais ganha devido à menor dependência de países ricos</p> <p>sustentação política frente aos interesses setoriais</p>

Fonte: Entrevistas em julho/1991 com técnicos das centrais e ex-dirigente sindical

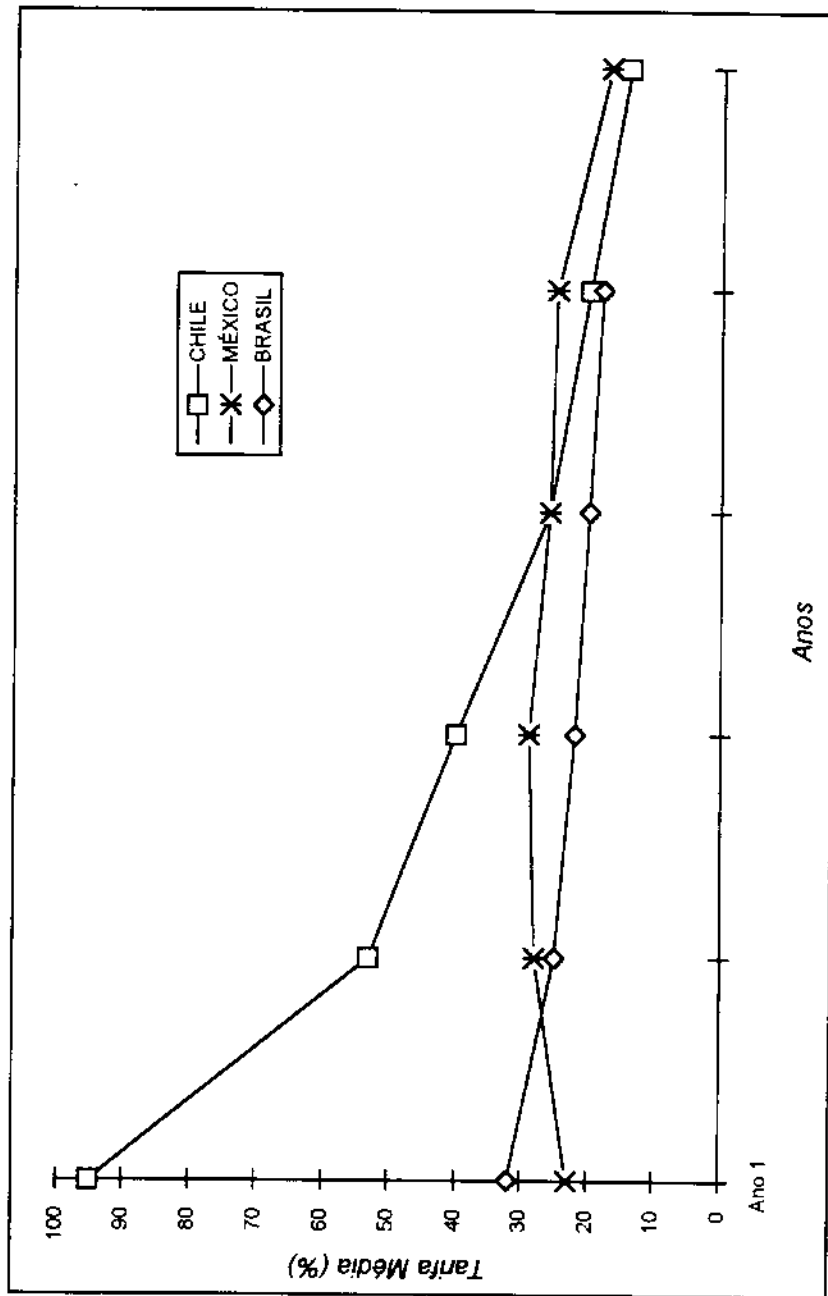
Quadro 17

Participação das Exportações no Valor Total da Produção
Estado de São Paulo — Médias Anuais (%)

Período	1980-84	1984-85	1986-87	1989-90
AGREGADO	9,6	12,6	10,6	9,2
01 — Min. N. Metálicos	3,2	4,8	4,4	4,7
02 — Metalúrgica	10,2	15,3	10,2	15,5
03 — Mecânica	12	15,8	12,5	17
04 — Mat. Eléir. Comum	4,5	4,2	4,9	5,3
05 — Mat. Transporte	17,8	20,9	18,1	12,3
07 — Mobiliário	2,9	1,6	0,8	0,4
08 — Papel e Papelão	9,6	13,9	14,3	15,8
11 — Química	3	5,6	4,6	5,2
14 — Plásticos	2,3	2,6	1,7	2
15 — Têxtil	10	11,9	7	7,9
17 — P. Alimentares	13,1	14,2	10,3	6,9
1.1 — Cerâmica	3,8	5,2	5,9	3,8
2.1 — Siderurgia	6,8	19,7	11,5	22,3
2.2 — Metalurgia	4	14,6	13,9	17
5.2 — Autopeças	9,1	13,2	11,9	8,8
11.1 — Petroquímica	3	6,2	4,9	6,3

Fonte: MBE — Consultores Associados

Gráfico 1
 Abertura Comercial na América Latina
 Evolução Comparativa



Seção II — Anexos

Anexo – 2.A

Quadro de Respostas ao Questionário por Origem de Capital

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IB = 0	7	6,21	0	0,00	3	17,65	9	10,00
IB = 1	16	14,15	2	33,33	4	23,53	10	11,11
IB = 2	31	27,43	2	33,33	2	11,76	25	27,78
IB = 3	50	44,25	1	16,67	6	35,29	43	47,78
IB = 12	1	1,06	1	16,67	0	0,00	1	1,11
IB = 13	1	0,88	0	0,00	1	5,88	0	0,00
IB = 23	3	2,65	0	0,00	1	5,88	2	2,22
IB = 123	3	2,65	0	0,00	0	0,00	0	0,00
IC = 0	28	24,78	0	0,00	0	0,00	0	0,00
IC = 1	71	62,83	5	83,33	8	47,06	57	63,33
IC = 2	3	2,65	0	0,00	0	0,00	3	3,33
IC = 12	11	9,73	0	0,00	4	23,53	7	7,78
IIA = 0	15	13,27	0	0,00	2	11,76	15	16,67
IIA = 1	43	38,05	2	33,33	7	41,18	34	37,78
IIA = 2	27	23,89	0	0,00	5	29,41	21	23,33
IIA = 3	10	8,85	0	0,00	1	5,88	9	10,00
IIA = 4	6	5,31	1	16,67	0	0,00	5	5,56
IIA = 5	12	10,62	3	50,00	2	11,76	6	6,67

Anexo – 2.A – Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IIB = 0	18	15,93	1	16,67	3	17,65	16	17,78
IIB = 1	33	29,20	1	16,67	6	35,29	26	28,89
IIB = 2	35	30,97	1	16,67	5	29,41	28	31,11
IIB = 3	8	7,08	0	0,00	0	0,00	8	8,89
IIB = 4	7	6,19	0	0,00	1	5,88	6	6,67
IIB = 5	12	10,62	3	50,00	2	11,76	6	6,67
IIC = 0	19	16,81	0	0,00	2	11,76	18	20,00
IIC = 1	23	20,35	2	33,33	4	23,53	17	18,89
IIC = 2	37	32,74	0	0,00	7	41,18	30	33,33
IIC = 3	15	13,27	1	16,67	1	5,88	13	14,44
IIC = 4	11	9,73	0	0,00	3	17,65	8	8,89
IIC = 5	8	7,08	3	50,00	0	0,00	4	4,44
IID = 0	18	15,93	1	16,67	2	11,76	16	17,78
IID = 1	17	15,04	1	16,67	4	23,53	12	13,33
IID = 2	35	30,97	0	0,00	7	41,18	28	31,11
IID = 3	21	18,58	1	16,67	1	5,88	19	21,11
IID = 4	14	12,39	0	0,00	3	17,65	11	12,22
IID = 5	8	7,08	3	50,00	0	0,00	4	4,44
IIIA = 0	12	10,62	0	0,00	1	5,88	12	13,33

Anexo - 2.A — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IIIA = 1	66	58,41	3	50,00	9	52,94	53	58,89
IIIA = 2	10	8,85	0	0,00	3	17,65	7	7,78
IIIA = 3	9	7,96	0	0,00	1	5,88	8	8,89
IIIA = 4	6	5,31	0	0,00	2	11,76	4	4,44
IIIA = 5	10	8,85	3	50,00	1	5,88	6	6,67
IIIB = 0	12	10,62	0	0,00	2	11,76	12	13,33
IIIB = 1	64	56,64	3	50,00	9	52,94	50	55,56
IIIB = 2	12	10,62	0	0,00	3	17,65	9	10,00
IIIB = 3	8	7,08	0	0,00	0	0,00	8	8,89
IIIB = 4	8	7,08	0	0,00	2	11,76	6	6,67
IIIB = 5	9	7,96	3	50,00	1	5,88	5	5,56
IIIC = 0	12	10,62	0	0,00	1	5,88	13	14,44
IIIC = 1	52	46,02	3	50,00	7	41,18	40	44,44
IIIC = 2	17	15,04	0	0,00	2	11,76	15	16,67
IIIC = 3	12	10,62	0	0,00	4	23,53	8	8,89
IIIC = 4	7	6,19	0	0,00	1	5,88	6	6,67
IIIC = 5	13	11,50	3	50,00	2	11,76	8	8,89
IIID = 0	11	9,73	0	0,00	1	5,88	13	14,44
IIID = 1	49	43,36	3	50,00	7	41,18	40	44,44

Anexo - 2.A — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IIID = 2	15	13,27	0	0,00	2	11,76	15	16,67
IIID = 3	18	15,93	0	0,00	4	23,53	8	8,89
IIID = 4	5	4,42	0	0,00	1	5,88	6	6,67
IIID = 5	15	13,27	3	50,00	2	11,76	8	8,89
IVA = 0	10	8,85	0	0,00	1	5,88	10	11,11
IVA = 1	77	68,14	5	83,33	13	76,47	58	64,44
IVA = 2	10	8,85	0	0,00	3	17,65	7	7,78
IVA = 3	9	7,96	0	0,00	0	0,00	9	10,00
IVA = 4	5	4,42	0	0,00	0	0,00	5	5,56
IVA = 5	2	1,77	1	16,67	0	0,00	1	1,11
IVB = 0	9	7,96	0	0,00	1	5,88	9	10,00
IVB = 1	72	63,72	5	83,33	14	82,35	52	57,78
IVB = 2	16	14,16	0	0,00	2	11,76	14	15,56
IVB = 3	8	7,08	0	0,00	0	0,00	8	8,89
IVB = 4	5	4,42	0	0,00	0	0,00	5	5,56
IVB = 5	3	2,65	1	16,67	0	0,00	2	2,22
IVC = 0	14	12,39	0	0,00	1	5,88	14	15,56
IVC = 1	48	42,48	5	83,33	11	64,71	31	34,44
IVC = 2	29	25,66	0	0,00	4	23,53	25	27,78

Anexo – 2.A — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IVC = 3	10	8,85	0	0,00	1	5,88	9	10,00
IVC = 4	8	7,08	0	0,00	0	0,00	8	8,89
IVC = 5	4	3,54	1	16,67	0	0,00	3	3,33
IVD = 0	14	12,39	0	0,00	1	5,88	14	15,56
IVD = 1	40	35,40	4	66,67	7	41,18	28	31,11
IVD = 2	26	23,01	1	16,67	7	41,18	18	20,00
IVD = 3	19	16,81	0	0,00	2	11,76	17	18,89
IVD = 4	9	7,96	0	0,00	0	0,00	9	10,00
IVD = 5	5	4,42	1	16,67	0	0,00	4	4,44
V = 0		0,00	3	50,00	4	23,53	37	41,11
V = 1	5	4,42	0	0,00	0	0,00	5	5,56
V = 2	3	2,65	0	0,00	0	0,00	3	3,33
V = 3	6	5,31	0	0,00	0	0,00	6	6,67
V = 4	26	23,01	1	16,67	3	17,65	21	23,33
V = 5	5	4,42	0	0,00	1	5,88	4	4,44
V = 12		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 13		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 14	19	16,81	2	33,33	5	29,41	12	13,33
V = 15		0,00		0,00		0,00		0,00

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
V = 23		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 24		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 25		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 34	6	5,31		0,00	4	23,53	2	2,22
V = 35		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 45		0,00		0,00		0,00		0,00
VI = 0	5	4,42		0,00		0,00		0,00
VI = 1	82	72,57	0	0,00	1	5,88	6	6,67
VI = 2	13	11,50	5	83,33	9	52,94	66	73,33
VI = 3	13	11,50	0	0,00	4	23,53	9	10,00
VIIA = 0	1	0,88	1	16,67	3	17,65	9	10,00
VIIA = 1	80	70,80	0	0,00	0	0,00	3	3,33
VIIA = 2	18	15,93	3	50,00	13	76,47	62	68,89
VIIA = 3	14	12,39	2	33,33	3	17,65	13	14,44
VIIIB = 0	2	1,77	1	16,67	1	5,88	12	13,33
VIIIB = 1	91	80,53	0	0,00	0	0,00	4	4,44
VIIIB = 2	4	3,54	5	83,33	15	88,24	70	77,78
VIIIB = 3	16	14,16	0	0,00	0	0,00	4	4,44
VIII = 0	1	0,88	1	16,67	2	11,76	12	13,33
			0	0,00	0	0,00	3	3,33

Anexo – 2.A — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
VIII = 1	28	24,78	2	33,33	3	17,65	23	25,56
VIII = 2	30	26,55	2	33,33	4	23,53	24	26,67
VIII = 3	13	11,50	1	16,67	2	11,76	10	11,11
VIII = 4	41	36,28	1	16,67	8	47,06	30	33,33
IX = 0	2	1,77	0	0,00	1	5,88	3	3,33
IX = 1	42	37,17	5	83,33	5	29,41	30	33,33
IX = 2	6	5,31	0	0,00	1	5,88	5	5,56
IX = 3	32	28,32	0	0,00	5	29,41	27	30,00
IX = 4	19	16,81	0	0,00	3	17,65	16	17,78
IX = 5	6	5,31	1	16,67	2	11,76	3	3,33
IX = 6	6	5,31	0	0,00	0	0,00	6	6,67
X = 0	40	35,40	2	33,33	8	47,06	31	34,44
X = 1	45	39,82	2	33,33	4	23,53	38	42,22
X = 2	13	11,50	1	16,67	0	0,00	12	13,33
X = 3	4	3,54	1	16,67	0	0,00	3	3,33
X = 4	11	9,73	0	0,00	5	29,41	6	6,67
X = 5	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
XI = 0	6	5,31	0	0,00	3	17,65	5	5,56
XI = 1	10	8,85	1	16,67	0	0,00	9	10,00

Anexo - 2.A — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
XI = 2	70	61,95	4	66,67	7	41,18	57	63,33
XI = 3	23	20,35	1	16,67	5	29,41	17	18,89
XI = 4	4	3,54	0	0,00	2	11,76	2	2,22
XII = 0	10	8,85	0	0,00	2	11,76	10	11,11
XII = 1	65	57,52	3	50,00	12	70,59	48	53,33
XII = 2	30	26,55	3	50,00	3	17,65	24	26,67
XII = 3	8	7,08	0	0,00	0	0,00	8	8,89
XIII = 0	6	5,31	0	0,00	2	11,76	6	6,67
XIII = 1	15	13,27	1	16,67	3	17,65	11	12,22
XIII = 2	74	65,49	5	83,33	9	52,94	59	65,56
XIII = 3	16	14,16	0	0,00	3	17,65	13	14,44
XIII = 4	2	1,77	0	0,00	0	0,00	1	1,11
XIV = 0	11	9,73	0	0,00	2	11,76	11	12,22
XIV = 1	31	27,43	3	50,00	5	29,41	22	24,44
XIV = 2	59	52,21	3	50,00	10	58,82	46	51,11
XIV = 3	12	10,62	0	0,00	0	0,00	11	12,22
XVA = 1	18	15,93	0	0,00	4	23,53	14	15,56
XVB = 1	50	44,25	2	33,33	6	35,29	41	45,56
XVC = 1	68	60,18	3	50,00	9	52,94	55	61,11

Anexo - 2.A — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Origem-K = 1		Origem-K = 3		Origem-K = 5	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
XVD = 1	49	43,36	3	50,00	6	35,29	38	42,22
XVE = 1	36	31,86	1	16,67	8	47,06	27	30,00
XVF = 1	9	7,96	0	0,00	1	5,88	8	8,89
XVG = 1	15	13,27	2	33,33	2	11,76	11	12,22
XVH = 1	41	36,28	3	50,00	7	41,18	31	34,44
XVI = 1	25	22,12	2	33,33	4	23,53	19	21,11
XVJ = 1	40	35,40	1	16,67	6	35,29	32	35,56
XVK = 1	43	38,05	1	16,67	6	35,29	30	33,33
XVL = 1	37	32,74	2	33,33	7	41,18	28	31,11
XVM = 1	2	1,77	0	0,00	0	0,00	2	2,22
Total	113	100	6		17		90	

Anexo – 2.B

Quadro de Respostas ao Questionário por Categoria de Uso

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IC = 0	28	25,23	7	35,00	11	33,33	17	31,48
IC = 1	71	62,16	11	55,00	22	66,67	36	66,67
IC = 2	3	2,70	2	10,00	0	0,00	1	1,85
IC = 12	11	9,91	0	0,00	0	0,00	0	0,00
IIA = 0	15	13,27	2	10,00	2	6,06	9	16,67
IIA = 1	43	38,05	7	35,00	11	33,33	24	44,44
IIA = 2	27	23,89	6	30,00	8	24,24	11	20,37
IIA = 3	10	8,85	2	10,00	4	12,12	4	7,41
IIA = 4	6	5,31	1	5,00	4	12,12	1	1,85
IIA = 5	12	10,62	2	10,00	4	12,12	5	9,26
IIB = 0	18	15,93	4	20,00	3	9,09	9	16,67
IIB = 1	33	29,20	5	25,00	7	21,21	21	38,89
IIB = 2	35	30,97	7	35,00	13	39,39	12	22,22
IIB = 3	8	7,08	2	10,00	1	3,03	5	9,26
IIB = 4	7	6,19	0	0,00	4	12,12	3	5,56
IIB = 5	12	10,62	2	10,00	5	15,15	4	7,41
IIC = 0	19	16,81	5	25,00	2	6,06	10	18,52
IIC = 1	23	20,35	1	5,00	5	15,15	17	31,48

Anexo - 2.B — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IIC = 2	37	32,74	7	35,00	15	45,45	13	24,07
IIC = 3	15	13,27	5	25,00	4	12,12	5	9,26
IIC = 4	11	9,73	1	5,00	3	9,09	6	11,11
IIC = 5	8	7,08	1	5,00	4	12,12	3	5,56
IID = 0	18	15,93	4	20,00	3	9,09	9	16,67
IID = 1	17	15,04	0	0,00	3	9,09	14	25,93
IID = 2	35	30,97	9	45,00	10	30,30	15	27,78
IID = 3	21	18,58	4	20,00	9	27,27	7	12,96
IID = 4	14	12,39	2	10,00	4	12,12	6	11,11
IID = 5	8	7,08	1	5,00	4	12,12	3	5,56
IIIA = 0	12	10,62	3	15,00	2	6,06	9	16,67
IIIA = 1	66	58,41	9	45,00	22	66,67	32	59,26
IIIA = 2	10	8,85	2	10,00	2	6,06	6	11,11
IIIA = 3	9	7,96	3	15,00	3	9,09	4	7,41
IIIA = 4	6	5,31	3	15,00	4	12,12	2	3,70
IIIA = 5	10	8,85	0	0,00	0	0,00	1	1,85
IIIB = 0	12	10,62	2	10,00	2	6,06	6	11,11
IIIB = 1	64	56,64	9	45,00	21	63,64	30	55,56
IIIB = 2	12	10,62	2	10,00	2	6,06	8	14,81

Anexo - 2.B — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IIIB = 3	8	7,08	2	10,00	3	9,09	3	5,56
IIIB = 4	8	7,08	3	15,00	1	3,03	4	7,41
IIIB = 5	9	7,96	2	10,00	4	12,12	3	5,56
IIIC = 0	12	10,62	0	0,00	2	6,06	7	12,96
IIIC = 1	52	46,02	9	45,00	18	54,55	23	42,59
IIIC = 2	17	15,04	1	5,00	5	15,15	10	18,52
IIIC = 3	12	10,62	4	20,00	3	9,09	5	9,26
IIIC = 4	7	6,19	3	15,00	1	3,03	3	5,56
IIIC = 5	13	11,50	3	15,00	4	12,12	6	11,11
IIID = 0	11	9,73	0	0,00	2	6,06	6	11,11
IIID = 1	49	43,36	8	40,00	17	51,52	22	40,74
IIID = 2	15	13,27	2	10,00	5	15,15	8	14,81
IIID = 3	18	15,93	4	20,00	4	12,12	9	16,67
IIID = 4	5	4,42	2	10,00	1	3,03	2	3,70
IIID = 5	15	13,27	4	20,00	4	12,12	7	12,96
IVA = 0	10	8,85	0	0,00	2	6,06	5	9,26
IVA = 1	77	68,14	13	65,00	23	69,70	39	72,22
IVA = 2	10	8,85	3	15,00	3	9,09	4	7,41
IVA = 3	9	7,96	2	10,00	4	12,12	3	5,56

Anexo - 2.B — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IVA = 4	5	4,42	1	5,00	1	3,03	2	3,70
IVA = 5	2	1,77	1	5,00	0	0,00	1	1,85
IVB = 0	9	7,96	0	0,00	2	6,06	13	24,07
IVB = 1	72	63,72	13	65,00	21	63,64	6	11,11
IVB = 2	16	14,16	3	15,00	6	18,18	7	12,96
IVB = 3	8	7,08	2	10,00	3	9,09	3	5,56
IVB = 4	5	4,42	1	5,00	1	3,03	2	3,70
IVB = 5	3	2,65	1	5,00	0	0,00	2	3,70
IVC = 0	14	12,39	1	5,00	3	9,09	7	12,96
IVC = 1	48	42,48	6	30,00	15	45,45	25	46,30
IVC = 2	29	25,66	8	40,00	8	24,24	13	24,07
IVC = 3	10	8,85	1	5,00	6	18,18	3	5,56
IVC = 4	8	7,08	3	15,00	1	3,03	3	5,56
IVC = 5	4	3,54	1	5,00	0	0,00	3	5,56
IVD = 0	14	12,39	1	5,00	3	9,09	7	12,96
IVD = 1	40	35,40	2	10,00	14	42,42	22	40,74
IVD = 2	26	23,01	8	40,00	8	24,24	11	20,37
IVD = 3	19	16,81	4	20,00	6	18,18	8	14,81
IVD = 4	9	7,96	3	15,00	2	6,06	3	5,56

Anexo - 2.B — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediárias		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IVD = 5	5	4,42	2	10,00	0	0,00	3	5,56
V = 0		0,00	7	35,00	16	48,48	19	35,19
V = 1	5	4,42	1	5,00	2	6,06	1	1,85
V = 2	3	2,65	0	0,00	0	0,00	3	5,56
V = 3	6	5,31	0	0,00	2	6,06	4	7,41
V = 4	26	23,01	4	20,00	6	18,18	15	27,78
V = 5	5	4,42	0	0,00	0	0,00	0	0,00
V = 12		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 13		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 14	19	16,81	6	30,00	6	18,18	7	12,96
V = 15		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 23		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 24		0,00	1	5,00	0	0,00	1	1,85
V = 25		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 34	6	5,31	1	5,00	1	3,03	4	7,41
V = 35		0,00		0,00		0,00		0,00
V = 45		0,00		0,00		0,00		0,00
VI = 0	5	4,42	0	0,00	1	3,03	2	3,70
VI = 1	82	72,57	11	55,00	28	84,85	40	74,07

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
VI = 2	13	11,50	5	25,00	2	6,06	6	11,11
VI = 3	13	11,50	4	20,00	2	6,06	6	11,11
VIIA = 0	1	0,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00
VIIA = 1	80	70,80	11	55,00	26	78,79	40	74,07
VIIA = 2	18	15,93	5	25,00	5	15,15	7	12,96
VIIA = 3	14	12,39	4	20,00	2	6,06	7	12,96
VIIIB = 0	2	1,77	0	0,00	0	0,00	1	1,85
VIIIB = 1	91	80,53	14	70,00	30	90,91	44	81,48
VIIIB = 2	4	3,54	1	5,00	1	3,03	2	3,70
VIIIB = 3	16	14,16	5	25,00	2	6,06	7	12,96
VIII = 0	1	0,88	0	0,00	0	0,00	0	0,00
VIII = 1	28	24,78	7	35,00	8	24,24	11	20,37
VIII = 2	30	26,55	5	25,00	12	36,36	13	24,07
VIII = 3	13	11,50	0	0,00	3	9,09	8	14,81
VIII = 4	41	36,28	8	40,00	10	30,30	22	40,74
IX = 0	2	1,77	0	0,00	0	0,00	1	1,85
IX = 1	42	37,17	4	20,00	13	39,39	22	40,74
IX = 2	6	5,31	2	10,00	2	6,06	2	3,70
IX = 3	32	28,32	4	20,00	12	36,36	16	29,63

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IX = 4	19	16,81	5	25,00	5	15,15	8	14,81
IX = 5	6	5,31	4	20,00	0	0,00	1	1,85
IX = 6	6	5,31	1	5,00	1	3,03	4	7,41
X = 0	40	35,40	5	25,00	13	39,39	18	33,33
X = 1	45	39,82	7	35,00	12	36,36	25	46,30
X = 2	13	11,50	0	0,00	3	9,09	8	14,81
X = 3	4	3,54	2	10,00	1	3,03	1	1,85
X = 4	11	9,73	6	30,00	4	12,12	2	3,70
X = 5	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
XI = 0	6	5,31	1	5,00	0	0,00	5	9,26
XI = 1	10	8,85	1	5,00	2	6,06	6	11,11
XI = 2	70	61,95	14	70,00	19	57,58	33	61,11
XI = 3	23	20,35	4	20,00	10	30,30	8	14,81
XI = 4	4	3,54	0	0,00	2	6,06	2	3,70
XII = 0	10	8,85	0	0,00	3	9,09	6	11,11
XII = 1	65	57,52	15	75,00	20	60,61	26	48,15
XII = 2	30	26,55	4	20,00	10	30,30	15	27,78
XII = 3	8	7,08	1	5,00	0	0,00	7	12,96
XIII = 0	6	5,31	0	0,00	1	3,03	3	5,56

Anexo – 2.B — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
XIII = 1	15	13,27	6	30,00	3	9,09	6	11,11
XIII = 2	74	65,49	11	55,00	23	69,70	38	70,37
XIII = 3	16	14,16	2	10,00	5	15,15	7	12,96
XIII = 4	2	1,77	1	5,00	1	3,03	0	0,00
XIV = 0	11	9,73	2	10,00	1	3,03	6	11,11
XIV = 1	31	27,43	5	25,00	10	30,30	15	27,78
XIV = 2	59	52,21	12	60,00	18	54,55	26	48,15
XIV = 3	12	10,62	1	5,00	4	12,12	7	12,96
XVA = 1	18	15,93	4	20,00	2	6,06	12	22,22
XVB = 1	50	44,25	9	45,00	11	33,33	26	48,15
XVC = 1	68	60,18	11	55,00	17	51,52	35	64,81
XVD = 1	49	43,36	8	40,00	15	45,45	23	42,59
XVE = 1	36	31,86	9	45,00	8	24,24	17	31,48
XVF = 1	9	7,96	0	0,00	4	12,12	3	5,56
XVG = 1	15	13,27	2	10,00	8	24,24	6	11,11
XVH = 1	41	36,28	9	45,00	13	39,39	19	35,19
XVI = 1	25	22,12	3	15,00	7	21,21	14	25,93

Anexo - 2.B --- Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Bens de Capital		Bens Intermediários		Bens de Consumo	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)	número	(%)
XVJ = 1	40	35,40	10	50,00	12	36,36	16	29,63
XVK = 1	43	38,05	4	20,00	8	24,24	26	48,15
XVL = 1	37	32,74	6	30,00	8	24,24	21	38,89
XVM = 1	2	1,77	0	0,00	1	3,03	1	1,85
Total	113	100	20		33	100	54	100

Anexo – 2.C

Quadro de Respostas ao Questionário por Grau de Abertura

Perguntas / Respostas	Global		Fechadas (IB=1 e 2)		Abertas (IB>2)	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IB = 0	7	6,32	4	5,80	1	3,70
IB = 1	16	14,41	9	13,04	4	14,81
IB = 2	31	27,03	18	26,09	10	37,04
IB = 3	50	44,14	30	43,48	12	44,44
IB = 12	1	1,08	1	1,45	0	0,00
IB = 13	1	0,90	1	1,45	0	0,00
IB = 23	3	2,70	3	4,35	0	0,00
IB = 123	3	2,70	3	4,35	0	0,00
IC = 0	28	25,23	14	20,29	6	22,22
IC = 1	71	62,16	42	60,87	21	77,78
IC = 2	3	2,70	3	4,35	0	0,00
IC = 12	11	9,91	10	14,49	0	0,00
IIIA = 0	12	10,62	7	10,14	1	3,70
IIIA = 1	66	58,41	46	66,67	13	48,15
IIIA = 2	10	8,85	2	2,90	4	14,81
IIIA = 3	9	7,96	5	7,25	3	11,11
IIIA = 4	6	5,31	3	4,35	2	7,41
IIIA = 5	10	8,85	6	8,70	4	14,81

Anexo – 2.C — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Fechadas (IB=1 e 2)		Abertas (IB>2)	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IIIB = 0	12	10,62	6	8,70	1	3,70
IIIB = 1	64	56,64	43	62,32	13	48,15
IIIB = 2	12	10,62	6	8,70	4	14,81
IIIB = 3	8	7,08	4	5,80	3	11,11
IIIB = 4	8	7,08	5	7,25	2	7,41
IIIB = 5	9	7,96	5	7,25	4	14,81
IIIC = 0	12	10,62	6	8,70	1	3,70
IIIC = 1	52	46,02	35	50,72	12	44,44
IIIC = 2	17	15,04	11	15,94	4	14,81
IIIC = 3	12	10,62	6	8,70	4	14,81
IIIC = 4	7	6,19	3	4,35	2	7,41
IIIC = 5	13	11,50	8	11,59	4	14,81
IIID = 0	11	9,73	5	7,25	1	3,70
IIID = 1	49	43,36	33	47,83	12	44,44
IIID = 2	15	13,27	9	13,04	3	11,11
IIID = 3	18	15,93	10	14,49	5	18,52
IIID = 4	5	4,42	2	2,90	2	7,41
IIID = 5	15	13,27	10	14,49	4	14,81
IVA = 0	10	8,85	4	5,80	3	11,11
IVA = 1	77	68,14	50	72,46	18	66,67

Anexo - 2.C -- Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Fechadas (IB=1 e 2)		Abertas (IB>2)	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IVA = 2	10	8,85	6	8,70	2	7,41
IVA = 3	9	7,96	6	8,70	3	11,11
IVA = 4	5	4,42	3	4,35	0	0,00
IVA = 5	2	1,77	0	0,00	1	3,70
IVB = 0	9	7,96	4	5,80	3	11,11
IVB = 1	72	63,72	45	65,22	18	66,67
IVB = 2	16	14,16	11	15,94	2	7,41
IVB = 3	8	7,08	5	7,25	3	11,11
IVB = 4	5	4,42	4	5,80	0	0,00
IVB = 5	3	2,65	0	0,00	1	3,70
IVC = 0	14	12,39	6	8,70	3	11,11
IVC = 1	48	42,48	30	43,48	11	40,74
IVC = 2	29	25,66	20	28,99	7	25,93
IVC = 3	10	8,85	6	8,70	4	14,81
IVC = 4	8	7,08	6	8,70	1	3,70
IVC = 5	4	3,54	1	1,45	1	3,70
IVD = 0	14	12,39	8	11,59	3	11,11
IVD = 1	40	35,40	22	31,88	10	37,04
IVD = 2	26	23,01	18	26,09	6	22,22
IVD = 3	19	16,81	13	18,84	5	18,52

Anexo – 2.C – Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Fechadas (IB=1 e 2)		Abertas (IB>2)	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IVD = 4	9	7,96	6	6,70	2	7,41
IVD = 5	5	4,42	2	2,90	1	3,70
V = 0		0,00	28	40,58	6	22,22
V = 1	5	4,42	4	5,80	1	3,70
V = 2	3	2,65	2	2,90	0	0,00
V = 3	6	5,31	5	7,25	0	0,00
V = 4	26	23,01	12	17,39	9	33,33
V = 5	5	4,42	3	4,35	1	3,70
V = 12		0,00		0,00		0,00
V = 13		0,00		0,00		0,00
V = 14	19	16,81	13	18,84	6	22,22
V = 15		0,00		0,00		0,00
V = 23		0,00		0,00		0,00
V = 24		0,00		0,00		0,00
V = 25		0,00		0,00		0,00
V = 34	6	5,31	2	2,90	4	14,81
V = 35		0,00		0,00		0,00
V = 45		0,00		0,00		0,00
VI = 0	5	4,42	3	4,35	0	0,00
VI = 1	62	72,57	52	75,36	20	74,07

Anexo – 2.C — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Fechadas (IB=1 e 2)		Abertas (IB>2)	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)
VI = 2	13	11,50	8	11,59	3	11,11
VI = 3	13	11,50	6	8,70	4	14,81
VIIA = 0	1	0,88	0	0,00	0	0,00
VIIA = 1	80	70,80	52	75,36	18	66,67
VIIA = 2	18	15,93	10	14,49	5	18,52
VIIA = 3	14	12,39	7	10,14	4	14,81
VIIIB = 0	2	1,77	0	0,00	1	3,70
VIIIB = 1	91	80,53	59	85,51	21	77,78
VIIIB = 2	4	3,54	3	4,35	0	0,00
VIIIB = 3	16	14,16	7	10,14	5	18,52
VIIIB = 0	1	0,88	0	0,00	0	0,00
VIIIB = 1	28	24,78	19	27,54	3	11,11
VIIIB = 2	30	26,55	20	28,99	7	25,93
VIIIB = 3	13	11,50	5	7,25	6	22,22
VIIIB = 4	41	36,28	25	36,23	11	40,74
IX = 0	2	1,77	1	1,45	0	0,00
IX = 1	42	37,17	23	33,33	15	55,56
IX = 2	6	5,31	3	4,35	2	7,41
IX = 3	32	28,32	24	34,78	5	18,52
IX = 4	19	16,81	12	17,39	4	14,81

Anexo - 2.C — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Fechadas (IB=1 e 2)		Abertas (IB>2)	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)
IX = 5	6	5,31	4	5,80	1	3,70
IX = 6	6	5,31	2	2,90	0	0,00
X = 0	40	35,40	24	34,78	12	44,44
X = 1	45	39,82	28	40,58	8	29,63
X = 2	13	11,50	8	11,59	2	7,41
X = 3	4	3,54	2	2,90	1	3,70
X = 4	11	9,73	7	10,14	4	14,81
X = 5	0	0,00	0	0,00	0	0,00
XI = 0	6	5,31	4	5,80	0	0,00
XI = 1	10	8,85	3	4,35	2	7,41
XI = 2	70	61,95	47	68,12	15	55,56
XI = 3	23	20,35	13	18,84	10	37,04
XI = 4	4	3,54	2	2,90	0	0,00
XII = 0	10	8,85	4	5,80	0	0,00
XII = 1	65	57,52	41	59,42	22	81,48
XII = 2	30	26,55	19	27,54	3	11,11
XII = 3	8	7,08	5	7,25	2	7,41
XIII = 0	6	5,31	3	4,35	0	0,00
XIII = 1	15	13,27	10	14,49	2	7,41
XIII = 2	74	65,49	44	63,77	22	81,48

Anexo – 2.C — Continuação

Perguntas / Respostas	Global		Fechadas (IB=1 e 2)		Abertas (IB>2)	
	número	(%)	número	(%)	número	(%)
XIII = 3	16	14,16	12	17,39	2	7,41
XIII = 4	2	1,77	0	0,00	1	3,70
XIV = 0	11	9,73	6	8,70	1	3,70
XIV = 1	31	27,43	14	20,29	10	37,04
XIV = 2	59	52,21	43	62,32	12	44,44
XIV = 3	12	10,62	6	8,70	4	14,81
XVA = 1	18	15,93	17	24,64	0	0,00
XVB = 1	50	44,25	32	46,38	9	33,33
XVC = 1	68	60,18	42	60,87	20	74,07
XVD = 1	49	43,36	17	24,64	18	66,67
XVE = 1	36	31,86	25	36,23	5	18,52
XVF = 1	9	7,96	6	8,70	3	11,11
XVG = 1	15	13,27	11	15,94	4	14,81
XVH = 1	41	36,28	30	43,48	10	37,04
XVI = 1	25	22,12	13	18,84	7	25,93
XVJ = 1	40	35,40	25	36,23	12	44,44
XVK = 1	43	38,05	27	39,13	11	40,74
XVL = 1	37	32,74	29	42,03	7	25,93
XVM = 1	2	1,77	1	1,45	1	3,70
Total	113	100	69	100	27	100

Anexo – 2.D

Metodologia da Sondagem junto ao Setor Privado

A pesquisa objetivou captar a percepção e o comportamento provável do setor privado diante do projeto de abertura. Foram realizadas entrevistas em aberto e enviados questionários às empresas, segundo os seguintes critérios:

- *entrevistas* em aberto e em profundidade com associações patronais e empresas — o objetivo das entrevistas foi detectar os principais problemas do processo liberalizante.
- *questionários* — o formato do questionário foi moldado de maneira a:
 - permitir preenchimento rápido e objetivo;
 - dar margem à repetição em diferentes momentos do tempo, podendo, portanto, constituir instrumento útil de acompanhamento do programa de abertura; e
 - verificar a importância relativa dos problemas potenciais para a abertura comercial.

Além disto, questões tais como: número elevado de entrevistados (cerca de 300), homogeneidade do público-alvo e conhecimento do tema abertura comercial condicionaram a escolha do formato das questões e estratégia de execução.

■ *Amostragem*

A amostra de empresas selecionadas nesta pesquisa atendeu aos seguintes critérios de classificação e seleção:

- *Classificação dos Setores*

O conceito de setor na análise subjetiva obedeceu a critérios mais amplos de atividade principal de um grupo de empresas. Depois de uma análise comparativa, foi escolhida a classificação setorial da publicação *Quem é Quem na Economia Brasileira*, da Revista *Visão*.
- *Classificação das Empresas*

Além de setor de atividade, as empresas foram classificadas conforme grau de abertura, tamanho e origem do capital, com critérios análogos àqueles utilizados em Oliveira (1984).
- *Crítérios de Seleção das Empresas*

A amostra de empresas do questionário foi escolhida de forma a guardar a maior semelhança possível com a composição, por setor, do conjunto de empresas de *Quem é Quem na Economia Brasileira*.
- *Considerações sobre a Amostragem*

A fração de empresas consultadas constituiu-se em uma amostra planejada e realizada, segundo critérios estatísticos.

A classificação de empresas na população atendeu a uma estratificação da mesma, de acordo com critério de origem do capital, nos níveis multinacional, nacional e estatal. A amostra foi aleatória. Além disso, a natureza até certo ponto exploratória na informação procurada permitiu um livre dimensionamento de tamanho por estrato, usando-se então proporções idênticas às da população.

Questionário

Empresa:

1) Dados da empresa:

a) dois principais produtos:

b) produção:

bens de capital

bens intermediários

bens de consumo

c) Dois principais insumos que utiliza?

Importou em 1990:

insumo ou equipamento para produção

bem final para revenda

2) Relação exportações/total de vendas em sua empresa:

em 1980:

até 5%

de 6% a 15%

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

até 5%

de 6% a 15%

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

em 1990:

Previsão para esta participação:

em 1992:

até 5%

de 6% a 15%

até 5%

de 6% a 15%

em 1994:

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

3) Qual o percentual de insumos importados no custo total de matéria-prima em sua empresa?

em 1989:

até 5%

de 6% a 15%

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

em 1990:

até 5%

de 6% a 15%

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

Previsão para esta participação:

em 1992:

até 5%

de 6% a 15%

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

em 1994:

até 5%

de 6% a 15%

de 16% a 25%

de 26% a 40%

mais de 40%

4) Qual a estimativa da participação de produtos no mercado total de seu setor (concorrência externa)?

em 1989:	em 1990:
até 5% <input type="checkbox"/>	até 5% <input type="checkbox"/>
de 6% a 15% <input type="checkbox"/>	de 6% a 15% <input type="checkbox"/>
de 16% a 30% <input type="checkbox"/>	de 16% a 30% <input type="checkbox"/>
de 31% a 50% <input type="checkbox"/>	de 31% a 50% <input type="checkbox"/>
mais de 50% <input type="checkbox"/>	mais de 50% <input type="checkbox"/>

Previsão para esta participação:

em 1992:	em 1994:
até 5% <input type="checkbox"/>	até 5% <input type="checkbox"/>
de 6% a 15% <input type="checkbox"/>	de 6% a 15% <input type="checkbox"/>
de 16% a 30% <input type="checkbox"/>	de 16% a 30% <input type="checkbox"/>
de 31% a 50% <input type="checkbox"/>	de 31% a 50% <input type="checkbox"/>
mais de 50% <input type="checkbox"/>	mais de 50% <input type="checkbox"/>

5) De qual(is) programa(s) com benefícios para importação sua empresa participou nos últimos cinco anos?

- Beflex
- Incentivos Regionais
- Incentivos Setoriais
- Draw Back
- Outros
- Quais? _____

6) Como a abertura comercial afeta os investimentos de sua empresa?

- incentiva
- desincentiva
- não sabe

7) Acredita que a economia brasileira estará efetivamente mais aberta (maiores exportações e importações como proporção do PIB) para o mercado internacional, em função do recente programa de liberalização comercial?

em 1992:	em 1994:
sim <input type="checkbox"/>	sim <input type="checkbox"/>
não <input type="checkbox"/>	não <input type="checkbox"/>
não sabe <input type="checkbox"/>	não sabe <input type="checkbox"/>

8) O governo pretende reduzir a tarifa média de importação dos 32,2% em 1990 para 14,2% em 1994. Qual o impacto deste projeto sobre o seu setor?

- compromete seriamente a sobrevivência de muitas empresas do setor
- compromete pouco a competitividade do setor
- não altera a competitividade do setor
- melhora a competitividade do setor

9) Qual o prazo requerido para a adaptação de seu setor ao atual programa de liberalização comercial?

- já está adaptado
- (tem competitividade internacional)
- até um ano
- de um a três anos
- de três a cinco anos
- mais de cinco anos
- não se adapta (não é viável enfrentar a concorrência externa)

- 10) Origem de recursos p/financiamento de importações na sua empresa em 1991:
- recursos próprios
 - financiamento doméstico
 - financiamento externo
 - financiamento do fornecedor
 - outros

Quais? _____

- 11) Qual o melhor sistema de câmbio para sua empresa?

- fixo, sob a administração do Banco Central
- flutuante, adotado atualmente
- outra variante de um dos sistemas anteriores
- não afeta sua empresa

- 12) Qual a sua avaliação do atual nível da taxa de câmbio (Cr\$/Us\$), com relação às transações externas de sua empresa?

- câmbio excessivamente apreciado
- (pouco Cs\$ por dólar)
- no nível adequado
- câmbio excessivamente depreciado
- (muitos Cr\$ por dólar)

- 13) Com as medidas adotadas até este momento, como ficaram os entraves burocráticos/administrativos para realizar operações de importação?

- diminuíram muito
- diminuíram um pouco
- continuíram os mesmos
- aumentaram

- 14) Qual a avaliação de sua empresa acerca das recentes medidas de política comercial?

- corretas e bem conduzidas
- corretas e mal conduzidas

Por que? _____

- incorretas

Por que? _____

- 15) Dentre os itens seguintes, qual o principal obstáculo para a execução do programa de abertura comercial? (assinale uma ou mais alternativas)

- falta credibilidade
- situação recessiva
- deficiente infra-estrutura
- (portos, transportes, energia, etc.) do país
- câmbio excessivamente apreciado
- (poucos Cr\$ por dólar)
- falta de coordenação com a política industrial
- execução muito rápida
- execução muito lenta
- entraves políticos
- (interesses contrários à abertura)
- para a implantação
- falta de financiamento para importações
- falta de financiamento para exportações
- excessiva burocracia
- atraso tecnológico
- outro

Qual? _____

16) Sugestões quanto aos rumos do processo de abertura comercial: (use folha adicional se desejar)

(Preenchimento opcional)

Pessoa Responsável: _____
Posição na Empresa: _____
Questionário Respondido em ____/____/91
Telefone para Contato: _____
Fax: _____

Quadros da Seção III

Quadro 1

Principais Resultados da Sondagem junto ao Setor Privado com 113 Empresas Não-Financeiras*

	Em 1992		Em 1994	
	Acredita que a economia estará efetivamente mais aberta (maiores exportações e importações como proporção do PIB) para o mercado internacional em função do recente programa de liberalização comercial?			
sim		70,5%	sim	80,4%
não		16,1%	não	3,6%
não sabe		12,5%	não sabe	14,3%
Como a abertura comercial afeta os investimentos de sua empresa?				
incentiva	72,3%			
desincentiva	11,6%			
não sabe	11,6%			
Qual o prazo requerido para a adaptação do seu setor ao atual programa de liberalização comercial?				
já está adaptado (tem competitividade internacional)	36,6%			
até um ano	5,4%			
de um a três anos	28,6%			
de três a cinco anos	17,0%			

Quadro 1 — Continuação

Qual o prazo requerido para a adaptação do seu setor ao atual programa de liberalização comercial?		
mais de cinco anos		5,4%
não se adapta (não é viável enfrentar a concorrência externa)		5,4%
O governo pretende reduzir a tarifa média de importação dos 32,2 em 1990 para 14,2% em 1994. Qual o impacto deste projeto sobre o seu setor?		
compromete seriamente a sobrevivência de muitas empresas do setor		25,0%
compromete pouco a competitividade do setor		26,8%
não altera a competitividade do setor		11,6%
melhora a competitividade do setor		35,7%
Qual a avaliação de sua empresa acerca das recentes medidas de política comercial?		
corretas e bem conduzidas		27,7%
corretas e mal conduzidas		51,8%
incorretas		10,7%

Data de coleta dos dados: junho e setembro de 1991

Quadro 2
Principais Obstáculos à Abertura, segundo as Empresas da Amostra

Natureza do Problema / Ordenação	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Competitividade Sistêmica	Infra-estrutura (67)			burocracia excessiva (42)		atraso tecnológico (36)							
Crise de Estabilização		recessão (49)			escasso financeiro p/ exportações (40)			escasso financeiro p/ importações (25)					
Desenho da Política				câmbio apreciado (48)			euaência política industrial (35)		falta de credibilidade (18)	execução lenta (14)	execução rápida (9)		
Resistência					entraves políticos (40)								
Outros												outros (2)	

Fonte: Respostas dos Questionários — Elaboração CEBRAP — Área de Economia.

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)
1992 / 1993

TEXTO PARA DISCUSSÃO — TD

- N.º 241 "Qualidade, Eficiência e Equidade no Ensino de 1.º grau: Elementos para Reflexão e Debate", Antonio Augusto de Almeida Neto e José Parente Filho, janeiro 1992, 27p.
- N.º 244 "Dumping e o MERCOSUL", Luís Augusto Pereira Souto-Maior", fevereiro 1992, 14 p.
- N.º 245 "Uma Avaliação dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária no Período 1980/1989", Ruy Silva Pessoa, março 1992, 15 p.
- N.º 246 "Exportação: Índices Setoriais para o Período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, março 1992, 25 p.
- N.º 247 "Liberalização Comercial, Distribuição e Emprego", Edward J. Amadeo e José Márcio Camargo, março 1992, 18 p.
- N.º 248 "Loss in Forest Resource Values Due to Agricultural Land Conversion in Brazil", Ronaldo Serôa da Motta e Peter Herman May, março 1992, 23 p.
- N.º 249 "Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil 1985-1990, José Rildo de Medeiros Guedes, Eduardo Felipe Ohana e Carlos Mussi, abril 1992, 47 p. + anexos.
- N.º 250 "Previsões de Séries Econômicas com Modelos Bayesianos Univariados, Ana Beatriz S. Monteiro, Hélio S. Migon e Ajax R. B. Moreira, abril 1992, 29 p.
- N.º 251 "Proposta de um Referencial Básico para a Discussão da Seguridade Social", Francisco Eduard B. de Oliveira, abril 1992, 28 p.
- N.º 252 "Considerações sobre o Sucateamento da Rede Pública e Privada de Saúde, André Cezar Médici e Francisco E. B. de Oliveira, abril 1992, 17 p.
- N.º 253 "Os Programas de Alimentação e Nutrição para Mães e Crianças no Brasil", Anna Maria Medeiros Peliano, abril 1992, 22 p.
- N.º 254 "A Equação da Restrição Orçamentária do Governo: uma resenha de usos e interpretações", José W. Rossi, abril 1992, 48 p.
- N.º 255 "Setor Público Federal no Brasil: despesas com pessoal e alguns comentários sobre a isonomia salarial", Eduardo Felipe Ohana, Carlos H. F. Mussi e Ana Lúcia Dezolt, maio 1992, 16 p..
- N.º 256 "Technological Progress and Diffusion: decomposing total factor productivity growth in brazilian manufacturing", Armando Castelar Pinheiro, May 1992, 40 p.
- N.º 257 "Indicadores de Competitividade das Exportações: resultados setoriais para o período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, Ajax Reynaldo Bello Moreira e Maria Helena Horta, maio 1992, 60 p.
- N.º 258 "Perdas e Serviços Ambientais do Recurso Água para Uso Doméstico", Ronaldo Serôa da Motta, Ana Paula Fernandes Mendes, Francisco Eduardo Mendes, Carlos Eduardo Firckkmann Young, maio 1992, 39 p.
- N.º 259 "Inflação e Híalo de Produto: Experiências e Sugestões", Carlos H. F. Mussi e Eduardo Felipe Ohana, maio 1992, 18 p.
- N.º 260 "Capital Estrangeiro no Brasil: Expectivas quanto à Reversão de Comportamento", Danniell Lafeté, maio 1992, 11 p.
- N.º 261 "As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, maio 1992, 62 p.
- N.º 262 "Experiências Espanholas e Francesas em Programas de Qualidade", Antonio Carlos da R. Xavier e Luis Fernando Tironi, junho 1992, 18 p.
- N.º 263 "Indicadores da Qualidade e Produtividade — um relato de experiências no setor público", Luis Fernando Tironi, Ademar Kyotoshi Sato, Bolívar Pêgo Filho, Jorge Conrado Kosak, Roberto Sant'Anna Mattos, Ruy Silva Pessoa e Sérgio Francisco Piola, junho 1992, 24 p.
- N.º 264 "As Políticas de Concorrência (ou Antitruste): um panorama da experiência mundial e sua atualidade para o Brasil", Lúcia Helena Saigado, junho 1992, 44 p.
- N.º 265 "An Econometric Model of Amazon Deforestation", Eustáquio José Reis e Rolando M. Gusmán, junho 1992, 27 p.
- N.º 266 "A Colonização Sustentável na Amazônia", Anna Luiza Ozório de Almeida, Angela Moulin S. Penalva Santos, Adriana Freitas Alves e Maria da Piedade Moraes, julho 1992, 109 p.
- N.º 267 "Efeitos Dinâmicos dos Choques de Oferta e Demanda Agregada sobre o Nível de Atividade Econômica do Brasil", Elcyon Caiado Rocha Lima, Hélio S. Migon e Hedibert Freitas Lopes, julho 1992, 32 p.
- N.º 268 "Projetos de Irrigação no Vale do Baixo São Francisco", José Ancelmo de Góis, Maria de Fátima Araújo Paiva e Sônia Maria Goes Tavares, julho 1992, 40 p.
- N.º 269 "A Evolução do MERCOSUL no período de Transição: hipóteses alternativas e cenários", Pedro Motta Veiga, março 1992, 45 p.
- N.º 270 "Uma Análise dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária Federal nos Anos Oitenta", Ruy Silva Pessoa, junho 1992, 17 p.
- N.º 271 "Flexibilidade e Mercado de Trabalho: Modelos Teóricos e a Experiência dos Países Centrais Durante os Anos 80", Carlos Alberto Ramos, agosto 1992, 51 p.
- N.º 272 "Produtividade e heterogeneidade de Tamanho na Indústria de Transformação Brasileira: (1980-1985)", Mercedes Magdalena Lizardo Espinal, agosto 1992, 76 p.
- N.º 273 "Transporte Urbano de Passageiros: a tarifa como fonte de recursos", Iêda Maria de O. Lima, setembro 1992, 17 p.
-

-
- N.º 274 "O Que Demonstram os Indicadores sobre a Pobreza na Década Perdida", Luis Carlos Eichenberg Silva (Coord.), agosto 1992, 49 p.
- N.º 275 "Reshaping U.S. Foreign Policy in the 90's: a view from the periphery", Luis Fernando de Lara Resende, setembro 1992, 22 p.
- N.º 276 "As Pesquisas Francesas sobre as Condições de Trabalho e a Organização do Trabalho: dos Métodos aos Resultados", Serge Volkoff, setembro 1992, 26 p.
- N.º 277 "Metodologias para Levantamento Quantitativo sobre Difusão das Novas Tecnologias no Processo de Trabalho", Helena Sumiko Hirata e Mário Sérgio Salerno, setembro 1992, 20 p.
- N.º 278 "Poor and Non-Poor in the Brazilian Labor Market", Sonia Rocha, outubro 1992, 14 p.
- N.º 279 "A Note on Temporal Evolution of the Relationship Between Wages and Education Among Brazilian Prime-Age Males: 1976-1989", Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros, outubro 1992, 28 p.
- N.º 280 "Mobilidade de Renda no Brasil: 1981/1989", Ricardo Paes de Barros, Lauro Ramos e José Guilherme de Almeida Reis, outubro 1992, 22 p.
- N.º 281 "The 'Abertura' in Brazil: the Day-After of the Brazilian Intelligence 'Monster' ", L. A. Bittencourt Emílio, novembro 1992, 16 p.
- N.º 282 "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano no Biênio 1989/1990", Edgar Bastos de Souza (org.), novembro 1992, 25 p. + anexos
- N.º 283 "O Mercosul e as Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações, Áreas de Livre Comércio e Áreas Aduaneiras Especiais", Edgard Antônio Pereira e Ricardo Romano, dezembro 1992, 21 p. + anexos
- N.º 284 "A Desregulamentação do Setor Transportes: o caso do subsector portuário", Newton Rabello de Castro Junior e Philippe Lamy, novembro 1992, 45 p.
- N.º 285 "Técnicas Empíricas de Decomposição: uma abordagem baseada em simulações contrafactuais", Ricardo Paes e Barros, Renata Jeronymo, Rosane Mendonça, Valéria Pero, Eleonora Santos e Cláudia Trindade, dezembro 1992, 23 p.
- N.º 286 "A Evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960", Ricardo Paes e Barros e Rosane Mendonça, dezembro 1992, 30 p.
- N.º 287 "Desempenho Exportador, Regulamentação Internacional e Privatização: o caso da siderurgia brasileira", Mário M. C. Mesquita e Leane C. Naidim, dezembro 1992, 51 p.
- N.º 288 "Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70", Régis Bonelli e Lauro Ramos, janeiro 1993, 32 p.
- N.º 289 "Current Status of water Pollution Control in Brazil", Ronaldo Serôa, Guilhermino O. Filho, Francisco Eduardo Mendes, Cynthia A. Nascimento, fevereiro 1993.
- N.º 290 "Sistemas e Instrumentos de Estímulos às Exportações nos Países do Mercosul", Eduardo Augusto Guimarães, coord., janeiro 1993, 28 p. + anexo.
- N.º 291 "Informal Labor Contracts: A Solution or a Problem?", Ricardo Barros, Ricardo Mello, Valéria Pero, janeiro 1993.
- N.º 292 "Salvaguardas: Achegas a uma Nova Legislação Comum aos Países do Mercosul", Luiz A. P. Souto Maior, 24 p.
- N.º 293 "Fontes de Financiamento para a Infra-Estrutura Rodoviária Federal: necessidade de recomposição", Ruy Silva Pessoa, fevereiro 1993, 12 p. + anexo
- N.º 294 "Income Inequality in Education, and Children's Schooling Attainment in Brazil", Ricardo Paes de Barros e David Lam, março 1993, 35 p.
- N.º 295 "Modernização Tecnológica e Formação Técnico-Profissional no Brasil: impasses e desafios", Tereza Cristina Kirschner, março 1993, 54 p. + anexo.
- N.º 296 "Sistema de Informações: transporte coletivo urbano de passageiros", Lúcia Malnati Panariello, março 1993, 2 v.
- N.º 297 "Aspectos Políticos e Económicos das Receitas e dos Gastos Públicos no Brasil", Nilson Holanda, abril 1993, 42 p.
- N.º 298 "Inflation and Unemployment as Determinants of Inequality in Brazil: the 1980", Eliana Cardoso, Ricardo Paes de Barros e André Urani, abril 1993, 29 p.
- N.º 299 "The Challenge of Reforming Social Security in Latin America", Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, maio 1993, 39 p.
- N.º 300 "Incentivos Fiscais e Creditícios às Exportações Brasileiras: resultados setoriais para o período 1980-91", Armando Castelar Pinheiro, Cláudia Pio Borges, Sonia Zagury e Mário Mesquita, maio 1993, 39 p.
- N.º 301 "Agregação Monetária com o Índica Divisa: aplicação ao caso brasileiro", José W. Rossi, maio 1993, 27 p.
- N.º 302 "Inflação e Variabilidade dos Preços Relativos com Abordagem Novo-Clássica: teoria e evidência empírica para o Brasil", José Coelho Matos Filho, junho 1993, 51 p. + anexos
- N.º 303 "A Moderna Tributação do Consumo", Fernando Rezende, junho 1993, 39 p.+ anexos
- N.º 304 "Avaliação das Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento em 1991", Edgar Bastos de Souza, Dilma Selí Pena Pereira, Aldo Moreira Lima e Emmanuel Cavalcante Porto, junho 1993, 22 p. + anexos
- N.º 305 "Ações Governamentais para a Qualidade e Produtividade nos EUA: relatório de viagem", Luis Fernando Tironi e Fábio Ferreira Batista, junho 1993, 17 p.
- N.º 306 "Uma Análise Desagregada do Comércio Exterior Brasileiro no Período 1974/92", Armando Castelar Pinheiro, junho 1993, 29 p.
- N.º 307 "Unequal Opportunity to Survive, Education and Regional Disparities in Brazil", Ricardo Paes de Barros e Diana Sawyer, julho 1993, 20 p.
- N.º 308 "Poverty and Public Utilities Pricing", Thompson Almeida Andrade, julho 1993, 26 p.
- N.º 309 "Comércio: fronteira de negócios na colonização da Amazônia", Angela Moulin S. Penalva Santos, julho 1993, 48 p.
-

-
- N.º 310 "Poverty Among Female-Headed Households in Brazil", Ricardo Paes de Barros, Louise Fox e Rosane Silva Pinto de Mendonça, agosto 1993, 41 p.
- N.º 311 "Regional Disparities in Education Within Brazil: the role of quality of education", Ricardo Paes de Barros, Rosane Silva Pinto de Mendonça e James Alan Shope, agosto 1993, 9 p.
- N.º 312 "A Desregulamentação do Mercado e das Relações de Trabalho no Brasil: potencial e limitações", Jorge Jatobá e Everardo Gaspar Lopes de Andrade, agosto 1993, 28 p.

RELATÓRIO INTERNO — RI

Nota: Esta série, Relatório Interno, mudou a numeração a partir da reestruturação editorial começando do número 01, em cada Coordenação, a saber

Diretoria Executiva

- N.º 01/92 "Indústria Automobilística Brasileira: situação atual, perspectivas e sugestões para sua reestruturação", Ruy Quadros de Carvalho, junho 1992, 6 p.
- N.º 02/92 "A Inflação Esperada em 1992: simulações", Luiz Zottmann, julho 1992, 5 p.
- N.º 03/92 "Imposto sobre Transações Financeiras: reflexões e simulações", Luiz Zottmann, agosto 1992, 6p.

Diretoria de Pesquisa

- N.º 01/92 "Adam Smith, Gerson e a Cooperação", Fábio Stefano Erber, junho 1992, 13 p.
- N.º 02/92 "O Sistema de Saúde Chileno: Mitos e Realidades", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, agosto 1992, 105 p.
- N.º 03/92 "Proposta de um Modelo de Seguridade Social", Francisco E. B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e André Cezar Medici, agosto 1992, 38 p.
- N.º 04/92 "A Dimensão do Setor Saúde no Brasil", André Cezar Medici e Francisco E. B. de Oliveira, agosto 1992, 72 p.
- N.º 05/92 "Mudanças Estruturais e Políticas Industriais", Fábio Erber, agosto 1992, 16 p.

Diretoria de Políticas Públicas

- N.º 01/92 "Implantação de um Sistema de Gerência da Qualidade Total", Antônio Carlos Da Ressurreição Xavier e Rose Mary Longo, setembro 1992, 2p.
- N.º 01/93 "Qualidade Total na Área de Serviços: como implantar um programa de melhoria contínua no setor público", junho 1993, 5 p.

Coordenação de Política Macroeconômica — CPM

- N.º 01/92 "Saldo da Balança Comercial: atualização das projeções e simulações para o ano de 1992", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, março 1992, 1 p.
- N.º 02/92 "A Política de Juros e o Afluxo de Capitais Externos: Existe um Problema?", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3p.
- N.º 03/92 "A Capacidade de Pagamento do Setor Público: um Conceito Operacional", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3 p.
- N.º 04/92 "A Balança Comercial em 1992: atualização das Previsões e Simulações", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, maio 1992, 1 p.
- N.º 05/92 "Atualização das Previsões e Simulações para as Exportações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, junho 1992, 1 p.
- N.º 06/92 "A Balança Comercial Brasileira: Atualização das Projeções para o Ano de 1992", Mary de Melo Souza, julho 1992, 1 p.
- N.º 07/92 "O Saldo Comercial do Brasil em 1992: Projeções Atualizadas", Mary de Melo Souza, agosto 1992, 2 p.
- N.º 08/92 "Revisão das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, setembro 1992, 3 p.
- N.º 09/92 "Reforma do Sistema Financeiro Nacional", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, dezembro 1992, 6 p.
- N.º 10/92 "Atualização das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, dezembro 1992, 3 p.
- N.º 01/93 "O Comportamento Previsto para a Produção Industrial em 1993, de Acordo com Modelos Função Transferência", Mary de Melo Souza, março 1993, 3 p.
- N.º 02/93 "Indicadores Antecedentes e Simulações para as Exportações e Importações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza, julho 1993, 3p.
- N.º 03/93 "Setor Produtivo Privado: indicadores econômico-financeiros (1986/92), Paulo Zolhof, agosto 1993, 4 p.

Coordenação de Difusão Técnica e Informações — CDTI

- N.º 01/92 "O Saldo da Balança Comercial: simulação preliminar para o ano de 1992 — um sinalizador para a política econômica", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, janeiro 1992, 1p.
- N.º 02/92 "O Saldo da Balança Comercial: análise retrospectiva e simulação preliminar para o ano de 1992", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, fevereiro 1992, 2p.
-

Coordenação de Política Social — CPS

- N.º 01/92 "FGTS, Questões Atuais", Roberto A. Zomboni, setembro 1992, 5 p.
N.º 02/92 "Descentralização Tutelada", Solon Magalhães Vianna, setembro 1992, 5 p.
N.º 03/92 "Programas de Alimentação e Nutrição para as Crianças e Adolescentes. Qual o Destino?", Anna Maria Peliano e Nathalie Beghin, outubro 1992, 3 p. + anexo.
N.º 04/92 "Índice de Qualificação do Corpo Docente das Universidades Brasileiras", Rauino Tramontin, outubro 1992, 25 p.
N.º 05/92 "O Novo Padrão de Gerenciamento do Setor Público: As Organizações Para Governamentais e a Alimentação dos mais Pobres no DF", Anna Maria Peliano, novembro 1992, 03 p.
N.º 06/92 "A Descentralização da Merenda Escolar", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 4 p.
N.º 07/92 "O Papel do Estado na Área de Alimentação e Nutrição", Anna Maria Peliano e Nathalie Begin, dezembro 1992, 10 p.
N.º 08/92 "Brasil: Indicadores Sociais", Solon Magalhães Vianna, coord., novembro 1992, 14 p. + anexos
N.º 09/92 "Gestão do Financiamento do Setor Público", Dilma Seli Pena Pereira, dezembro 1992, 5 p.
N.º 10/92 "Alocação de Recursos, Eficiência, Equidade e Qualidade no Ensino Fundamental: uma estratégia de ação para o governo federal", Antonio Carlos da Ressurreição Xavier e José Amaral Sobrinho, dezembro 1992, 4 p.
N.º 01/93 "Alguns Desafios Atuais da Formação de Professores de Educação Básica", Pedro Demo, maio 1993, 7 p.
N.º 02/93 "A Política de Assistência Social para o Idoso no Brasil", Maria das Dores Gonçalves, junho 1993, 5 p.

Coordenação de Política Setorial — CPSa

- N.º 01/93 "Propostas para o Novo Plano Nacional de Viação — PNV", Ruy Silva Pessoa, janeiro 1993, 5 p.

Coordenação de Desenvolvimento Institucional — CDI

- N.º 01/93 "Programa da Qualidade e Produtividade: realidade ou utopia", Rose Mary Juliano Longo, fevereiro 1993, 3 p.

CADERNO DE ECONOMIA — CE

- N.º 11/92 "Tendências da Reestruturação da Indústria nos Países Desenvolvidos no Anos 80", Mariano Francisco Laplane, outubro 1992, 158 p.
N.º 12/92 "Um Mal Necessário? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil", Renato Sérgio Jamil Maluf, novembro 1992, 238 p.
N.º 13/93 "Pobreza: conceito e mensuração", Maurício Costa Romão, fevereiro 1993, 209 p.

DOCUMENTO DE POLÍTICA — DP

- N.º 07/92 "Análise Econômico — Financeira dos Bancos Estaduais", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, 1992, 19p. + anexos.
N.º 08/92 "As Contribuições Sociais de Empregadores e Trabalhadores: repercussões sobre o mercado de trabalho e grau de evasão", Sandra Cristina F. de Almeida, 1992, 27 p. + anexos.
N.º 09/92 "A Política de Medicamentos no Brasil", André César Médici, Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco de Oliveira, março 1992, 88p.
N.º 10/92 "A Política Salarial no Governo Collor: padrões de Negociação entre o executivo e legislativo", Maria Helena de Castro Santos, Mana das Graças Rua e Carlos R. Pio da Costa Filho, junho 1992, 27p.
N.º 11/92 "Seguridade Social: proposta de reforma constitucional", André César Médici, Francisco de Oliveira e Kaizô Beltrão, junho 1992, 11 p.
N.º 12/92 "Propostas de Política Social", Anna Maria Peliano (Coord.), outubro 1992, 57 p.
N.º 13/93 "Política Social e Reforma Fiscal: as áreas de educação e saúde", Edson Nunes e José Brakarz, março 1993, 44 p.
N.º 14/93 "O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), março 1993, 9 p. + anexos.
N.º 15/93 "O Mapa da Fome II: informações sobre a indigência por municípios da federação", Anna Maria T. M. Peliano (coord.), maio 1993, 7 p. + anexos
N.º 16/93 "Projeto do Banco Central Independente", José Romeu de Vasconcelos, maio 1993, 16 p.
N.º 17/93 "O Mapa da Fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil (classificação absoluta e relativa por municípios)", Anna Maria T. M. Peliano, (coord.), agosto 1993, 6 p. + anexos.
-